

NOVOS RUMOS

EDIÇÃO PARA SÃO PAULO

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 16 a 22 de setembro de 1960

Nº 81

Diretor-Executivo — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Redator-Chefe — Fragmon Borges

RECIFE

Povo Aclamava Lott Enquanto Jânio Curtia Ressaca

Congo mostra que África quer ser independente

POR QUE continua confusa a situação no Congo? A esta altura já se pode ver com certa clareza: devido à intervenção das tropas brancas da ONU, que estão atuando abertamente a serviço dos colonialistas. Por mais que certos governos procurem confundir as coisas — e, como no caso de os Estados Unidos não aparecem como cúmplices de Bélgica colonialista —, o certo é que o primeiro-ministro Lumumba representa as forças que desejam a real libertação da ex-colônia africana, enquanto que os seus oponentes — entre os quais o litere Casavubu — são apenas instrumentos para prolongar a opressão colonial sobre o Congo. Entretanto, as coisas não estão saindo tão fáceis. (Reportagem na 7ª página do 1º caderno)

US\$ 130 milhões: deficit no primeiro semestre

PROSSEGUINDO no ex.cme dos diferentes aspectos da economia nacional no primeiro semestre do ano em curso, com base em estudos publicados no último número da revista «Conjuntura Econômica», abordamos hoje o comportamento do balanço de pagamentos, o aumento dos preços, o incremento do papel-moeda em circulação e, em geral, dos meios de pagamento, bem como a expansão do crédito e alguns outros índices. No que se refere ao balanço de pagamentos, verificou-se no primeiro semestre um «deficit» de 130 milhões de dólares, embora a balança comercial tenha proporcionado um saldo de 30 milhões de dólares. No mesmo período, a elevação geral dos preços foi de 7,9 por cento. (2ª pág. do 2º caderno)



RECIFE é conhecida como a cidade cruel. Cruel para com os demagogos e arrivistas, cruel para com os desonestos e inimigos do povo. Em sucessivas eleições, o povo do Recife tem sabido responder à altura àqueles candidatos que não afinam com os seus interesses. Agora, chegou a vez de Jânio Quadros. Apesar do apoio ostensivo que o candidato dos trustes americanos tem recebido do governador Cid Sampaio, até hoje ele não conseguiu se fazer ouvir pelo combativo povo da Veneza brasileira. Numerosas tentativas tem feito, mas sempre fracassadas. Ainda a semana passada, Jânio voltou por lá. Por coincidência, na mesma ocasião em que também por lá passava o candidato nacionalista. Enquanto o marechal Lott realizava concorridos comícios e era aclamado por milhares de brasileiros, o amigo Rockefeller não se dá ao trabalho. Desesperado, deu pra beber mais do que de costume, procurando fugir de uma realidade que não lhe agradava. E enquanto nas ruas a candidatura do marechal Lott era consagrada pelas massas, Jânio curtiu — boca ressequida, olhos ardendo, dores pelo corpo inteiro e a cabeça mais pesada que a responsabilidade de todos os seus compromissos assumidos com os trustes norte-americanos em troca de sua eleição para a presidência da República — em luxuoso apartamento do Grande Hotel, a sua ressaca. — Leia reportagem na 3ª página do 1º caderno.



Resolução Política Aprovada Pelo Congresso Dos Comunistas

Texto na 3ª pág. do 2º caderno

DESDE domingo, quando realizou à noite um comício em Araçatuba, Luiz Carlos Prestes se encontra em um novo «rush» de propaganda das candidaturas Lott e Jango em São Paulo, onde permanecerá até domingo próximo, para daí partir para Curitiba, Porto Alegre e outras cidades do Rio Grande do Sul. Prestes, que falou a cerca de dez mil pessoas naquela cidade da Noroeste paulista, esteve terça-feira à noite em Bauru, onde também se realizou uma grande concentração das forças populares e nacionalistas que apoiam Lott e Jango, visitando no dia seguinte a Capital bandeirante, onde realizou comícios em Guaiunazes e Vila Matilde, Taubaté, Jundiá, Campinas, Ribeirão Preto e novamente a Paulicéia figurando no roteiro do insubstituível dirigente revolucionário, ainda na sua presente excursão pelo Estado de São Paulo. Entretanto, as manifestações de carinho do povo para com sua pessoa se repetem em cenas muitas vezes comovidas e a sua palavra esclarecedora vai ganhando milhares e milhares de eleitores. (3ª pág. do 1º caderno)



DURANTE três dias, de 9 a 11 do corrente, mais de 400 delegados de todos os Estados e Territórios estiveram reunidos no Palácio Tiradentes, na I Convenção Nacional do Movimento Nacionalista, debatendo teses sobre problemas os mais palpitantes da atualidade brasileira e adotando resoluções de transcendental importância para os destinos de nosso País, entre os quais a homologação das candidaturas do marechal Teixeira Lott e do dr. João Goulart. A Convenção, a que estiveram presentes numerosas das mais destacadas personalidades da luta pela emancipação nacional, foi presidida pelo deputado Bento Gonçalves e contou na Mesa com a presença de dona Edna Lott, cujo discurso na sessão de encerramento, foi uma síntese das principais metas do nosso povo na luta contra a espoliação imperialista e pelo seu pleno desenvolvimento. Os convencionais, que por intermédio da Comissão Executiva do Movimento Nacionalista lançaram um manifesto à Nação, proclamando à luta os patriotas de todas as classes sociais em torno da bandeira do nacionalismo e pela vitória das candidaturas Lott e Jango, também hipotecaram sua irrestrita solidariedade ao valente povo cubano e às nações afro-asiáticas que lutam pela independência. (8ª pág. do 1º caderno)

Maior Nitidez

ORLANDO BOMFIM JR.

JA estamos no meio do mês de setembro. A pouco mais de quinze dias das eleições. E nos parece que, apesar do esforço em contrário dos pescadores de águas turvas, a campanha eleitoral se desenvolveu de maneira a ir tornando, cada vez mais claro, o movimento das forças interessadas em conquistar o apoio do eleitorado. As candidaturas, nos embates da propaganda e pela conduta dos próprios candidatos, adquiriram maior nitidez.

É INCONTESTÁVEL que o marechal Lott se apresenta agora fortalecido sob todos os aspectos. No início, os adversários, da oposição, procuraram obter efeitos através do escarnecimento e do menosprezo. E os adversários de dentro dos partidos socialistas articularam diversas manobras com o objetivo de alterar o quadro da luta sucessória. Mas o ex-ministro da Guerra não se deixou impressionar nem envolver. Juntamente com os setores partidários que lealmente estavam a seu lado, buscou, no contacto direto com o povo, os elementos capazes de lhe assegurar o avanço na caminhada e a vitória nas urnas. Sua palavra tem sido sempre simples e honesta. Sem subterfúgios e sem demagogia. Diz o que pensa (e para nós, comunistas, pensa erradamente sobre algumas questões) mesmo sabendo que vai desagradar. Soube colocar o nacionalismo no centro da sua campanha e, não temendo definições, também soube caracterizar o adversário como candidato do entreguismo. Hoje, a candidatura do marechal Lott, mais integrada nas correntes democráticas e patrióticas, é para o povo uma bandeira inconfundível de progresso, independência e bem-estar.

OUTRA foi a trajetória do sr. Jânio Quadros. E verdade que seu plano de demagogia e engodo foi prévia e meticulosamente preparado. Começou com o célebre viagem em redor do mundo. Muniu-se de mais diversificado arsenal de mistificação. Podia exibir, ao sabor das conveniências, um retrato palestrando cordialmente com Kruschiov ou a bênção papal. Só faltou trazer, de Cuba, barbas postiças. E sua ocupação era impingir-se como homem aberto às ideias

renovadoras, decidido a seguir pelos caminhos novos que o mundo está percorrendo. Requestou, ostensivamente, as esquerdas. Fez tôdas as afirmações e promessas consideradas úteis ao aliciamento do eleitor. Mas, pegar um demagogo é mais fácil do que pegar um mentiroso, porque ele claudica mais do que um coxo. E foi o que aconteceu com o sr. Jânio Quadros. Perdeu a máscara. Apareceu como realmente é. Um candidato da reação e do entreguismo.

A DEFINIÇÃO mais nítida das duas candidaturas trouxe, como consequência inevitável, o fortalecimento do marechal Lott e o enfraquecimento do sr. Quadros. E hoje vemos o demagogo mudar de tática. De sua «elevada pregação cívica», desdembou para um anticomunismo histórico e policial. E o salvador que nasceu para impedir que o Brasil, com a eleição do marechal Lott, caia nas garras do comunismo... Seu irmão gêmeo em incontinência, reacionarismo e entreguismo — Carlos Lacerda — passa a bater nessa mesma tecla, na campanha para governador do Estado da Guanabara. E os jornais da quadrilha (veja-se os últimos editoriais de «O Globo» e do «Jornal do Brasil») fazem o coro. Evidentemente, não será mera coincidência. E que, ante a perspectiva de derrota, procurem tercer os acontecimentos e pretendem atrair, diante do «perigo iminente», a simpatia dos correntes não-comunistas. Mais ainda do que isso, têm em mira espalhar as bases de um planozinho cohen, como preparação golpista.

NÃO vivemos, porém, o ano de 1937. As forças nacionalistas, já em condições de prever um resultado favorável a 3 de outubro, compreendem que, por um lado, tudo dependerá de sua capacidade de impulsionar com maior vigor e entusiasmo a campanha eleitoral e, por outro lado, de redobrar sua vigilância para frustrar as tramas e maquinações de golpes. Os comunistas não de saber, sem dúvida, cumprir com justa o papel que lhes cabe. E assim contribuirão para uma vitória que será de todo o nosso povo.

Defende Teu Direito

REPOUSO REMUNERADO — O falso mensalista faz jus à remuneração do repouso semanal e das folgas, e ao seu pagamento em dobro, se trabalha nesses dias. Ac. TRT, 1a. Reg. (Proc. 1751/57). Relator: Pires Chaves.

O empregado mensalista cujas férias são calculadas na base de 25 dias mensais e cujos descontos por falta ao serviço são feitos na base de 1/25 avos do salário mensal por dia de ausência ao trabalho, faz jus ao repouso remunerado. Ac. TRT, 2a. Reg. (Proc. 1872/56). Relator: José Favre.

Os empregados balconistas, sujeitos a horário comum dentro da empresa, têm direito ao repouso semanal remunerado. Havendo salário fixo e comissão, o repouso incidirá sobre o primeiro. Ac. TST, 1a. Turma (Proc. 2520/54). Relator: Astolfo Serra.

O comissionista sujeito a horário de trabalho tem inegável direito à remuneração do repouso semanal. Ac. TST, 3a. Turma (Proc. 603/56). Relator: Rômulo Cardim.

Tem direito à remuneração em dobro o empregado que trabalhar em dia feriado, não coincidente com a folga semanal, se outro dia de descanso não determinar o empregador. Ac. TST (Proc. 6324/45). Relator: Thelmo Montelero.

Motorista de autotaxi que percebe a remuneração à base de porcentagem sobre a renda arrecadada, mas está sujeito à frequência, tem direito ao salário-reposo. Ac. TST, 1a. Turma (Proc. 1461/53). Relator: Astolfo Serra.

É impossível legalmente descontar do empregado verdadeiro mensalista o salário do dia de repouso, quando o empregado não tenha cumprido durante toda a semana o seu horário. Recurso conhecido e a que se nega provimento. Ac. TST, 1a. Turma (Proc. 427/56). Relator: Godoy Ilha.

SALÁRIO — Os reclamantes, quando era dia de pagamento, tinham que aguardar várias horas após o término de sua jornada de trabalho, a fim de receberem seus salários. Daí terem reclamado, e obtido na 1a. Instância, a remuneração desse tempo de espera. Revista conhecida e provida para restabelecer a decisão da Junta. — Da exata aplicação à lei a sentença que manda pagar o tempo durante o qual o empregado aguarda, além da hora de serviço, o pagamento de seu salário. Pois, interrompendo seu descanso para submeter-se a essa espera, o empregado encontra-se à disposição do empregador, embora sem trabalho. Ac. TST, 3a. Turma (Proc. 1464/57). Relator: Hildebrando Blasgila.

Enquanto o empregado está à disposição do empregador, aguardando ou executando ordens, faz jus ao salário do contrato, se em contrário nada se convencionou. Ac. TRT, 1a. Região (Proc. 583/58). Relator: Pires Chaves.

O pagamento em dobro dos salários só é cabível quando o empregador reconhece a dívida salarial e não efetua o seu pagamento na primeira audiência. Ac. TRT, 2a. Região (1561/56). Relator: José Pentecost.

O empregador é responsável pelo pagamento de salários nos dias em que resolve não dar serviço ao empregado. Ac. TST, 3a. Turma (Proc. 283/57). Relator: Tostes Maia.

B. Colheiros Bomfim

Novo Salário Mínimo Como os Trabalhadores Aprovaram no Congresso

O movimento que se desenvolve em todo o território nacional, exigindo a revisão dos atuais níveis de salário mínimo, superados pela vertiginosa elevação do custo da vida, começa a apresentar os seus resultados positivos. O presidente da República recebeu os líderes sindicais em Brasília, no último dia 13, quando a decretação dos novos níveis, em caráter excepcional, foi tratada oficialmente.

O vice-presidente da República, sr. João Goulart, e o ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, começaram a enfrentar o assunto, determinando aos correligionários e auxiliares que adotessem as medidas necessárias à revisão dos atuais níveis salariais. As Comissões de Salário Mínimo, que se encontram desorganizadas em quase todo o país, começam a ser recompostas. Para a presidência das Comissões dos Estados da Guanabara e de São Paulo, já foram indicados, pelo ministro do Trabalho, os srs. Max Régio Monteiro e Canuto Mendes de Almeida, respectivamente.

Resolução do Congresso

Os trabalhadores brasileiros, reunidos em seu III Congresso Sindical

Nacional, adotaram uma resolução reivindicando a inclusão de outros itens, que até agora não eram considerados, nos cálculos para a decretação dos novos salários. Dada a oportunidade do assunto, NOVOS RUMOS publica na íntegra a resolução, que é a seguinte:

«É absolutamente necessário que se proceda a imediata revisão dos atuais níveis de salário mínimo, que já estão ultrapassados pela brutal elevação do custo da vida. Para tanto, devem ser convocados, de imediato, as Comissões de Salário Mínimo, e realizados os respectivos estudos pelo SEPT e pelos órgãos técnicos das entidades sindicais.

Os novos níveis salariais a serem estabelecidos devem levar em conta os seguintes novos aspectos, para corrigir as deficiências em torno da questão: a) em cumprimento ao dispositivo constitucional (artigo 157) o salário mínimo deverá atender não só as necessidades vitais do trabalhador, mas também as da sua família; b) os atuais itens de despesa deverão ser incluídos mais os seguintes: Previdência Social, Recreação, Educação e Cultura; c) as Comissões de Salário Mínimo deverão proceder a um zoneamento das diversas regiões do país, a fim de redu-

zi-las a um número menor e diminuir as diferenças existentes. É absolutamente necessário que os atuais injustiças do sistema de zoneamento sejam eliminadas em definitivo. As disparidades entre os salários mínimos vigentes em todas as regiões devem ser estudadas, a fim de se evitar que regiões onde o custo da vida é elevado disponham de um salário irrisório, como ocorre, sobretudo, no Norte e Nordeste do Brasil, e em Brasília.

Salário de menor

Vários pontos da atual legislação relativa ao salário mínimo precisam ser revistos, para que se corrija uma série de injustiças e deficiências, tais como: a) **salário de menor aprendiz** — é necessário evitar, através de determinações legais mais taxativas, que se continue a explorar desenfreadamente o trabalhador menor, atribuindo-lhe trabalho igual ao do adulto, e pagando-lhe apenas a metade do salário mínimo. A trabalho igual deve ser pago salário mínimo igual, diz a nossa Constituição; b) **vigência** — o salário mínimo deve ter a vigência de um ano, e entrar em vigor imediatamente após a sua decretação; c) **salário-tarefa e de contrato** — as diferentes modalidades salariais não podem impedir, em hipótese alguma, venha o empregado que trabalha por contrato ou tarefa a perceber remuneração inferior ao mínimo vigente na respectiva sub-região; d) **insalubridade** — quando se constatar condições de trabalho insalubre, não se pode permitir que o empregado receba apenas o salário mínimo. Deve-se acrescentar, no caso, um adicional em recompensa aos perigos e que está submetida a sua saúde e a sua

própria vida; e) **descontos** — os abusos que se praticam a propósito de descontos de alimentação, habitação e veuário precisam ser eliminados mediante uma regulamentação mais equânime e rigorosa.

A decretação do salário mínimo precisa ser acompanhada de uma série de medidas concretas que impeçam a sua violação, evitando, também, a elevação dos preços das mercadorias, a fim de que os novos salários não venham a se tornar insuficientes, logo após a sua decretação».

Anistiados ferroviários grevistas

Os ferroviários da Santos-Jundiaí e da Noroeste do Brasil, demitidos como grevistas nos movimentos reivindicatórios de 1949 e de 1952, foram readmitidos por decisão do Conselho da Rede Ferroviária Federal, e voltaram a ocupar os seus antigos cargos.

O ministro da Viação, comandante Ernani do Amaral Peixoto, atendendo a uma petição do líder Rafael Martinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários, solicitou à Diretoria da RFFSA que reexaminasse a possibilidade de reintegração dos 57 ferroviários da Santos-Jundiaí, demitidos como grevistas em 1949; bem como a dos 29 da Noroeste do Brasil, dispensados pelo mesmo motivo, na greve de 1952. O Conselho da Rede, considerando o assunto, resolveu mandar readmitir aqueles trabalhadores, que voltaram ao convívio dos seus antigos companheiros.

AERONAUTAS E AEROVIÁRIOS EM CONGRESSO UNITÁRIO

1 - Segurança de Vôo 2 - Seguro de Acidentes 3 - Segurança de Cuba

O Governo, os trabalhadores e o povo gaúchos ofereceram calorosa acolhida aos líderes aeronautas e aeroviários que se reuniram em Porto Alegre, no II Congresso Nacional dos Trabalhadores na Aviação Comercial. O conclave reuniu-se de 31 de agosto a 3 de corrente, no Sindicato dos Metalúrgicos.

DAC sabota

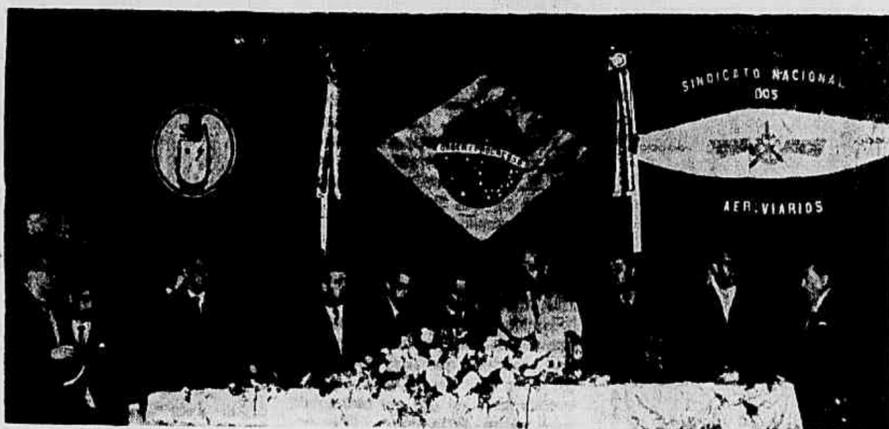
Dois meses antes da data do conclave os líderes aeronautas e aeroviários do Rio de Janeiro haviam se dirigido ao brigadeiro João Mendes da Silva, diretor do DAC (Departamento de Aviação Comercial) solicitando do mesmo a concessão de passagens de todo o Brasil para Porto Alegre. O brigadeiro assumiu o compromisso de conceder as passagens. Na última hora, entretanto, o brigadeiro confessou que não podia conseguir as passagens. Os delegados viajaram com os seus próprios recursos.

Apoio ao III Congresso

Os trabalhadores na aviação comercial decidiram apoiar as resoluções do III Congresso Sindical Nacional, e repudiar a conduta dos presidentes das CNTI, CNTT e CNTC, que se retiraram do conclave, tentando quebrar a unidade do movimento sindical brasileiro, e enfraquecer a luta pelas reivindicações das massas trabalhadoras.

Nova Federação

O Congresso resolveu recomendar a imediata criação da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos. Para a criação dessa nova entidade torna-se necessário, entretanto, a fundação de mais um Sindicato, a fim de atingir o número mínimo de cinco, necessário ao registro da nova entidade. A decisão dos trabalhadores baseia-se, ainda, na necessidade de sua filia-



Contra Lafer apoio a Cuba

ção à nova Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos.

Seguro de acidentes

Os aeronautas e aeroviários decidiram apoiar o anteprojeto do deputado Salvador Losacco que cria o Instituto de Acidentes de Trabalho, como monopólio do Estado. Independente disso, ficou estabelecido exigir do IAPFESS, a plena e efetiva execução do Decreto 5.087, de 14 de dezembro de 1942, que lhe assegura o monopólio dos seguros de acidentes de trabalho no ramo da aviação comercial.

Aviação comercial

Os trabalhadores debateram não apenas os seus problemas específicos, mas todos aqueles relacionados com a indústria aeronáutica, a aviação comer-

cial, e os interesses nacionais. Nesse sentido, decidiram lutar: 1) pela criação do Conselho Nacional de Aeronáutica e demais medidas preconizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a aviação comercial brasileira; 2) pela obrigatoriedade de seguro de aeronaves no Instituto de Resseguros do Brasil; 3) pela aprovação do projeto 244-59, de autoria do deputado Sérgio Magalhães; 4) para que 30% das subvenções diretas e indiretas que o Governo paga as empresas sejam invertidas em ações preferenciais a favor do Estado; 5) pela criação de uma empresa nacional para operar nas linhas internacionais, com equipamento padronizado, a fim de obter melhor rentabilidade operacional. Tal empresa, de caráter misto, terá o Governo Federal como maior acionista.

Segurança de vôo

Um dos assuntos que mais empolgaram os congressistas foi o da segurança do vôo, intimamente relacionado com a regulamentação da profissão do aeronauta e do aeroviário. Ambas essas categorias têm opinião formada sobre o assunto, mas vêm encontrando uma reação desesperada de parte dos proprietários das empresas de aviação comercial. Considerando a posição dos empregadores, o Congresso decidiu recomendar a promoção de um amplo trabalho de massa visando a aprovação dos projetos que regulamentam as duas profissões e que serão apresentados pela Comissão Permanente do Congresso.

Os congressistas examinaram ainda todos os documentos lançados pelos Sindicatos dos Aeronautas e dos Aeroviários, relativos a situação da aviação comercial, resolveram aprová-los e lutar pela adoção das seguintes medidas: 1) Criação do Conselho Nacional de Aviação Civil, diretamente subordinado à Presidência da República; 2) criação do Tribunal Aeronáutico; aprovação dos projetos de regulamentação profissional de aeronautas e aeroviários; padronização do ensino através da Escola de Aperfeiçoamento e Preparação da Aeronáutica Civil; Criação da Comissão Nacional Permanente de Estudos Técnicos da Aviação Civil, com participação

dos representantes dos Sindicatos de Aeronautas e Aeroviários; cumprimento das normas de recomendação do I. C. A. O. quanto à homologação de aeroportos, vôo noturno e serviço de meteorologia; participação dos representantes dos Sindicatos de Aeronautas e Aeroviários nas comissões de inquéritos de acidentes e divulgação de seus resultados; recomendar a todos os trabalhadores em transportes aéreos e às diretorias de seus sindicatos que deem integral apoio e efetiva colaboração à Comissão Parlamentar de Inquérito recém-criada pela Câmara Federal, para investigar causas dos acidentes aéreos e o problema da segurança de vôo em nossa Pátria.

Apoio a Cuba

Os aeronautas e aeroviários, depois de aplaudirem o envio de um telegrama ao Presidente da República, protestando contra a atuação negativa e parcial do chanceler Horácio Lafer na Conferência de São José da Costa Rica, aprovaram, quanto as suas relações com os trabalhadores de todo o mundo, a seguintes resoluções:

«Os trabalhadores do ar entendem que nenhum país pode ser realmente livre e soberano quando o seu povo vive em precárias condições de existência, sem condições de educação técnico-profissional e cultural, sem uma previdência social à altura de suas necessidades mais prementes, principalmente quando não goza das liberdades plenas, consagradas na Constituição da República.

«Por outro lado, o Congresso manifesta-se pela crescente solidariedade entre todos os trabalhadores brasileiros e de todos os países do mundo. Face à compreensão de que os problemas comuns dos povos irmãos são decorrentes da preservação dos mais legítimos interesses nacionais e de solidariedade internacional, não vacila o II Congresso em estender a solidariedade dos trabalhadores do ar ao heróico povo cubano, que luta pela sua independência contra a indelével intervenção dos que defendem os interesses lesivos dos trustes e monopólios, que tantas vezes têm investido sobre a nossa intocável Petrópolis, e o independente desenvolvimento da economia brasileira».

Lei de Previdência: Regulamentação no Teatro João Caetano

A Portaria que regulamenta a Lei Orgânica da Previdência Social será assinada pelo ministro do Trabalho, no próximo dia 18, às 10 horas, em solenidade programada para o Teatro João Caetano, nesta cidade. O ato, que consagrará definitivamente uma das mais importantes conquistas do movimento sindical brasileiro, deverá contar com a presença do presidente da República, sr. Juscelino Kubitschek; do vice-presidente, sr. João Goulart; e de milhares de trabalhadores de todos os Estados.

A comissão

O ministro Batista Ramos, que havia assumido o compromisso de regulamentar a Lei Orgânica 20 dias após a

seu publicação no «Diário Oficial», vinha trabalhando ativamente, em companhia de seus assessores, para elaborar a minuta da regulamentação. O trabalho de ministro e de seus assessores, entretanto, vem sendo submetido à Comissão criada para regulamentar a Lei. Essa Comissão foi eleita no dia 9 de corrente, numa reunião realizada no DNPS, que contou com a participação dos membros dos Conselhos Fiscais de todos os IAPs, e ficou assim constituída: representantes do Governo — Mário Passos e Moacir Cardoso de Oliveira; representantes dos empregadores — Waldemar Luis Alves (IAP) e Geraldo Campos (IAPC). O trabalho dessa Comissão está praticamente concluído.

Nota Sindical

Salário Mínimo e Custo de Vida

Parece que as autoridades governamentais estão mesmo dispostas a encarar com a devida seriedade o problema da revisão dos atuais níveis de salário mínimo. O ministro Batista Ramos, o sr. João Goulart, e o próprio presidente Kubitschek vêm dando mostras dessa disposição.

Seria realmente de estranhar que o Governo continuasse fazendo ouvidos de mercador, permanecendo surdo ante as constantes manifestações dos trabalhadores e de seus líderes que, há mais de seis meses, vêm pleiteando a elevação do atual salário mínimo.

O sr. João Goulart quando interpelado por repórteres e dirigentes sindicais sobre o assunto, limitava-se a afirmar que o problema era complexo, e que, antes de se iniciar a batalha aberta pela revisão dos níveis salariais vigentes, fazia-se necessária a adoção de medidas destinadas a evitar a especulação alista. Especulação que se salienta e cresce à medida que se estuda a fixação dos novos salários, e que acaba superando, em poucos meses, os salários decretados.

Isso é uma verdade. Ninguém melhor do que os trabalhadores e suas famílias sabem disso. O salário mínimo em vigor a partir de janeiro de 1959 já não correspondia, naquela mesma época, às mínimas necessidades do trabalhador. Poucos meses depois a situação voltava a ser de tremenda abertura para a imensa massa de homens e mulheres que vivem do mínimo salarial. Agora, entretanto, a situação se tornou insustentável. Em abril do corrente o custo da vida já apresentava uma elevação de 56,8%. Em São Paulo, em relação a janeiro de 1959. No Estado da Guanabara, nesse mesmo período, os preços das utilidades subiram cerca de 50%.

É certo que no decorrer desses meses os trabalhadores, notadamente nos Estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro e Minas Gerais, conseguiram inúmeros reajustamentos salariais. Mas nenhum deles ultrapassou o teto de 35%. A grande maioria da massa trabalhadora continua ganhando o mesmo salário decretado em janeiro de 1959. Isto é, um salário de fome. E de fome no duro.

As medidas acatoladoras contra a especulação alista, lembradas agora pelos homens do governo, foram defendidas pelos Sindicatos antes e depois da decretação do salário mínimo. Elas não foram postas em prática. O custo da vida subiu, e subiu muito, e os trabalhadores não poderão ficar à espera dessas medidas de entulha, para que depois, não se sabe quando, tenham os seus salários reajustados. O reajustamento do salário mínimo é uma necessidade decorrente da alta do custo da vida que se verificou no país. Deverem-se os novos níveis salariais e tomem-se, desde agora, as medidas convenientes contra os tubarões do comércio e da indústria, que têm sido os maiores beneficiários dos aumentos salariais, por culpa exclusiva do Governo.

Nessa oportunidade, quando os homens do Governo mostram-se temerosos que o reajustamento salarial dê margem a uma nova onta alista, é bom lembrar que o projeto criando a Superintendência de Produção e Abastecimento continua dormindo na Câmara Federal. Outros projetos, também com a finalidade de combater a carestia da vida, entre os quais o de leuputado Sérgio Magalhães, que limita a renúncia de lucros para o exterior, permanecem engratados. Transformem-se esses projetos em Lei, e o Governo, que tem meios para isso, terá evitado uma boa parte de suas preocupações, se é que elas são sérias.

Nilson Azevedo

ASSINE:

Revistas Soviéticas e Chinesas

	ANUAL	SEMESTRAL
UNION SOVIETICA. Mensal — Ilustrada. 40 páginas de fotos e textos, doze delas em cores	500,00	300,00
MUJER SOVIETICA. Mensal. Moda, arte, cultura, educação infantil. Reportagens e contos	400,00	250,00
CULTURA Y VIDA. Mensal. Ciência e Técnica. Arte e Literatura soviética e mundial, etc.	300,00	180,00
LITERATURA SOVIETICA. Mensal. Órgão da União dos Escritores da URSS. Vida literária	300,00	180,00
TIEMPOS NUEVOS. Semanário de política soviética e mundial. Informações. Via aérea	400,00	250,00
FILMES SOVIETICOS. Sensacionalmente ilustrada. Tudo sobre o cinema soviético. Em cores	400,00	250,00
CHINA ILUSTRADA. Quinzenal. A vida chinesa em fotos com pequenos textos. Policromia	650,00	360,00
CHINA RECONSTRUYE. Mensal. Reportagens ilustradas. Contos. Arte. Vários suplementos	300,00	180,00

Pedidos, acompanhados de cheque ou vale postal à:

Jurandir Gulmarães
Agência Intercâmbio Cultural
Rua dos Estudantes, 84 — sala 28
Fone: 37-4983 — São Paulo

Estas revistas são editadas em espanhol, francês, inglês, alemão e russo.

Panorama A Convenção Nacionalista e a Luta de Emancipação

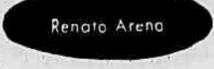
A 1ª. Convenção Nacional do Movimento Nacionalista, que acaba de realizar-se no Rio de Janeiro, representa um fato novo, de extraordinária importância na vida do país. Já em sua significação imediata, representa ela um grande passo à frente, na luta de nosso povo por sua completa independência política e econômica. Mais de 400 delegados, representando os comitês nacionalistas espalhados por todo o país, ao lado de governadores estaduais, deputados e figuras representativas de todas as classes e camadas sociais, se reuniram para confirmar e acentuar o conteúdo patriótico e democrático da candidatura do marechal Lott. A declaração final da Convenção registrará para a história, com uma fidelidade e uma lucidez que muito honram os seus autores, este momento particular da vida nacional que vivemos hoje — de luta acirrada e de definição entre as duas correntes fundamentalmente antagônicas em que se divide o país. A dos que procuram o progresso social e a independência nacional, incorporados à candidatura Lott, e a dos que insistem em manter a nação atada aos interesses reacionários dos monopólios internacionais e dos latifundiários, mal escondidos atrás de Jânio.

Mas a Convenção ultrapassa de muito essa simples representação de um momento eleitoral. Ela mostrou que já estão lançadas as bases de um movimento de amplitude sem precedentes na vida do país, abrangendo verdadeiramente todos os setores e camadas da população brasileira, para desferir, unir, conduzir e liderar o imenso potencial de forças interessadas na democratização e na emancipação nacional. A Convenção mostrou que o Movimento Nacionalista já tem condições para tornar-se uma força de apoio decisivo para a realização das formidáveis tarefas que aguardam o governo do marechal Lott, no sentido da luta pela soberania nacional, contra o domínio dos trustes estrangeiros, e pela consolidação e aperfeiçoamento do regime democrático. Os milhares de comitês nacionalistas disseminados por todo o país, são hoje uma semente, no rumo da aliança de todo o povo pela emancipação nacional.

O sr. Juscelino Kubitschek vem mostrando empenho em aparecer como realmente interessado na vitória do marechal Lott. Nos últimos dias, além dos repetidos pronunciamentos que fez em Brasília, na data de seu aniversário, em favor da candidatura nacionalista, decidiu pôr em jogo sua influência no PSD mineiro, para reintegrar no esquema lottista — com ou sem o ex-ministro da Fazenda — o grupo possedista que ameaçam associar-se ao sr. José Maria Alkmin na sabotagem ao marechal Lott. Em seguida, enviou ao interior mineiro um seu «homem de confiança», o deputado Carlos Murilo, com uma carta de seu próprio punho, endereçada a todos os diretores municipais do PSD de Minas, fazendo um apelo à luta pela vitória de Lott, Jango e Tancredo.

Alguns círculos nacionalistas mais afoitos, que logo se tranquilizaram com esses gestos lottistas do presidente da República, acreditando que este punha assim um termo à subversão e à simpatia que a campanha jangista vem recebendo de setores de seu governo, são entretanto novamente obrigados a duvidar da clareza dos propósitos do sr. Kubitschek na presente campanha. Sobretudo em função dos acontecimentos na Guanabara, onde o governador Sette Câmara — homem reconhecido fiel à orientação do sr. Kubitschek — prima por uma atitude de alheamento, senão de hostilidade aos interesses da candidatura Lott, e onde a ação pessoal do sr. Kubitschek continua permitindo e estimulando o jogo divisionista das candidaturas Mendes e Tenório, em favor de Lacerda.

Apesar disso, tanto a candidatura Lott como, na Guanabara, a candidatura nacionalista e popular de Sérgio Magalhães, à medida que nos aproximamos do pleito aparecem como francamente vitoriosas. Graças sobretudo ao enorme esforço dispendido, no sentido de esclarecer o povo, pelas forças nacionalistas e democráticas que apolam esses candidatos, tanto a campanha de Lott como a de Sérgio puderam firmar-se, e manter-se em ritmo ascendente. Tanto isso é verdade que, já hoje, Jânio e Lacerda abandonaram completamente o estilo de tranqüila demagogia que vinham adotando, para cair no aberto desespero e no mais desenfreado anticomunismo. Esse é um sintoma evidente de que os candidatos da reação e do entreguismo já sentem o cheiro da derrota; e da derrota, para eles, mais definitiva e esmagadora, pois lhes será imposta por este grande fato novo que surge na nação brasileira: a ação consciente e organizada das forças mais vivas de nosso povo.



Renato Arena

TESTES DOS DOIS CANDIDATOS EM RECIFE

O Povo Aclamava Lott Nas Ruas e Jânio Curtia Ressaca na Cama

Menos de 30 dias antes do pleito, o marechal Lott e Jânio Quadros submeteram-se simultaneamente, em Recife, a um teste de popularidade que expressa bem, por toda a opinião pública do país, a ascendência da candidatura nacionalista, e a decadência e, mesmo, o processo de descomposição que toma conta da candidatura de Jânio, à medida que nos aproximamos de 3 de outubro. Jânio foi valado, embriagou-se e não pôde fazer o comício que programara com grande publicidade — tanto porque, na hora marcada, não havia povo no local do comício, como porque faltaram «condições físicas e morais» ao candidato de Rockefeller para ler o seu discurso.

Enquanto isso ocorria com Jânio, o marechal Lott, que voltava pela segunda vez à Capital pernambucana, foi alvo de uma nova e espetacular recepção popular em Recife. Além de poder cumprir rigorosamente o seu programa, o candidato nacionalista encontrou uma audiência entusiástica e numerosa — mais de 20 mil pessoas assistiram ao seu comício, e uma imensa multidão aplaudiu a sua passagem, em carro aberto, desde o Aeroporto de Guararapes até a rua Nova — para o pronunciamento enérgico e patriótico que fez sobre o rumo nacionalista que imprimirá ao seu governo.

Jânio no "porre"

Não é a primeira vez que Jânio não contém o seu gosto excessivo pelo álcool e deita a perder a programação da sua campanha poli-

tica. Em diversas ocasiões, sobretudo nas «surprise parties» da granfinagem carioca, ele já foi visto em condições deploráveis.

Em Recife, a cena foi assistida por elevado número de pessoas, pois ocorreu precisamente no banquete oferecido pelo governador Cid Sampaio. Jânio ficou em tal estado que teve de ir para a cama, e ser medicado. A repercussão causada entre os convidados foi tal que diversos membros da comitiva jangista se irritaram, e regressaram bruscamente para o Rio. Outros, entretanto, ficaram à cabeceira do «enfêrmo», e chegaram a alegrar-se quando às 8 da noite, receberam o recado de que não havia nem 200 pessoas na praça Dantas Barreto, para o comício de Jânio; puderam assim cancelar o comício, alegando «mau tempo» — à mesma hora, em diferentes locais da cidade, eram realizados com sucesso 10 comícios pró-Lott —, e ganharam mais algumas horas para pôr o candidato em condições de aparecer num programa de televisão. Mas a famosa «plataforma de governo», cuja leitura Jânio anunciara para o comício do dia 7 em Recife, ficou para outra ocasião.

Posições diante do comunismo

Não foi apenas no aspecto do êxito popular que o teste de Recife mostrou as candidaturas de Lott e de Jânio em dois polos opostos. Também no conteúdo dos seus pronunciamentos os dois candidatos revelaram posições de franco antagonismo. Jânio, no programa de televisão que ainda conseguiu fazer, limitou-se à sua demagogia rotineira, achando «agradável e simpático» o Presidente Kubitschek, elogiando Brasília, e atribuindo as dificuldades do país à «corrupção do funcionalismo» e à «inépola dos governos».

Já o marechal Lott, tanto em seu comício na praça Dantas Barreto, na noite de 8, como no programa de TV que também fez logo depois, procurou fazer uma análise séria dos problemas nacionais e, particularmente, do Nordeste. Identificou a ação antipatriótica dos grupos econômicos estrangeiros como principal responsável pela miséria que assafia o Nordeste, e prometeu que, no governo, agiria de maneira independente da pressão dos grupos econômicos. «Para o acerto do vosso voto — disse ele — a primeira coisa a verificar é a dependência de cada candidato em relação aos grupos econômicos, que aqui refletem a influência dos capitais estrangeiros. A essa altura de minha campanha, já posso dizer que sou em verdade um candidato do povo, e não dos grupos econômicos. Se estou nesta campanha, é apenas para combater pela emancipação do Brasil, enfrentando os falsos profetas, que procuram imitar a linguagem do povo tão somente para servir melhor aos grupos econômicos que os financiam».

O contraste apareceu mais gritante, entretanto, nas posições assumidas pelos dois candidatos em relação ao comunismo. Jânio deixou completamente de lado a sua antiga demagogia, com a qual pre-

tendeu aparecer diante dos trabalhadores como um defensor da legalidade para o Partido Comunista, e assumiu publicamente no Recife, diante da televisão, a sua verdadeira posição de antidemocrata e caluniador vulgar dos comunistas; repetiu velhos chavões, postos em circulação pela propaganda reacionária e americana, segundo os quais os comunistas seriam «incorríveis desertores», que obedecem a uma potência estrangeira, e prometeu enquadrar-se nas diretrizes do

DOPS e do Ponto IV Ianque, no que toca aos comunistas.

Já o marechal Lott, também diante da televisão de Recife, manifestou uma atitude serena, isenta ao mesmo tempo de demagogia e policialismo. Afirmou sua condição de católico praticante, para explicar sua divergência com os comunistas, mas declarou firmemente que «respeita o direito dos comunistas de defenderem suas idéias, dentro dos princípios assegurados pela Constituição».



Comício em Campos Impulsiona Candidaturas Nacionalistas

Com a presença de milhares de pessoas, Luiz Carlos Prestes falou em Campos, no dia 8 do corrente, para dizer por que o povo deve dar a Lott e Jango a vitória nas urnas a 3 de outubro. O comício, um dos maiores já realizados naquela cidade, contou com vários oradores, entre eles o deputado Geraldo Reis (PSD), um representante do PTB e os líderes sindicais Jaevr Barreto, Gabriel Alves de Oliveira e Delso Gomes. O discurso de Prestes,

que foi uma análise das características das duas candidaturas principais à Presidência da República, ganhou para as fileiras nacionalistas amplos setores do eleitorado flutuante, e deu novo impulso à campanha em Campos e nas cidades vizinhas, onde a luta pela vitória de Lott e Jango prossegue com maior entusiasmo. Na foto, aspecto do comício de Prestes na Praça São Salvador (Correspondência de Herval Arceira para NR).

Sartre Contra o Fascismo: Anistia na Península Ibérica

Na Livraria Francesa, em São Paulo, Jean Paul Sartre recebeu a visita de elementos representativos da Comissão Coordenadora do Movimento Pró Anistia aos Presos e Exilados Políticos da Espanha e Portugal, dra. Dolores de Melo Vasão, a atriz Maria Della Costa, a cantora Maria do Céu, os escritores Jorge Amado e Sérgio Buarque de Holanda. Sartre deu seu apoio a II.ª Conferência Latino-Americana, a realizar-se em Buenos Aires de 11 a 13 do corrente, declarando:

«Eu considero que este movimento é de uma importância capital, não somente por causa da influência que ele deve exercer sobre os governos de Portugal e Espanha, mas porque é ele a primeira forma de uma ação mais ampla ainda, que se deve constituir pela anistia de todos os prisioneiros políticos da Península Ibérica, presos por terem lutado contra o fascismo. Em consequência deve-se dar a esse movimento e à 2.ª Conferência Latino-Americana que transcenderá em Buenos Aires todo o apoio».

"Rush" Eleitoral de Prestes em S. Paulo

Luiz Carlos Prestes iniciou segunda-feira última, em Araçatuba, mais um «rush» de propaganda eleitoral das candidaturas Lott e Jango, falando a cerca de dez mil pessoas concentradas na Praça Rui Barbosa. Durante mais de uma hora, na tribuna e diante dos microfones das duas emissoras locais que transmitiram seu discurso, Prestes argumentou em defesa dos pontos-de-vista dos comunistas face aos problemas fundamentais do País e frente, particularmente, as eleições de 3 de outubro. Suas palavras foram várias vezes interrompidas por aplausos, e quando terminou seu discurso somente a custo pôde abandonar o local, pois todos queriam cumprimentá-lo e abraçá-lo.

catuba, foi cumprimentado no aeroporto daquela cidade por uma comissão composta de elementos de vários partidos políticos. As mesmas atenções se repetiram em Birigui, onde almoçou com sua comitiva. Já em Araçatuba, cerca das 16 horas, foi recebido pela Câmara de Vereadores, que se encontrava reunida extraordinariamente sob a presidência do sr. Floriano de Aruda Brasil. O vereador Irineu Baroni, designado pela Mesa, saudou Prestes, que se fazia acompanhar do deputado Luciano Lepera, também oficialmente recebido pela Casa. Prestes agradeceu, fazendo referências às tradições democráticas da Câmara Municipal de Araçatuba e aos problemas por cuja solução se empenha ao lado do povo. E expressou também as suas condolências, por intermédio da Casa, à população local, ainda abalada com a morte trágica há dias de Monsenhor Victor Mazzei, que ali exercia o sacerdócio há mais de vinte anos.

Vibração em toda parte

Prestes visitou em seguida o Comitê Nacionalista. Chegando de surpresa, poucos instantes depois, no entanto, a sede se achava superlotada e uma multidão postava-se à frente do prédio.

Nesse clima, já em seu início o comício realizado à noite apresentava proporções extraordinárias, notando-se na enorme massa popular a ansiedade de ouvir a palavra de Prestes. Estavam presentes delegações de vários municípios, entre os quais Andradina, Valparaíso, Guararape, Birigui, Rubiacea, Promissão, Mirandópolis, Penapolis, Avaíandava, Piacatú, Lins e Três Lagoas, este do vizinho Estado de Mato Grosso.

Presidente do PSD abriu o comício

O comício foi aberto pelo presidente do Diretório Municipal do Partido Social Democrático, sr. Fabriciano Juncael, e também ocuparam a tribuna o deputado Luciano Lepera, o líder sindical João Louzada, o sr. Clovis Benedito Cardoso, fazendeiro no município; o vereador Julio Monteagudo, do PTN; e o dr. Alberto Coutinho, de Andradina. Prestes, pouco antes de iniciar seu discurso, recebeu no pátio uma comissão de senhoritas que lhe ofereceu uma «corbeille».

Em Bauru e outras cidades

Luiz Carlos Prestes deixou Araçatuba após o meio dia de segunda-feira, rumando para Bauru, onde realizou comício à noite, daí prosseguindo para a Capital paulista. Onde falou em Guaranaez e Vila Matilde. De volta ao interior, falou novamente em Taubaté e, hoje, dia 15, em Jundiá e Campinas. Sexta-feira, Prestes estará em Ribeirão Preto, sábado em Presidente Prudente e domingo novamente na Capital, em Vila Formosa e Santana.

Na segunda-feira, pela manhã, Prestes deixará São Paulo rumo a Curitiba, devendo daí prosseguir para Porto Alegre, onde participará de outras concentrações populares.

Recebido pela Câmara Municipal

Prestes, que havia descido pela manhã em Bauru para ali tomar o automóvel que o conduziu a Ara-



Multidão ouve a palavra de Prestes

A presença de Prestes num comício em qualquer ponto do Brasil é garantia de praça repleta. Em Araçatuba, mais de dez mil pessoas se reuniram na praça Rui Barbosa para ouvir sua propaganda.

Fora de Rumo

Aproveitando os últimos dias da campanha eleitoral, os candidatos do entreguismo passaram a funcionar num «strip-tease», aos olhos insaciáveis do respeitável público. Lacerda, o homem do terreno da Avenida Chile, está sendo denunciado como propagandista de uma firma suíça interessada em vender ao Brasil máquinas para a impressão de papel-moeda. A firma é a Gualtieri Giorgi, que pagou as despesas da última viagem do Corvo à Europa.

Entre um passeio e outro para se deliciar com o belo panorama dos Alpes, Lacerda escrevia artigos patrióticos para a «Tribuna da Imprensa», em defesa da «nacionalização do papel-moeda». «Nacionalizzazione gualtieriana! Porca miséria!»

Numa entrevista coletiva, realizada no Maranhão, disse o marechal

Teixeira Lott, referindo-se ao sr. Jânio Quadros: «Quem não o conhece que o compre. Claro, quem não o conhece que o compre. E se a «Hanson's Latin American Letter», que tão bem o conhece, insiste em recomendá-lo a seus assinantes, é porque certos compradores são capazes de extrair bons lucros operando com mercadorias avariadas».

«Um dos responsáveis pelo suicídio do sr. Getúlio Vargas foi o sr. Carlos Lacerda», disse também o marechal Teixeira Lott em São Luiz do Maranhão, acrescentando que a Nação jamais esquecerá a campanha sordida de intrigas e calúnias, movida pelo Corvo para levar Getúlio Vargas ao suicídio. Observou ainda o marechal que enquanto isso Jânio e Lacerda procuram ludibriar os eleitores getulistas, organizando a chapa Jan-Jan, em que estarão em aliança os golpistas de 24 de Agós-

to e João Goulart, o homem que recebeu das mãos de Vargas, como melhor de confiança, a Carta Testamento.

A chapa Jan-Jan, observa o sr. Teixeira Lott, torneria a Jânio Quadros um terceiro vice, o primeiro — disse o marechal — já foi derrotado noutro pleito e o segundo é o sr. Ferrari, que no início da campanha foi à minha casa se oferecer para meu companheiro de chapa».

Nessa «strip-tease» Ferrari não poderia ficar de fora. Teria que comparecer ao espetáculo, para se exibir de mãos limpas e de corpo inteiro.

Quem não os conhece que os compre.

BANCIÁRIOS NO PAÍS INTEIRO:

Repelem Manobras Dos Banqueiros e Exigem Proposta de Emergência

Os líderes sindicais bancários de todo o País, reunidos durante os dias 11 e 12 do corrente, no Estado da Guanabara, decidiram promover a mobilização geral da categoria para uma vigorosa campanha nacional pela conquista da proposta de emergência, substanciada nos seguintes itens:

- 1) — aumento salarial de 50 por cento;
- 2) — fixação do salário profissional na base do mínimo regional, e mais 50 por cento sobre o maior salário mínimo vigente no País;
- 3) — extinção do trabalho aos sábados;
- 4) — continuação dos estudos da Comissão Mista Nacional, para elaborar o Contrato Coletivo de Trabalho.

Unidade nacional

Os banqueiros de todo o País, seguindo a orientação do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro, continuam evitando responder à proposta de emergência que lhes foi enviada pela Comissão Mista Nacional, e pelas entidades sindicais dos bancários. Alguns, entretanto, como os do próprio

Estado da Guanabara, de Curitiba e da Bahia, apelaram para uma tática divisionista, oferecendo, em resposta à

reivindicação de emergência, apenas aumentos salariais irrisórios, e silenciando sobre os demais itens da pro-

posta. Os da Guanabara e de Curitiba, por exemplo, ofereceram um aumento de 30 por cento; os da Bahia, de 25 por cento.

Com essas propostas, os banqueiros pensaram poder dividir os bancários, quebrar a sua unidade, e impedir o êxito da campanha pela proposta de emergência. Mas os bancários cariocas, como os seus colegas dos demais Estados, repudiaram essas ofertas, e decidiram permanecer unidos na luta, até a vitória final.

Apoio aos cariocas

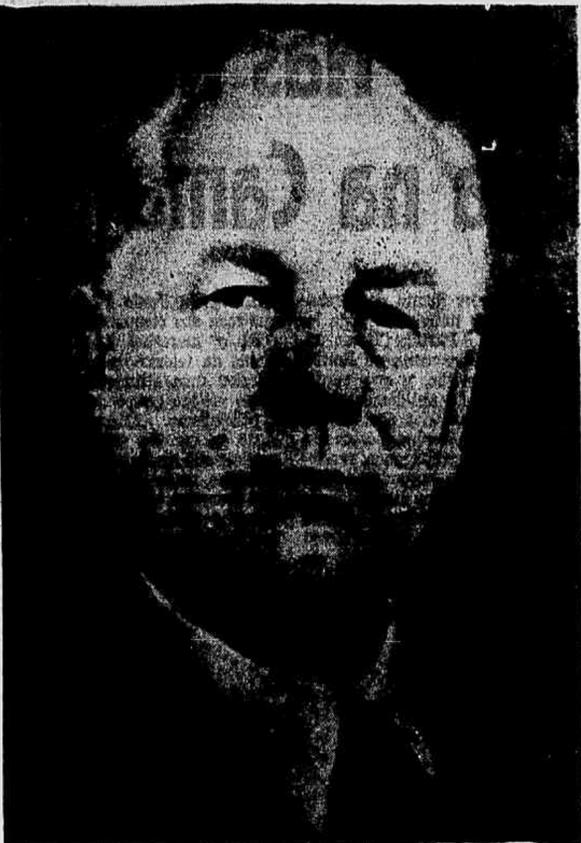
Na reunião nacional dos dias 11 e 12, estiveram presentes os representantes das sete Federações e dos 80 Sindicatos que congregam os 130 mil bancários de todo o Brasil. Nessa reunião foi aprovado um voto de solidariedade aos bancários cariocas pelo repúdio que vêm manifestando ao aumento salarial puro e simples que os banqueiros lhes oferecem.

Assembléias em todo o país

Além de decidirem permanecer em reunião permanente, os líderes sindicais de todos os Estados resolveram recomendar a todos os 80 Sindicatos que promovam assembléias gerais até o próximo dia 24, intensificando, através dos mais diversos meios — a agenda, a campanha pela proposta de emergência. A reunião recomendou ainda, a concentração frequente de bancários nas Delegacias Regionais do Trabalho, para prestigiar a Comissão Mista Nacional encarregada de elaborar o Contrato Coletivo de Trabalho, que constitui a reivindicação máxima de todos os empregados em estabelecimentos de crédito. Para assegurar o êxito da campanha, todos os entidades sindicais deverão constituir o seu Fundo de Solidariedade, destinado a custear as despesas necessárias ao êxito do movimento.

Apoio ao III Congresso

Os líderes reunidos nesta cidade, entre eles os de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Estado da Guanabara, decidiram aprovar um voto de louvor à CONTEC, pela dignidade com que se portou no III Congresso Sindical Nacional, repudiando as manobras divisionistas, e aprovando as resoluções do referido conclave. A proposta, que foi apresentada pelo líder Antônio Pereira Filho, secretário do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, foi aprovada por todos os dirigentes sindicais presentes.



Wilhelm Pieck

Wilhelm Pieck, presidente da República Democrática Alemã, morreu na manhã do dia 7 último. Contava ele 84 anos de idade.

Com Wilhelm Pieck desapareceu um grande dirigente do movimento operário internacional. Em toda sua vida, jamais deixou de lutar contra o militarismo, pela paz e pelo socialismo.

Companheiro de Karl Liebknecht, de Rosa Luxemburgo, de Clara Zetkin, de Ernst Thälmann, Wilhelm Pieck era, desde 2 de outubro de 1946, o presidente da República Democrática Alemã.

Durante quase 14 anos, encontrou-se à frente deste Estado de tipo novo, o primeiro Estado alemão dos operários e dos camponeses, o primeiro Estado alemão pacífico, por cujo advento ele conhecera a prisão e o exílio.

Nascido a 3 de janeiro de 1876, filho de uma família de operários, Wilhelm Pieck participou, desde sua mocidade, das lutas proletárias. Com dezesseis anos, tornou-se membro do sindicato da madeira; com dezenove anos, membro do Partido Social-Democrata Alemão.

Nas fileiras deste último, ele combate o oportunismo e o reformismo.

Durante a Primeira Guerra Mundial é ele um dos que levantam corajosamente a bandeira do internacionalismo proletário. Saúda com entusiasmo a Grande Revolução Socialista de Outubro.

É um dos fundadores do Partido Comunista Alemão, tendo sempre trabalhado pela unidade dos trabalhadores. Dirigiu, com Walter Ulbricht e Max Reimann, a luta heróica dos comunistas alemães contra o fascismo hitlerista.

Após a guerra, foi um dos mais resolutos combatentes em prol da unidade do movimento operário alemão. Em 1946, assinou com Otto Grotewohl o pacto de unidade entre o Partido Comunista e o Partido Social-democrata Alemão, do qual nasceu o Partido Socialista Unificado da Alemanha, partido único da classe operária na República Democrática Alemã.

Wilhelm Pieck contribuiu para estabelecer os fundamentos do renascimento de uma Alemanha democrática, dessa República Democrática Alemã que inspira aos outros povos a amizade e a confiança, e cuja existência e êxito desempenham um papel tão importante para preservar a paz.

No momento em que se assistia ao ressurgimento do imperialismo na Alemanha ocidental, foi Wilhelm Pieck quem declarou:

«Jamais a República Democrática Alemã permitirá que, do solo alemão, parta uma nova agressão contra a França.» Desde os bancos escolares, as crianças da R.D.A. se familiarizam com essa afirmação.

Comunistas brasileiros presentes

Nos funerais do camarada Pieck os comunistas brasileiros se fizeram representar por uma delegação encabeçada pelo jornalista Mário Alves, diretor de NOVOS RUMOS.

Carta do Sertão

Estado da Guanabara. Doutor Pêdo Jatobá: passemos três dias em festa na «Convenção Nacional».

O palácio «Tiradentes» foi piqueno pra cabé e povo dessa cidade... munto mais de ametade fiô cá fora sem vé.

Véi de todos os Estado sua arreprezentação. O Estado de Pernambuco mandô doutor Julião: cabeça de Rul Barbosa, corage de «Lampião».

Falô no premeiro dia doutor Ruberto Silvêra. Moço honrado, fala bem, pedestá dessa trincheira! Trincheira, de gente forte, qui vai dicidei a sorte dessa gente brasileira.

Falô dois ou três gaúcho. E' gente qui tem escola. Izartaro o Governadô doutor Lionê Brizola.

Falô o doutor Rolando: qui oabeça, qui purmão! Cada palavra do moço é u'a ribulção!

Um Diputado gaúcho gastô bastante saliva pra prová qui João Quado tá nos livro do Senado cum o nome de João Sirva.

A dona Edinha Lote falô do pai cum frimeza. Disse qui nossa bandêra tem munta graça e beleza, mas, a palavra «PROGRESSO» mereçe a nossa defesa.

A Sembrêia dioldiu: o Lote pra Prislidente O Vice doutor Gulá — o guia de nossa gente! Governo da Guanabara é o doutor Serjo, para sustança do continente!

Vem ai 3 de outubro, cumpade Pêdo, intê lá! Do teu péta vaquêro sardações Nacional.



50 Mil Recenseadores Fazem o Balanço Decenal do Brasil

Dentro de dois meses, no máximo, estará montado o «cérebro eletrônico» do IBGE para dar início à apuração dos dados do Censo de 1960. Parte de seu aparelhamento já chegou ao Brasil. O «cérebro eletrônico» vai revolucionar os serviços de apuração do recenseamento geral. Trata-se da mais moderna máquina deste gênero. Fabricada nos Estados Unidos (custou 3 milhões de dólares), realiza o trabalho de duas mil pessoas na quinta parte do tempo gasto por elas nas mesmas tarefas. Denominado também «computador científico», o cérebro eletrônico pode ser utilizado na solução de problemas complexos de física, engenharia e matemática aplicada. Em duas ou três semanas realiza tabelas de funções que antes exigiam anos para serem elaboradas.

Como funciona

Algumas de suas características: possui cerca de 7.800 válvulas, 14.500 diodos e 500 transistores, entre outros milhares de componentes. Seu peso bruto é de 35 mil quilos. Nêle funcionam 8.192 «memórias» de acesso rápido (microsegundos) e 32.788 «memórias» de acesso normal (17 milsegundos). É dotado ainda de equipamento periférico integrado de uma máquina de escrever, uma de perfurar fita de papel, uma de leitura foto-elétrica de fita de papel perfurada. Em um rolo de fita magnética pode-se armazenar cerca de 450.000 a 720.000 informações, cada uma com 36 caracteres binários. Assim, em 20 rolos teríamos 14.400.000 informações.

Seu funcionamento: do questionário do recenseador as respostas passarão, em forma de código, para um cartão. A transcrição será feita a lápis. O cartão será introduzido numa máquina capaz de reconhecer, por sistema foto-elétrico previamente marcado, perfurando por sua vez outro cartão. Os códigos do cartão perfurado serão transferidos a fitas magnéticas. Tem-se então o seguinte esquema de funcionamento: 1) questionário; 2) cartão marcado; 3) cartão perfurado; 4) fita magnética; 5) computador. Vai ser instalado nas dependências do IBGE na Praia Vermelha.

A marcha do recenseamento

Naturalmente, o aperfeiçoadíssimo «cérebro eletrônico» que vai economizar anos na apuração do Censo de 1960 — o VII recenseamento geral — realizará a fase final do balanço da realidade brasileira que vimos efetuando cada decênio. A primeira fase somente se inicia. E as dificuldades não são poucas. O dia 1.º de setembro é apenas simbólico para a realização do Censo. Na verdade, seu processamento dura dois a três meses, ou mais. A operação censitária compreende os censos de:

- População e habitação
- Agricultura e Pecuária
- Indústria e Comércio
- Serviços

Dificuldades

Num país como o nosso, onde a maior parte da população não tem acesso às informações mais elementares, não há jornais, não ouve rádio nem televisão — sobretudo as populações camponesas, ou seja, mais da metade dos habitantes do Brasil — a coleta dos dados do Censo é grandemente dificultada. No passado, as populações do campo desconfiavam sempre que se tratasse de recrutamento para as forças armadas. E negavam dados sobre homens válidos no seio de suas famílias. Este receio ainda hoje subsiste, em parte. Outro motivo de



Comissões para examinar a questão

Os bancários em luta organizaram comissões para debater os problemas criados pelas manobras dos banqueiros. Concordeiam que era preciso impedir tais manobras e exigir a proposta de emergência.

retimento, este mais difundido entre proprietários rurais, é a possibilidade de objetivar o governo um aumento dos impostos sobre a terra ou os gados. Hoje, existe ainda a suspeita de que os serviços dos recenseadores estejam ligados às eleições... Mas as dificuldades para a realização de um recenseamento que retrata melhor o Brasil atual não se limitam a aquelas opostas pela ausência de um esclarecimento de todo o povo. Há também dificuldades de ordem financeira. As verbas do governo para o Censo, que já deviam estar votadas com grande antecedência, não saíram ainda. Quando votadas, demoram de ser liberadas, sobretudo para o pagamento do pessoal extra contratado pela repartição competente.

Outro obstáculo: as grandes distâncias e falta de transporte. Isto, é claro, se refere em especial ao interior do País: Nordeste, Centro-Oeste e Amazônia. Os recenseadores do interior têm muitas vezes que vencer longas distâncias entre localidades não servidas por meios eficientes de transporte. E inúmeros habitantes do campo que vivem em casas isoladas não têm sequer notícia dos trabalhos do Censo.

Neste rol de impecilhos não se pode deixar de mencionar — pelo menos nesta etapa inicial — a falta ou escassez de material censitário: questionários, cartazes de propaganda, etc. Até mesmo de São Paulo têm vindo reclamações neste sentido.

Os recenseadores

Aproximadamente 50 mil recenseadores estão trabalhando em todo o País na coleta de dados referentes aos calculados 65 milhões de brasileiros, 2.500.000 estabelecimentos agrícolas, 160.000 estabelecimentos industriais, 400.000 casas comerciais e 240.000 estabelecimentos de prestação de serviços.

O critério para a escolha dos recenseadores foi razoável: submeteram-se eles a concursos nos quais têm que demonstrar um nível médio de conhecimentos para o exercício de suas atividades. Devem também saber tratar com os consultados. E para o melhor cumprimento de suas funções passam por aulas especiais ministradas por técnicos e cursos de treinamento. Estes cursos estão a cargo dos agentes de estatística do IBGE em cada município.

Os agentes de estatística foram advertidos sobre a necessidade de utilizarem no interior do País todos os meios disponíveis para a mais ampla propagação do Censo. Assim, devem recorrer à colaboração dos serviços de rádio e alto-falantes locais, promoverem palestras nas escolas, exibirem filmes documentários, e tomarem outras iniciativas visando o necessário esclarecimento do público.

Barreiras ao recenseador

Nem sempre a precisão dos dados do censo depende do agente recenseador. Assim, por exemplo, este nada pode objetar às informações de uma família referentes à cor da pele.

O recenseamento geral anterior (1950) revelou que mais de uma quarta parte da população brasileira é de mestiços. Dada a ausência de preconceitos raciais arraigados no Brasil, a tradição de mistura de raças desde os primeiros tempos da formação da nacionalidade, aqueles dados refletirão a realidade quanto à cor da população? O preenchimento do questionário é feito em geral por um membro da família visitado pelo agente do censo. Pode ser na sua ausência. O

agente não pode, além disso, objetar coisa alguma às informações prestadas. Cabe-lhe apenas aceitá-las, admiti-las como verdadeiras.

Em censos anteriores, pareciam igualmente duvidosos os dados sobre religião, apresentando como católicos quase 100% dos habitantes do País. Nos últimos anos os preconceitos — e os temores — neste sentido vão sendo postos de lado, e aumentam nos censos as porcentagens de fiéis que professam outros credos ou de pessoas que não têm religião alguma. E verdade que esta diferença também corresponde a uma tendência determinada pela crescente diferenciação de classes, pelo aumento da difusão da cultura, pela influência crescente do marxismo, etc.

Quanto à religião, portanto, é provável que o VII Recenseamento Geral forneça dados mais fidedignos. Não há dúvida porém de que preconceitos ainda subsistem neste terreno, uma vez que a Igreja católica está praticamente entrosada ao Estado, aparecendo quase como religião oficial. Neste caso, os dados do censo vão depender bastante da honestidade do recenseado, de que ele não tema discriminações por professar esta ou aquela religião, ou por não ter religião.

As primeiras informações

Tudo indica que é em São Paulo onde marcham mais aceleradamente os trabalhos do censo. Na noite de 31 de agosto para 1.º de setembro foram recenseadas as pessoas em trânsito pela Capital paulista, nas estações de ônibus para o interior, no aeroporto, nas estações ferroviárias e no porto de Santos. Na Capital, mais de duas mil pessoas foram recenseadas em trânsito e no porto de Santos 800, além das tripulações de 29 navios e 58 barcos de pesca.

O prazo previsto para a conclusão dos trabalhos na Capital de São Paulo e nos centros urbanos do interior do Estado é 15 de setembro. Mas nas zonas rurais, mesmo com todas as facilidades de comunicações de que dispõe o Estado, não há prazo fixo, pois as dificuldades também se observam ali. E para todo o Brasil o recenseamento das regiões agrícolas só estará concluído, segundo se prevê, em fins de 1961.

No entanto, os chamados «dados universais» — os resultados mais gerais do censo — serão divulgados pelo IBGE ainda antes de terminar o período presidencial do sr. Juscelino Kubitschek. São os dados referentes ao censo demográfico e ao industrial.

NOVOS RUMOS

Diretor
Mário Alves
Diretor Executivo
Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe
Fragman Borges
Secretário
Luiz Fernando Cardoso
Gerente
Guttenberg Cavalcanti
Redatores

Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rul Facó, Solon Pereira Neto

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/805
SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS	
Anual	Cr\$ 250,00
Semestral	> 130,00
Trimestral	> 70,00
Aérea anual, mais Cr\$ 100,00, semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.	
Número avulso	Cr\$ 5,00
Número atrasado	> 8,00

Já está nas livrarias

A DIPLOMACIA DO DÓLAR

L. Vladimirov

Com farta documentação histórica, retirada em grande parte dos próprios arquivos norte-americanos, o autor nos revela a ação imperialista da diplomacia dos Estados Unidos contra Cuba, Filipinas e as outras colônias espanholas, quando nos fins do século passado se libertaram da metrópole.

Um livro de grande atualidade que ajudará o leitor a compreender e valorizar a obra de libertação que hoje realiza o povo cubano.

Preço Cr\$ 240,00

Lançamento da

EDITORIAL VITORIA LIMITADA

Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165

Rio de Janeiro — Estado da Guanabara

Notas Sobre Livros

Entre os livros aparecidos ultimamente, há um que devemos recomendar muito especialmente aos leitores deste jornal...

A importância e a atualidade dos estudos enfiados nos dois volumes deste livro podem ser avaliadas com a só enumeração dos capítulos que o compõem...

Os grandes problemas políticos, econômicos e sociais da atualidade brasileira são debatidos pelo autor com um minucioso conhecimento de causa...

O dr. Osny Duarte Pereira, como se sabe, é membro ilustre da alta magistratura do País. Desdobrado em pugnaz publicista, por imposição irresistível do seu amor à Pátria comum...

Da Editorial Vitória devemos registrar os seus últimos lançamentos, a saber:

Cartas de Dois Mundos, dos Irmãos Freitas Azevedo, é um pequeno volume de 200 páginas, contendo as cartas escritas por três rapazes e uma moça...

Como se trata de pessoas que não são comunistas, mas sérias e honestas, o seu testemunho apresenta considerável interesse para quem desejar informações sobre certos aspectos da vida soviética...

O que Dará o Plano Setenal ao Cidadão Soviético, de Vitor Jukov, economista soviético. O próprio autor nos diz que seu trabalho tem por objetivo...

Astrojildo Pereira

PALAVRAS, PALAVRAS

É sem dúvida muito bonita a prática da democracia; estamos vivendo-a agora, neste momento em que as eleições se aproximam...

É verdade que aparecem uns «slogans» que chegam a provocar risos e sorrisos. Há candidatos que são por demais conhecidos mas que têm a audácia de falar em honestidade, em lealdade...

Outro candidato se declara apenas «uma palavra leal e sincera». Bastará? Mas o bom mesmo é aquele outro que nas suas faixas e cartazes tem pintadas duas vaquinhas, duas tristes vaquinhas...

A cidade está toda enfeitada; há ruas nas quais as faixas de candidatos criaram verdadeiros túneis. Há nomes dos quais jamais se ouviu falar, mas que declaram um passado de luta...

Há coisas muito engraçadas. Na Senador Dantas, por exemplo, há um cartaz de Jânio Quadros falando em Honestidade (?) e outras promessas e bem ao lado um homem pisca um olho declarando...

Estamos a poucos dias das eleições. Vamos ter cuidado, muito cuidado para votar e bem votar. Cuidado com os números, irmãos.

Encido

Tópicos Típicos

Entre os intelectuais partidários de Jânio-Milton-Lacerda, definem-se três categorias: há os que participam ativamente da campanha...

No JORNAL DO BRASIL de 10-9, Walmir Ayala escreve sobre Lúcio Cardoso. Coincidência interessante: nenhum dos dois é fanático...

Antonio Carlos Villaca, no mesmo jornal, diz coisas bastante duras a respeito de um velho personagem desta colônia...

É um escritor católico, portanto, que afirma aquilo que nós temos afirmado desde há muito, sobre o entreguismo empedernido do Centro D. Vital...

No O GLOBO, o reboledo dos irmãos Marinho está cada vez mais furibundo. Dia 8, mandaram aquele apedrejado infeliz, o Ibrahim Sued...

Para Tennessee Williams (CORREIO DA MANHÃ de 10-9), ao ser humano é um animal da pior espécie. Influência dos amigos, provavelmente...

O comunismo, quer como filosofia, quer como movimento de ação política, encontra-se inteiramente em declínio nos países europeus...

Pedro Severino

A SÉTIMA ARTE NA TCHECOLOVAQUIA

Um Milhão de Trabalhadores no Festival Cinematográfico

GUIDO ARAUJO De PRAGA, especial para NOVOS RUMOS

Fazia um frio de outono, apesar de nos acharmos no verão. A chuva era de uma constância irritante...



As chuvas que caíram sobre o público que assistiu aos filmes ao ar livre, não tiveram outro efeito que o de obrigá-los a cobrirem-se com guarda-chuva e aconchegarem-se.

Chuva e frio amor e arte

Buenos Dias, FIDEL

NICOLAS GUILLEN

«Pasajeros en tránsito, cambio de avión para soñar! — Oui, monsieur; si señor. Nacido en Cuba, lejos, junto a un palmar. Tránsito, si. Me voy. ¿Azúcar? Si, señor. Azúcar medio a medio del mar. — ¿En el mar? ¿Un mar de azúcar, pues? — Un mar. — ¿Tabaco? — Si, señor. Humo medio a medio del mar. Y calor. — ¿Baila la rumba usted? — No, señor; yo no la sé bailar. — ¿Inglés, no habla en inglés? — No, monsieur; no, señor, nunca lo pude hablar.»

«Pasajeros en tránsito, cambio de avión para soñar!»

Llanto después. Dolor. Después la vida y su pasar. Después la sangre y su fulgor. Y aquí estoy. Ya es el mañana hoy.

Mr. Wood, Mr. Taft, adiós. Mr. Magoon, adiós. Mr. Lynch, adiós. Mr. Crowder, adiós. Mr. Nixon, adiós. Mr. Night, Mr. Shadow, adiós!

Podéis marcharos, animad mucho, que nunca os vuelva a ver. Es temprano; por eso tengo que trabajar. Es ya tarde; por eso comienzo a amanecer. Va entre piedras el río...

— Buenos dias, Fidel.

Buenos dias, bandera: buenos dias, escudo. Palma, enterrada flecha, buenos dias. Buenos dias, perfil de medalla, violento barbudo de bronce, vengativo machete en la diestra. Buenos dias, mis manos, mi cuchara, mi sopa, mi taller y mi casa y mi sueño; buenos dias, mi arroz, mi maíz, mi zapatos, mi ropa; buenos dias, mi campo y mi libro y mi sol y mi sangre sin dueño. Buenos dias, mi Patria de domingo vestida; buenos dias, señor y señora; buenos dias, montuno en el monte naciendo a la vida; buenos dias, muchacho en la calle cantando y ardiendo en la aurora. Obrero en armas, buenos dias. Buenos dias, fusil. Buenos dias, tractor. Azúcar, buenos dias. Poetas, buenos dias. Desfiles, buenos dias. Buenos dias, altas muchachas como castas cañas. Canciones, estandartes, buenos dias. Buenos dias, oh tierra de mis venas, apretada mazorca de puños, cascabel de victoria...

El campo huele a lluvia reciente. Una cabeza negra y una cabeza rubia juntas van por el mismo camino, coronadas por un mismo fraterno laurel. El aire es verde. Canta el sinsonte en el curquino... — Buenos dias, Fidel.

cessem aos imensos anfiteatros ao ar livre, atraídos pelo Festival de Filmes dos Trabalhadores. Este ano, pela décima primeira vez, tem lugar na Tchecoslováquia o Festival de Filmes dos Trabalhadores — Filmovy Festival Pracujících. Muito diferente dos festivais de Cannes, Veneza ou Karlovy Vary, não possui correspondente em nenhuma outra parte do mundo...

Em 23 cidades

Em 1948, na ocasião em que a Tchecoslováquia realizava o III Festival Internacional de Filmes, foi levado a efeito o I Festival para os trabalhadores, tendo sido escolhida a importante cidade moravia de Gottwaldov, como local para a experiência deste festival de filmes de novo tipo...

As sessões do F.F.T. tomam parte delegados e jornalistas nacionais e estrangeiros. Geralmente, a direção do Festival, convida os realizadores e atores dos filmes que são apresentados a participarem como delegados...

A escolha dos filmes é feita pela comissão organizadora do Festival, e recal geralmente, nas melhores películas da produção mundial do ano, não sendo raro encontrar entre elas muitas premiadas em festivais internacionais de cinema...

Ao ar livre

Para que todo o público possa comparecer às sessões do Festival, foram construídos imensos cinemas ao ar livre, com capacidade até para 20 mil pessoas. Estes «Cines de Verão» — «Letni Kino» — são criações recentes...

res de espectadores. O XI F.F.T., organizado pelo Filme Tchecoslovaco, o Comitê Central da Frente Nacional e o Movimento Sindical Revolucionário, desenrolou-se paralelamente ao XII F.I.F. de Karlovy Vary em 23 centros importantes do país. Em cada lugar a duração foi de 9 dias. Esta grandiosa manifestação cultural e política foi inaugurada na Bratislava, capital da Eslováquia...

15 países participantes

Dezoito dias depois do início do Festival, houve a festa de encerramento com a solenidade da proclamação dos prêmios, efetuada no Estádio de Inverno — Zimni Stadion — em Praga. Ao XI F.F.T. estiveram presentes não somente os filmes de longa metragem, mas também curta metragem de 15 países: Inglaterra, Bulgária, Tchecoslováquia, França, Itália, Japão, Iugoslávia, Hungria, México, Alemanha Ocidental, Alemanha Oriental, Polónia, România, URSS e Espanha...

Os festivais de filmes para os trabalhadores são a prova mais concreta do interesse que a população trabalhadora da Tchecoslováquia manifesta pela arte cinematográfica. Através destas grandiosas manifestações filmicas, o maior número possível do público tchecoslovaco pode conhecer as notáveis obras da produção mundial e apreciar assim a enorme importância do cinema na luta pela paz e pela amizade entre os povos.

Os premiados

Grande prêmio do XI F.F.T.: Balada do Soldado — URSS; Dois Premios Principais do XI F.F.T.: Principio Superior — Tchecoslováquia e General Della Rovere — Itália; Premios individuais: Direção — ao diretor da Alemanha Ocidental Wolfgang Staudte pelo filme «As rosas para o Procurador Geral»; Fotografia — ao câmara Henri Decae pelo filme da «nouvelle vague» «Quatrocentos Golpes»; Prêmio de curta-metragem ao diretor tchecoslovaco, Kurt Goldbergo.



No cartaz e em pessoa

Os trabalhadores tchecoslovacos tiveram a dupla satisfação de ver Janna Prochorenková, atriz do premiado «Balada do Soldado», na tela e pessoalmente ficou a dúvida de como teria agradado mais...

MOVIMENTAM-SE OS TRABALHADORES PAULISTAS

Novo Salário Mínimo Revisão Dos Salários



As «mãos limpas» estão sujas

EM SÃO PAULO

Trabalhadores Decidem: Lott e Jango em Outubro

São Paulo — Com redobrado entusiasmo a Frente Eleitoral dos Trabalhadores lança-se à luta em favor das candidaturas Lott-Jango. Fábricas e mais fábricas são diariamente percorridas, realizando-se então o mais democrático dos diálogos. Os dirigentes da Frente ouvem as justas queixas dos trabalhadores e os esclarecem sobre as questões de atualidade, desde aquelas que dizem respeito aos seus interesses imediatos — salários, previdência social, segurança no trabalho — aos problemas referentes à emancipação econômica do país, à solidariedade ao valoroso povo cubano. Assim vem crescendo a receptividade às candidaturas nacionalistas entre os trabalhadores paulistanos. Sente-se a redução do campo de manobras do sr. Jânio Quadros, batido em diversos setores do proletariado, fato que anuncia sua derrota a 3 de outubro. Alguns

observadores recordam a campanha presidencial de JK, em 1955, sua pequena penetração neste Estado, enfrentando Juarez apoiado pelo sr. Jânio Quadros (então governador) e o sr. Adhemar de Barros, mais de uma vez ocupante de altos cargos no Executivo bandeirante. A situação atual é inteiramente diferente. Concorridos são os comícios Lott-Jango, mais é a movimentação eleitoral em torno dessas nomes e há maior unidade das forças que os apóiam. Os prognósticos mais otimistas podem descer e já ser feitos anunciando a vitória dos candidatos nacionalistas em outubro.

O Sr. Adhemar de Barros, renitente candidato, apesar da curiosidade que desperta ainda, está com pouca terra sob os pés. Os pessepistas olham com ceticismo seu futuro político, e em grande número preferem consagrar nas urnas o nome de Lott, porque entendem que assim estarão realmente contribuindo para lançar ao ostracismo político o sr. Jânio Quadros, o homem que por tantos anos infligiu ao chefe social-progressista as mais duras humilhações. Este é o quadro atual das forças que se preparam para o grande embate de 3 de outubro, destacando-se o papel da classe operária, cada vez com maior consciência de sua responsabilidade na luta pela libertação econômica do Brasil.

Motoristas paralisarão dia 15

São Paulo — Na última semana entraram em greve por 24 horas os motoristas de taxis. Provocou o movimento paredista uma portaria da Diretoria do Serviço de Trânsito determinando exame psicológico para os profissionais do volante. Como se recorda, a Assembléia Legislativa criou uma comissão para devassar os arquivos da D.S.T., com vistas ao selecionamento de profissionais, alguns deles acusados de graves infrações aos códigos que disciplinam a atividade. Antes que o órgão legislativo adotasse qualquer medida, o sr. Vicente Saguas, figura de proa das hostes carvalhistas e janistas, baixou a citada portaria.

Os motoristas em greve (26.000) realizaram várias assembleias, deliberando em uma delas atenderem gratuitamente a solicitações de veículos em caso de morte, doença ou motivo evidentemente superior, mantendo para a isso de plantão grande número de homens. Não faltou a eles o apoio dos demais trabalhadores paulistas que, representados no Conselho Sindical, compareceram na pessoa de seus mais destacados líderes às reuniões no Sindicato. Foi destacada a atuação do deputado Rocha Mendes Filho que, nas vinte e quatro horas da «pareda», esteve junto aos motoristas, ajudando-os. Se até o dia 15 do corrente o governo do sr. Carvalho Pinto não abolir aquela exigência, os motoristas paralisarão então por tempo indeterminado o serviço, com graves prejuízos gerais.



Operários da VEMAG vêm longe...



Os jovens querem escolas

SARTRE NO ENCONTRO COM LÍDERES SINDICAIS:

Apoio Aos Povos Coloniais Luta Contra o Imperialismo

Sartre e Simone de Beauvoir tomaram conta de São Paulo na semana passada. Conferências sobre filosofia,

Sindicato e Federações de Trabalhadores prosseguem na realização de assembleias e outras reuniões, visando a conseguir seja decretado antes de 3 de outubro o novo salário mínimo. Discutem, por outro lado, o início da campanha pela revisão geral de salários, tendo em vista que a maioria dos acordos firmados entre empregados e empregadores termina antes de dezembro próximo.

Reunião com delegados das fábricas

Os sindicatos vêm agora de adotar um método de reuniões de base visando a facilitar a unidade nas empresas e melhorar o comparecimento às assembleias gerais das categorias, com reuniões dos delegados das fábricas, nas subseções das entidades de classe.

O Sindicato dos Marceneiros realizou há poucos dias, com pleno êxito, esse tipo de reunião.

Em praça pública

Os sindicatos de Santa André realizaram com sucesso uma reunião de trabalhadores, convocada pelos sindicatos locais, em praça pública. Perante grande número de operários e suas famílias foram discutidas questões relacionadas com a revisão do salário mínimo e dos novos níveis salariais.

Próximas assembleias

Novas assembleias sindicais foram convocadas, destacando-se as de do-

mingo próximo, convocadas pelos sindicatos dos trabalhadores em laticínios e café; plásticos e dos operários em frigoríficos.

Dia 25 vão reunir-se as duas maiores categorias profissionais do Estado: têxteis e metalúrgicos.

A dos têxteis se reveste de particular importância, pois, dela participam dirigentes sindicais têxteis de todo o Estado de São Paulo, através de convocação da Federação da categoria. Estará presente, também, a diretoria do Sindicato dos Mestres e Contramestres.

Centenas de milhares de trabalhadores, nesse dia, enviarão mensagens ao presidente da República, encarecendo a necessidade de decretar o novo salário mínimo antes de 3 de outubro.

Delegação com J.K.

Seguiu hoje para Brasília uma delegação de diretores de Sindicatos e Federações, tendo à frente os srs. Luiz Menossi, presidente do Conselho e Floriano Francisco Dezem, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria Química e Farmacêutica, a fim de discutir com o presidente da República sobre a conveniência da aprovação imediata dos novos níveis do salário mínimo. O ministro do Trabalho, sr. João Batista Ramos, estará presente à reunião.

CMTC quer auxílio de JK

Insistem a diretoria da CMTC e o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos na tese, segundo a qual cabe ao governo da União auxiliar a CMTC no pagamento dos aumentos salariais de seus empregados.

A última assembleia da categoria profissional, depois de aceitar a majoração de 30%, determinada pelo Tribunal Regional do Trabalho, resolveu acolher sugestão do diretor-comercial da concessionária, no sentido de que fosse pleiteado junto ao governo federal um auxílio para atender à majoração salarial.

No mesmo sentido, resolveu a assembleia pleitear do governador Carvalho Pinto uma subvenção.

Delegação a Brasília

Tudo está preparado para pressionar o governo federal, a fim de que conceda verba para ajudar a concessionária a fazer face às despesas com o aumento salarial, inclusive a ida de uma delegação de motoristas a Brasília, chefiada pelos srs. Cneu Dantas, presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos e capitão Leite de Almeida, diretor comercial da CMTC.

Nada quanto CP

Entretanto, é de estranhar-se que, embora tenha a assembleia também resolvido fazer idêntico pedido ao governo estadual, até agora nem a CMTC nem os diretores do Sindicato dos Condutores de Veículos tomaram providências para cumprir a resolução da assembleia, quanto à solicitação ao governador Carvalho Pinto.

Os jovens operários não amam apenas as "peladas" da varzea e não se contentam em gastar o seu tempo na dura luta pelo pão de cada dia. Eles querem escolas e também por isso, defendem as candidaturas de Lott e Jango.

debates sobre teatro e a situação da mulher, temas de literatura. E também uma larga troca de informações e opiniões com os líderes operários. Esta reunião foi realizada na redação de «Última Hora», assistindo a ela grande número de dirigentes sindicais do Estado. Diretores e redatores desse jornal acompanharam com o maior interesse o decorrer dos debates, funcionando como intérprete o sr. João Elcheverry.

Tendência

As perguntas feitas pelo intelectual francês puseram em evidência as diferenças de tendências entre os próprios líderes sindicais de S. Paulo. Enquanto alguns, como o sr. Dante Pelacani, negava existir na massa de trabalhadores qualquer tendência ideológica, outros informavam que o proletariado tem uma ideologia cada vez mais acentuada, embora não bem definida. «De um modo geral» informou Luis Tenorio de Lima, «os sentimentos predominantes no seio do proletariado paulista são o antiimperialismo. Nossa classe aspira à libertação econômica e política do país». A necessidade da frente única da classe operária com outras classes e camadas para atingir esse objetivo foi também colocada em evidência com força.

Escala móvel

O tema da escala móvel de salários veio à baila numa pergunta de

Notas de São Paulo

O avanço da candidatura Teixeira Lott em São Paulo é um fato que está impressionando vivamente os círculos dirigentes da campanha janista. Tanto dos bairros da Capital quanto do interior chegam notícias da enorme repercussão que teve a denúncia feita pelo marechal a respeito da «campanha milionária» do seu opositor. Por outro lado, a sanção da Lei de Previdência se está constituindo num forte argumento pró-Lott, nos meios proletários. E mais: a atitude da maioria dos patrões reacionários, que se opõem a revisão do salário mínimo e se estão manifestando contra qualquer aumento de salários, patrões que — e não por mera coincidência — são também destacados próceres e financiadores da campanha janista, é fato que leva os trabalhadores a se inclinarem cada vez mais para o lado do candidato nacionalista.

A greve dos motoristas de taxis foi outro elemento importante desta semana. Muito embora tenha tido uma finalidade estritamente de interesse dos motoristas, foi também uma manifestação contrária ao sr. Carvalho Pinto e, portanto, indiretamente, contra Jânio. Aliás, acredita-se que o portaria que determinou a realização de exames psicológicos constituiu já uma medida de represália, uma vez que é conhecida a tendência ademerista e lottista da maioria dos motoristas de taxis da capital (sendo que os ademeristas se dispõem a votar, agora, em Lott).

O noticiário nacional tem uma grande repercussão aqui: a campanha do «já ganhou», insuflada pelo comando janista, vale menos que as notícias providas, por exemplo, de Recife, onde se sabe que o candidato da UDN não pôde sequer ler sua plataforma de governo.

Final, o desespero dos homens de Jânio toma formas concretas na exigência feita ao sr. Carvalho Pinto, e a todos os participantes de seu governo, de atuarem publicamente na campanha eleitoral. O governador que vinha se negando a comparecer a comícios, foi obrigado a fazê-lo, ao lado do próprio Jânio, enquanto os secretários do governo receberam a incumbência de garantir a vitória eleitoral nas suas zonas de influência, no interior.

Unidade

Na última parte do encontro, respondendo a perguntas dos líderes operários, Sartre teve oportunidade de salientar a importância da unidade do movimento operário, ressaltando a experiência da CGT francesa, que se bate permanentemente por esse objetivo e organiza lutas em conjunto com outras organizações sindicais paralelas. E sobre os objetivos do movimento operário, afirmou textualmente: «Acho que existem três coisas essenciais: a luta pela paz; a luta contra o imperialismo em seu conjunto; a solidariedade a todos os povos subdesenvolvidos e coloniais, que procuram sua emancipação e o progresso».

Encerrando o debate, Sartre teve ainda oportunidade de ressaltar a importância e o caráter de revolução cubana, onde a redução da custo de vida e os esforços de industrialização caminham a unidade de todo o...

Trabalhadores do campo

O escritor francês manifestou também interesse em saber o que faziam os trabalhadores da cidade em função dos seus irmãos do campo. As medidas tomadas a fim de facilitar sua organização bem como a luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo lhe foram informadas, falando-se também do apoio dispensado pelo movimento operário da capital à luta que os camponeses de Santa Fé do Sul estão desenvolvendo para não serem expulsos das terras que ocupam.

Argélia

A última pergunta de Sartre se relacionava com a Argélia, que poderia os operários paulistas fazer, no quadro da sua luta antiimperialista, em

GUERRA COLONIAL NO CONGO

ONU OTAN e EUA Não Conseguem Dobrar o Povo Congolês

O grande baile de máscaras promovido no Congo pela Bélgica, as potências da OTAN e o próprio secretário geral da ONU, Dag Hammarskjöld, começa a chegar a seu fim e os principais protagonistas vão mostrando suas caras verdadeiras. Isto facilitou ao primeiro-ministro e líder do povo congolês, Patrice Lumumba, a tarefa de colocar uma questão absolutamente clara a todos aqueles que de uma forma ou de outra podem influir no conflito: é preciso escolher entre o povo do Congo, representado pelo Governo central e os imperialistas, com seus agentes negros e brancos.

O plano dos colonialistas belgas, ajudados pelo grande capital norte-americano, inglês, francês e germano-ocidental, que já lançou suas garras nos minérios do Congo, era muito claro e simples desde o início. Tratava-se de desprestigiar os dirigentes políticos representativos e tentar fortalecer a posição de bonecos como Casavubu, eleito Presidente da República e destituído por Lumumba, Ileo, presidente do Senado e "primeiro-ministro" de Casavubu, Tchombe, sócio dos belgas e nomeado por eles para chefiar o governo provincial de Catanga, Calonji, chefe do "governo" separatista de Casal, etc. A dependência desses "governos" ao colonialismo belga é tão clara que incluem como ministros, assessores e oficiais militares e conhecidos representantes da "União Mineira do Alto Catanga" e para-quadristas belgas.

Onde Dag entra

Quando os planos belgas esbarraaram com a firme resistência do Governo congolês de Lumumba, e com o apoio decidido dos países africanos independentes e do campo socialista, a tática colonialista foi adaptada para incluir um elemento novo: o secretário geral da ONU. Se a nova tática fosse bem executada, os belgas e seus sócios da OTAN só teriam a ganhar. Encobertos pela "imparcialidade" das Nações Unidas, as manobras tendentes a separar a Catanga, Casal e Quivu do resto do país poderiam até ter um melhor resultado. Hammarskjöld e seus auxiliares, Raip Bunch e Andrew Cordier, fizeram o possível e o impossível para manietar as mãos de Lumumba e dos ministros mais firmes. Ao mesmo tempo, utilizavam-se de Casavubu, Calonji, Ileo e do ex-ministro do exterior Justin Bomboco para espalhar boatos e "apelos" não aprovados pelo governo aos belgas, aos Estados Unidos e à França.

Um fato que passou mais ou menos despercebido mostra bem a atividade colonialista de Hammarskjöld. Diante da atitude pro-

telatória e conciliatória dos funcionários da ONU no Congo, que até hoje continuam permitindo a presença de milhares de soldados belgas disfarçados em "técnicos", o Conselho de Segurança marcou uma reunião para o dia 21 de agosto. Depois de um acordo entre representantes da OTAN e Hammarskjöld, este último preparou uma resolução segundo a qual o Congo passaria a ser "administrado" pelas Nações Unidas, relegando a uma posição meramente decorativa o verdadeiro Governo congolês. A denúncia feita pela União Soviética e as críticas violentas de Lumumba à atuação da ONU fizeram com que Hammarskjöld e seus aliados da OTAN desistissem, pelo menos temporariamente de seus planos.

Ataque e contra-ataque

Com o aguçamento da luta no Congo, Hammarskjöld começou a tomar uma atitude mais "enérgica". Em primeiro lugar, enviou ao Governo belga uma nota de protesto por estar retardando a retirada dos soldados que ainda estão na Catanga. Ao mesmo tempo, porém, seus auxiliares diretos no Congo contratavam estes mesmos soldados e oficiais para "administrar" as bases militares belgas de Camina e Quitona e toleravam a presença de militares belgas nos quadros do exército de Tchombe. Os protestos do Governo congolês contra as decisões arbitrárias dos funcionários da ONU, tomadas sem qualquer consulta ao Governo e que na realidade tolhiam sua liberdade, eram sistematicamente desprezados. Essa situação culminou com a ocupação pelas tropas da ONU da Rádio Nacional do Congo e de vários aeroportos do país, deixando o Governo legítimo sem qualquer meio de comunicação ou transporte rápidos. As portas da rádio e dos aeroportos, entretanto, continuaram abertas para Casavubu, Calonji e companhia.

Velo então o golpe de Estado de Casavubu. Para compreender bem o golpe, é preciso observar que começavam a dissipar-se as esperanças colonialistas de que o Congo se transformaria num verdadeiro caos em virtude da sabotagem e das manobras e boatos fabricados pelos colonialistas e pelos funcionários da ONU. Todas as tentativas de derrubar Lumumba também foram por água abaixo. Era preciso agir depressa. Quase ao mesmo tempo, como peças de um mesmo mecanismo, aguçaram-se os conflitos provocados pelos separatistas de Catanga, Casal e Quivu, o "presidente" Casavubu destituiu o Primeiro-Ministro Lumumba, Josef Ileo e Justin Bomboco faziam pronunciamentos "sensacio-

nais" e, finalmente, o secretário geral da ONU publica um relatório em que acusa Lumumba de irresponsável e desonesto. A pressão vinha de todos os lados e chegara ao máximo de força. Mas mesmo isso foi insuficiente para amarrar o Congo novamente à máquina colonial. Restava ainda uma esperança: perpetuar a existência de uma dualidade de governos e a divisão do país. E é exatamente isto que agora procuram fazer, mantendo o boneco Josef Ileo como "Primeiro-Ministro" e Casavubu como "Presidente", embora ambos se encontrem em Brazaville, no ex-Congo Francês, aliado pelo abade Youlou, também conhecido como "Salazar de batina".

A derrota, entretanto, fôra amarga, apesar das tentativas de diminuí-la. Tchombe, reconheceu que a tática inicial tinha que ser novamente modificada, afirmou não ser mais partidário de um sistema federativo para todo o Congo, ou de uma união entre a Catanga e o Casal, ameaçados ambos pelas tropas congolêsas de Lumumba. Agora, segundo Tchombe, Catanga quer ser inteiramente independente, isto é, colônia belga disfarçada. A jogada de Tchombe é desesperada, e, portanto, arriscada. Por isso, Hammarskjöld e Cia. ainda não se manifestaram. Esperam uma oportunidade melhor para defender a "autodeterminação" do boneco belga Tchombe.

Na Argentina polícia também é «austera»

A Polícia Federal Argentina, informa a revista «Time», foi feita à imagem e semelhança do FBI norte-americano, o que já é uma desgraça. Com a queda de Perón, a dupla Aramburo-Rojas entregou-se à oligarquia ultra-reacionária da Marinha, o que é desgraça ainda maior. O contra-almirante Vega, chefe da polícia confirmado no cargo pelo entreguista e «austero» Frondizi, tinha como missão específica «moralizar» inteiramente a corporação. O resultado foi estarrecedor.

Há algumas semanas, foi enviado a Vega um extenso relatório provando que o sub-chefe, capitão Borzoni, estava implicado em crimes tão «interessantes» como tráfico de mulheres, contrabando e roubo de automóveis, proteção a conhecidos pistoleiros, tráfico de entorpecentes, exploração do jôgo, etc. O acusador, almirante e sub-chefe de polícia, foi demitido e mantido em prisão domiciliar, mas o escândalo foi para todos os jornais, porque Borzoni não passava de cobrador e agente de Vega. Frondizi foi «rigoroso» na punição: Vega pegou 15 dias e Borzoni dois meses de cadeia. Muito «austero»...

Câncer de Berlim aproxima-se do ponto crítico

O plano de provocações programado por Adenauer, com o apoio dos Estados Unidos, Inglaterra e França, para forçar a aumento da tensão em Berlim continua sendo aplicado religiosamente, como se diz. Primeiro foi a reunião de fascistas e revanchistas em Berlim Ocidental. Agora começam os preparativos para a reunião do parlamento da RFA no setor ocupado pela OTAN da capital da RDA, com a cumplicidade do governo social-democrata de Willi Brandt, e apesar das advertências da República Democrática Alemã e da União Soviética.

A única solução viável no momento para o problema de Berlim Ocidental, ponta-de-lança da OTAN encravada a 200 quilômetros da fronteira entre os dois Estados alemães, já foi apresentada e reafirmada pela URSS e a RDA: transformação de Berlim Ocidental em cidade livre e desmilitarizada, garantida pela RDA e pela ONU. A Adenauer e seus parceleros da OTAN, entretanto, não interessam resolver o problema de Berlim, e sim aproveitá-lo para perpetuar a guerra fria, enquanto não é possível a guerra quente



Patrice Lumumba, Primeiro-Ministro do Congo exhibe o uniforme de um prisioneiro belga recentemente aprisionado na África. A apresentação da prova do crime foi feita durante um discurso em que o «Premier» congolês atacou a «inimicizia» da Organização das Nações Unidas por suas atitudes defendendo os colonialistas na África.

O corpo delito

Dillon em Bogotá Parto de um Rato

Oscar Pino Santos, membro da delegação cubana à Conferência de Bogotá, escandalizou os delicados ouvidos dos entreguistas que povoavam as delegações latino-americanas, dizendo que a «Ata de Bogotá» deveria de fato chamar-se «Parto de Dillon», feito a duras penas por deztoite parteiros latino-americanos para retirar do ventre de matrona tão senil — a operação se prolongou por vários dias — um miserável rato, como não podia deixar de ser.

Mas não foi uma operação normal. Durante toda a conferência, o sr. Dillon, subsecretário de Estado norte-americano, e seus auxiliares tiveram que se desdobrar em esforços para acalmar os protestos dos delegados e convidados mais irrequietos. Sua política geral de isolar a delegação cubana conseguiu ser vitoriosa, mas só depois de muito suor. E isso é natural. A delegação chefiada pelo Ministro Regino Boti apresentou algumas propostas que representam inteiramente as reivindicações mais sentidas da América Latina, como a defesa dos produtos primários de exportação, comprados a preços vis pelos monopólios norte-americanos, a reforma agrária, os empréstimos compensadores e sem condições políticas e a denúncia da política de chantagem econômica praticada pelos Estados Unidos.

Nessas condições, e ainda perturbado pelo entreguismo «bossa nova» do sr. Augusto Frederico Schmidt, partidário intransigente do profissionalismo no esporte da chamada «defesa do mundo livre», os moços do Departamento de Estado não tiveram descanso em Bogotá.

De São José a Bogotá

As vésperas da Conferência de São José, os Estados Unidos anun-

ciaram o plano de ajuda de 500 milhões de dólares para a América Latina, para facilitar a compra dos votos latino-americanos contra Cuba. Com a ajuda do cabo eleitoral e moço de recados Horácio Laffer, cuja atuação foi reprovada até mesmo por órgãos «sadios» como o «Estado de São Paulo» e o «Journal do Brasil», o Departamento de Estado conseguiu marcar um ponto com aprovação da triste declaração da OEA. Em Bogotá, os países que «colaboraram» com os Estados Unidos estavam prontos a cobrar o soldo. A escolha de Schmidt para chefiar a delegação brasileira não deixa de ser simbólica. Schmidt, além de ser o idealizador da OPA, representa melhor do que ninguém o espírito de barganha que caracteriza a política oficial do Governo brasileiro: se me pagarem eu faço, mas se não me pagarem eu grito.

O ambiente que reinava na conferência pode ser bem ilustrado pela moção da Federação dos Cafeicultores da Colômbia, lida durante uma sessão plenária. A Federação desmascarou inteiramente o «plano de ajuda» norte-americano lembrando que a Colômbia perdeu, somente nos últimos anos, mais de 600 milhões de dólares em vista das manobras baixistas promovidas pelos monopólios lanques contra os preços de café. Em outras palavras, a Federação Cafeeira disse aos norte-americanos que guardassem seu dinheiro, mas respeitassem a economia latino-americana, pois os 25 milhões de dólares que caberiam à Colômbia dentro do «plano» dos Estados Unidos não dariam para cobrir os prejuízos de um semestre com o café. Exatamente a mesma coisa foi dita várias vezes por representantes da Venezuela, do México e da Bolívia.

ONU já é difícil, EUA querem ficar na OEA

O «New York Times», órgão «responsável» dos altos círculos capitalistas norte-americanos, disse recentemente em editorial que a União Soviética tinha toda razão, no plano jurídico, ao exigir que as sanções votadas pela OEA contra o regime ditatorial de Trujillo fossem ratificadas pelo Conselho de Segurança da ONU. De fato, para qualquer órgão «responsável», essa é a única posição possível.

O Artigo 53 da Carta da Organização das Nações Unidas é muito claro: «O Conselho de Segurança aproveitará, quando for adequado, os acordos ou agências regionais para uma ação coatora sob sua autoridade. Mas não será empreendida qualquer ação coatora segundo acordos ou agências regionais sem autorização do Conselho de Segurança».

Os Estados Unidos, utilizando sua máquina de votar, conseguiram fazer com que o Conselho de Segurança desobedecesse a Carta da ONU. Mas, se e quando o caso de Cuba for julgado pelo Conselho a coisa vai ser bem diferente. Com ou sem OEA, a parada será dura.

De tal forma que a proposta cubana para que os preços das matérias-primas exportadas pela América Latina fossem defendidos contra as manobras dos trustes norte-americanos foi aprovada na sub-comissão especial. Foi preciso que Dillon e seus rapazes apertassem o representante da Costa Rica e o da Colômbia para que na sessão plenária a resolução apresentada por Cuba fosse substituída por outra mais «simbólica».

O ratinho

Terminada a Conferência, com a aprovação da «Ata de Bogotá» que a delegação cubana se recusou a aceitar e assinar, os arautos do pan-americanismo, tanto profissional como amador, passaram a exaltar a «nova» política dos Estados Unidos. Em que consiste, entretanto, esta «nova» política? Os norte-americanos vão distribuir alguns dinheirinhos entre os latino-americanos para fazer casas, escolas e colônias agrícolas. Divididos por uma vintena de países, esses 500 milhões, cerca de meio por cento do orçamento dos EUA, renderiam perto de 25 milhões para cada país. Que é possível fazer com esse dinheiro?

A Cruzada São Sebastião, dirigida pelo bispo Helder Câmara construído, há algum tempo já e possivelmente conseguindo descontos nos preços dos materiais, um conjunto para mil pessoas que custou cerca de cem milhões de cruzeiros, ou seja um milhão de dólares. Nesse caso, os 25 milhões de dólares dos norte-americanos dariam para construir 25 conjuntos iguais ao do Praia do Pinto. Ora, a população favelada carioca já passa de 800 mil pessoas e cresce a razão de quase 30 mil por ano. Dê-se modo, os 25 conjuntos construídos com o dinheiro dos EUA não dariam nem mesmo para evitar o crescimento da população que mora em favelas no Rio, para não falar nas outras cidades brasileiras e, principalmente, nos brasileiros que vivem em zona rural em condições subhumanas. É evidente que os 200 milhões de latino-americanos serão absolutamente ignorados pela «ajuda» norte-americana e a ignorância por completo.

Cuba apresentou, na reunião de Bogotá, uma proposta para que os Estados Unidos concedessem empréstimos, resgatáveis em dez anos, a juros de 3%, num total de 30 bilhões de dólares em dez anos. O sr. Dillon afirmou então que seu país era muito «nobre» para conceder esses empréstimos, esquecendo-se talvez que as despesas dos EUA para fins exclusivamente militares vão a mais de 40 bilhões por ano, isto é, treze vezes mais do que a quantia anual proposta por Cuba. Se considerarmos que a União Soviética já concedeu à RAU, somente para a construção da represa de Assuan, mais de 550 milhões de dólares, veremos com mais clareza ainda que não existe nada de absurdo na proposta cubana. A não ser, é claro, que os Estados Unidos queiram reconhecer de uma vez por todas que não estão realmente dispostos a contribuir para o desenvolvimento da América Latina, usando inclusive os próprios bilhões de dólares que seus monopólios retiraram dos países latino-americanos.

Nota Internacional

Reunião Bossa Nava

Os Estados Unidos e seus aliados da OTAN fizeram e continuam fazendo o possível para evitar que se concretize a sugestão de Kruschov para que os governantes de todo o mundo se reúnam na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas para discutir os mais importantes problemas internacionais em litígio. Não deixa de ser sintomática esta atitude. Enquanto as reuniões se limitam às chamadas grandes potências, isto é, os países capitalistas mais poderosos e um ou mais países socialistas, excluindo as nações afro-asiáticas e mesmo algumas latino-americanas que se pautam pela defesa da coexistência pacífica, os imperialistas podem por em prática toda uma série de manobras para adiar a resolução dos problemas que eles mesmos criaram ao tentar impedir a marcha da história. O recurso a negociações em nível inferior, que se prolongam indefinidamente, graças à tática de recuar sucessivamente das posições anteriores, foi usado e abusado. Nada existe mais perigoso para os Estados Unidos e seus associados do que uma discussão séria e responsável aos olhos de todo o mundo, que já começa a verificar a consequência e firmeza da política de paz da URSS.

O sr. Christian Herter, secretário de Estado norte-americano, declarou recentemente que a reunião de mais de oitenta chefes de Estado na ONU era impensável. Na verdade, o que o sr. Herter quer dizer é que ela é prejudicial aos Estados Unidos e à sua política de guerra fria. O problema da paz e da guerra, atualmente, não diz mais respeito apenas aos Estados Unidos e à União Soviética. Se a humanidade não conseguir evitar a deflagração de uma guerra mundial realizada com armas nucleares, a sua própria existência estará em perigo. A contaminação da atmosfera terrestre pelas radiações atômicas estenderá a todo o mundo a destruição causada pelo bombardeio de cidades e cidades com engenhos de destruição maciça.

Mais ainda, o clima de guerra, mundial ou «limitada», é o que menos se presta ao desenvolvimento dos povos que lutam por sua emancipação nacional, econômica e social. A paz é hoje uma necessidade humana, e não uma palavra bonita.

Os Estados Unidos, com suas provocações e agressões à União Soviética, fizeram fracassar a conferência de cúpula de Paris e paralisar o processo de relaxamento da tensão internacional. O imperialismo norte-americano, entusiasticamente apoiado pelo imperialismo alemão renascido na RFA, ainda não se dispõe a entrar na linha e aceitar discussões sobre o desarmamento e a coexistência pacífica entre os povos. Para forçá-lo a abandonar suas práticas bandiças contra os povos oprimidos e suas ambições de domínio sobre o mundo, é necessário que a humanidade progressista acue a fera e vá quebrando seus dentes e garras, até torná-la inofensiva. A próxima sessão da ONU poderá constituir um passo concreto nesse sentido. A presença, já garantida ou sugerida, de grande número de estadistas de países independentes da Ásia, África e América Latina favoráveis à coexistência pacífica poderá fazer com que os senhores da OTAN sejam obrigados a aceitar concessões mais ou menos importantes.

CONVOCADO POVO BRASILEIRO PARA A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO NACIONAL



D. Edna faz escola

No Palácio Tiradentes, durante três dias, de 9 a 11 do corrente, delegados procedentes de todos os Estados e Territórios estiveram reunidos na I Convenção do Movimento Nacionalista. Governadores, Ministro de Estado, numerosos parlamentares federais e estaduais, generais, cientistas e técnicos de renome, líderes estudantis e operários, estiveram presentes, bem como os representantes do marechal Teixeira Lott e do sr. João Goulart, cujas candidaturas a Convenção homologou na sessão de encerramento.

Além do governador Roberto Silveira, que presidiu a sessão de instalação integraram a Mesa Diretora dos trabalhos o ministro Batista Ramos, o deputado Bento Gonçalves, presidente da Frente Parlamentar Nacionalista; deputado Gustavo Capanema, representante do marechal Teixeira Lott; deputado Sérgio Magalhães, representante do sr. João Goulart; prof. Clay Araújo, representante do governador Leonel Brizola; sra. Edna Lott; prof. Roland Corbisier, senador Jarbas Maranhão, deputado Luiz Compagnoni, representante do sr. Plínio Salgado; desembargador Daniel Augusto Lopes, deputados Ultime de Carvalho, Valério Magalhães, Guilhermino de Oliveira, Rogé Ferreira, Francisco Julião, Temperani Pereira, Neiva Moreira, Wilson Rahal, Rui Ramos, Sílvio Braga, Hélio Ramos, e Celso Brandt, e os generais Felipe Viana, Felcissimo Cardoso, Jorge Braga Pinheiro, Artur Carneuba, Leonidas Cardoso e Victor Geolas.

Mensagens

Entre as mensagens recebidas pela Convenção destacam-se as do marechal Teixeira Lott, transmitida pelo deputado Gustavo Capanema, dos governadores Clberto Mestrinho e Luiz Geolós de Moura Carvalho, respectivamente do Amazonas e Pará; do Secretário do Interior e Justiça de Goiás, Sr. Eliezer Penna; dos prefeitos Miguel Arraes, de Recife, e Iberê de Matos, de Curitiba; bem como de várias entidades de trabalhadores e de estudantes de todo o País.

Resoluções

Os delegados presentes, 441, entre os quais figuravam 71 de São Paulo, 60 de Minas Gerais, 37 do Paraná, 34 do Estado do Rio, 34 do Estado da Guanabara, 30 do Rio Grande do Sul, 25 de Pernambuco, 23 do Maranhão e 10 de Brasília adotaram importantes resoluções, aprovando as teses sobre limitação da remessa de lucros para o exterior, sindicalização dos trabalhadores do campo, política de expansão da construção naval, transformação do DCT em autarquia, criação do Conselho Nacional de Aeronáutica Civil, apoio à luta dos marítimos pelo fortalecimento do Lóide e da Costeira, anistia ampla e irrestrita a todos os crimes políticos; apoio ao projeto da Eletrobrás, apoio às Ligas Camponesas, criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária, censura à conduta do ministro Horácio Láfer na Conferência de São José da Costa Rica, apoio à luta dos povos coloniais da África e da Ásia e, finalmente, apoio à Declaração de Havana, pela libertação nacional dos povos latino-americanos.

Comissão Executiva

A convenção elegeu a Comissão Executiva Nacional do Movimento Nacionalista integrada pelas seguintes personalidades: Dona Edna Lott, jornalista Adalgisa Nery, jornalista Maurício Caminha de Lacerda, Sr. Raimundo Eirado Silva,

ex-presidente da UNE; Sr. João Manoel Conrado, ex-presidente da UNE; líder sindical Hércules Corrêa, líder bancário Hélio Pires Ferreira, pintor Emiliano Di Cavalcanti, industrial Nelson de Souza Alves, jornalista Artur Veiga, líder sindical bancário Joaquim Ignácio

Manifesto à Nação

No encerramento dos trabalhos da I Convenção Nacional do Movimento Nacionalista, na noite do dia 11, no Palácio Tiradentes, a Comissão Executiva que acabava de ser eleita propôs, e o conclave aprovou por aclamação, o lançamento do seguinte Manifesto à Nação:

«A 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro, reunida no histórico Palácio Tiradentes, conclama a todo o povo brasileiro a integrar-se, com decisão, na gloriosa jornada da emancipação nacional.

O fato social característico dos nossos dias é a tomada de consciência dos po-

vos e a revolta das nações coloniais e subdesenvolvidas contra o saque sistemático a suas riquezas naturais e contra a espoliação desumana do trabalho de seus filhos, por parte de nações mais desenvolvidas.

Essa consciência e a atuação coerente que se lhe segue, com o objetivo de promover a total emancipação nacional, constituem o nacionalismo, forma atual e dinâmica do patriotismo, nos países explorados.

Nossa Pátria, pelas condições de monopólio exercido por grupos estrangeiros sobre as bases da economia nacional, situa-se, no quadro internacional,

entre as nações espoliadas pelos trusts.

A luta do povo brasileiro é, portanto, no fundamental, semelhante à luta dos povos da Argélia, do Congo e em especial, à gloriosa luta de Cuba.

Um programa de ação nacionalista há que objetivar, antes de tudo, a defesa e ampliação das liberdades democráticas constitucionais.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.



Empunhando a flâmula

O deputado Sérgio Magalhães, candidato das forças nacionalistas ao governo da Guanabara (para derrotar o entreguista Lacerda) compareceu a uma das sessões plenárias. Foi vivamente aplaudido e recebeu uma flâmula da Convenção. Na foto, aparecem ainda: deputado Bento Gonçalves, Roland Corbisier, Nelson Alves e Joaquim Ignácio Cardoso. Também fez parte da mesa D. Edna Lott.

A existência desse clima de absoluta liberdade e de irrestritas franquias democráticas permitirá o amplo esclarecimento popular sobre os problemas econômicos e sociais de nossa terra.

Cumprir promover o desenvolvimento econômico sob critérios patrióticos, estancando a sangria dos lucros estrangeiros, reforçando os setores já nacionalizados, como o do petróleo e dos minérios radioativos, e estendendo a nacionalização à exploração e exportação dos outros minérios, às indústrias de base, siderúrgicas, químicas, de energia elétrica, de maquinários, de motores e de construção naval, às indústrias alimentícias e farmacêuticas, ao comércio de exportação e importação, aos bancos e às companhias de seguro.

É urgente a redenção e incorporação, na economia pátria, através da realização da reforma agrária, dos mi-

lhões de brasileiros que vegetam nos campos, em situação de vida subumana. Com terra própria, financiamento e assistência social e técnica, os nossos irmãos do campo poderão adquirir muito do que hoje lhes falta, criando imenso mercado interno consumidor para a produção nacional.

Compatriotas!

As eleições para Presidente e Vice-presidente da República, em 3 de outubro, são de fundamental importância para os destinos do Movimento Nacionalista.

A estrutura presidencialista do sistema constitucional vigente coloca nas mãos do Presidente da República uma tal soma de poderes que o transforma, facilmente, no árbitro quase absoluto dos destinos do país.

Este fato faz crescer a responsabilidade dos nacionalistas, nesta fase de nossa vida política.

Em torno das candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott e do Dr. João Belchior Goulart, cujas altitudes, na vida pública, se vêm caracterizando como de nacionalistas, e que se dispõem a cumprir um programa de convívio e decidido governo nacionalista, se agrupam os trabalhadores, por unânime manifestação de seu Congresso Sindical, a juventude estudantil, pelos seus órgãos de maior prestígio, os parlamentares e militares nacionalistas, e os órgãos de imprensa que sempre defenderam as causas nacionais.

Cercando o candidato Jânio Quadros e o sr. Milton Campos, situam-se, ao lado de uns poucos brasileiros equivocados pela retórica desse candidato à Presidência, os setores e líderes de que há de mais antinacional na política brasileira, bem como os notórios portavozes dos monopólios estrangeiros que espoliam o Brasil.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

O deputado Sérgio Magalhães, candidato das forças nacionalistas ao governo da Guanabara (para derrotar o entreguista Lacerda) compareceu a uma das sessões plenárias. Foi vivamente aplaudido e recebeu uma flâmula da Convenção. Na foto, aparecem ainda: deputado Bento Gonçalves, Roland Corbisier, Nelson Alves e Joaquim Ignácio Cardoso. Também fez parte da mesa D. Edna Lott.

A existência desse clima de absoluta liberdade e de irrestritas franquias democráticas permitirá o amplo esclarecimento popular sobre os problemas econômicos e sociais de nossa terra.

Cumprir promover o desenvolvimento econômico sob critérios patrióticos, estancando a sangria dos lucros estrangeiros, reforçando os setores já nacionalizados, como o do petróleo e dos minérios radioativos, e estendendo a nacionalização à exploração e exportação dos outros minérios, às indústrias de base, siderúrgicas, químicas, de energia elétrica, de maquinários, de motores e de construção naval, às indústrias alimentícias e farmacêuticas, ao comércio de exportação e importação, aos bancos e às companhias de seguro.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.

Essa consciência e a atuação coerente que se lhe segue, com o objetivo de promover a total emancipação nacional, constituem o nacionalismo, forma atual e dinâmica do patriotismo, nos países explorados.

Nossa Pátria, pelas condições de monopólio exercido por grupos estrangeiros sobre as bases da economia nacional, situa-se, no quadro internacional,

entre as nações espoliadas pelos trusts.

A luta do povo brasileiro é, portanto, no fundamental, semelhante à luta dos povos da Argélia, do Congo e em especial, à gloriosa luta de Cuba.

Um programa de ação nacionalista há que objetivar, antes de tudo, a defesa e ampliação das liberdades democráticas constitucionais.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.

A existência desse clima de absoluta liberdade e de irrestritas franquias democráticas permitirá o amplo esclarecimento popular sobre os problemas econômicos e sociais de nossa terra.

Cumprir promover o desenvolvimento econômico sob critérios patrióticos, estancando a sangria dos lucros estrangeiros, reforçando os setores já nacionalizados, como o do petróleo e dos minérios radioativos, e estendendo a nacionalização à exploração e exportação dos outros minérios, às indústrias de base, siderúrgicas, químicas, de energia elétrica, de maquinários, de motores e de construção naval, às indústrias alimentícias e farmacêuticas, ao comércio de exportação e importação, aos bancos e às companhias de seguro.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.

Essa consciência e a atuação coerente que se lhe segue, com o objetivo de promover a total emancipação nacional, constituem o nacionalismo, forma atual e dinâmica do patriotismo, nos países explorados.

Nossa Pátria, pelas condições de monopólio exercido por grupos estrangeiros sobre as bases da economia nacional, situa-se, no quadro internacional,

entre as nações espoliadas pelos trusts.

A luta do povo brasileiro é, portanto, no fundamental, semelhante à luta dos povos da Argélia, do Congo e em especial, à gloriosa luta de Cuba.

Um programa de ação nacionalista há que objetivar, antes de tudo, a defesa e ampliação das liberdades democráticas constitucionais.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.

A existência desse clima de absoluta liberdade e de irrestritas franquias democráticas permitirá o amplo esclarecimento popular sobre os problemas econômicos e sociais de nossa terra.

Cumprir promover o desenvolvimento econômico sob critérios patrióticos, estancando a sangria dos lucros estrangeiros, reforçando os setores já nacionalizados, como o do petróleo e dos minérios radioativos, e estendendo a nacionalização à exploração e exportação dos outros minérios, às indústrias de base, siderúrgicas, químicas, de energia elétrica, de maquinários, de motores e de construção naval, às indústrias alimentícias e farmacêuticas, ao comércio de exportação e importação, aos bancos e às companhias de seguro.

O direito de voto a todos os brasileiros, inclusive analfabetos e praças de pré; a revogação de qualquer dispositivo de lei que, a exemplo da Lei Eleitoral, restrinja o direito de organização e atuação políticas, importando na violação das liberdades fundamentais da pessoa humana; a efetivação do direito de greve, são condições essenciais para o reforçamento da luta de nossa gente pela total emancipação do Brasil.

Essa consciência e a atuação coerente que se lhe segue, com o objetivo de promover a total emancipação nacional, constituem o nacionalismo, forma atual e dinâmica do patriotismo, nos países explorados.

Nossa Pátria, pelas condições de monopólio exercido por grupos estrangeiros sobre as bases da economia nacional, situa-se, no quadro internacional,

entre as nações espoliadas pelos trusts.

A luta do povo brasileiro é, portanto, no fundamental, semelhante à luta dos povos da Argélia, do Congo e em especial, à gloriosa luta de Cuba.

NOVOS RUMOS



A Petrobrás é intocável

No Palácio Tiradentes, onde durante tantos anos funcionou a Câmara Federal, os nacionalistas realizaram um verdadeiro parlamento do povo brasileiro. Delegados de todos os Estados participaram com entusiasmo dos debates. Numerosas foram as teses levadas à discussão, apresentadas por delegados, e economistas de renome. Os assuntos fundamentais da vida econômica e política do país foram objeto de discussão e resolução. Legítimos representantes do povo brasileiro traçaram os rumos da luta pela emancipação nacional. A convenção foi uma grandiosa festa nacionalista.

lhões de brasileiros que vegetam nos campos, em situação de vida subumana. Com terra própria, financiamento e assistência social e técnica, os nossos irmãos do campo poderão adquirir muito do que hoje lhes falta, criando imenso mercado interno consumidor para a produção nacional.

Compatriotas!

As eleições para Presidente e Vice-presidente da República, em 3 de outubro, são de fundamental importância para os destinos do Movimento Nacionalista.

A estrutura presidencialista do sistema constitucional vigente coloca nas mãos do Presidente da República uma tal soma de poderes que o transforma, facilmente, no árbitro quase absoluto dos destinos do país.

Este fato faz crescer a responsabilidade dos nacionalistas, nesta fase de nossa vida política.

Em torno das candidaturas do Marechal Henrique Teixeira Lott e do Dr. João Belchior Goulart, cujas altitudes, na vida pública, se vêm caracterizando como de nacionalistas, e que se dispõem a cumprir um programa de convívio e decidido governo nacionalista, se agrupam os trabalhadores, por unânime manifestação de seu Congresso Sindical, a juventude estudantil, pelos seus órgãos de maior prestígio, os parlamentares e militares nacionalistas, e os órgãos de imprensa que sempre defenderam as causas nacionais.

Cercando o candidato Jânio Quadros e o sr. Milton Campos, situam-se, ao lado de uns poucos brasileiros equivocados pela retórica desse candidato à Presidência, os setores e líderes de que há de mais antinacional na política brasileira, bem como os notórios portavozes dos monopólios estrangeiros que espoliam o Brasil.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Coerentes com os propósitos que ditaram a sua realização, a 1ª Convenção Nacional do Movimento Nacionalista Brasileiro indica ao povo brasileiro as candidaturas dos ilustres compatriotas Marechal Teixeira Lott e Dr. João Goulart, confiante em que a vitória nas urnas de 3 de outubro será o marco decisivo para a emancipação nacional.

Nos Engenhos do Cariri: 12 a 16 Horas de Trabalho

RUI FAÇO

O padre define a reação do camponês:

«O comunismo pode vir; não bulindo com as meninas lá de casa é a conta...»

Nas noites silenciosas do sítio onde me hospedava, mais ou menos às 12 horas começava a funcionar um motor. Um dia perguntei ao dono do sítio onde ficava o motor.

— Não é aqui não. É no do vizinho, respondeu-me.

E esclareceu: Era o motor que movimentava o engenho. Era um sítio de cana, dêsse que se espalham por todo o Cariri, graças à fertilidade e à umidade da terra, e que constituem uma das principais riquezas da zona.

— Quer dizer que no engenho há dois turnos de trabalho?...

— Como dois turnos?... Não; o trabalho começa à meia-noite e termina às 6 da tarde.

— E os homens que entram à meia-noite são os mesmos que saem às 6 da tarde?

— Talvez a minha pergunta parecesse insólita.

— Nem todos — esclareceu o dono do sítio. Uns pegam mais cedo e terminam mais cedo; outros pegam mais tarde e terminam mais tarde. Mas a média são 12 a 16 horas de trabalho.

Ante a minha surpresa êle acrescentou:

— Ora, aqui não é nada! A situação nos engenhos de Barbalha ainda é pior...

— Eu não conseguia compreender como podia ser pior.

— E a que horas comem, dormem, descansam êsses homens?

— Em geral dormem das 8 da noite às 2 da manhã...

Era de um dono de sítio de Juazeiro êste alarmante testemunho da sobrevivência do trabalho semiservil nos engenhos do Cariri.

Indaguei dos salários pagos pelo dono do engenho. Obtive depois informações de um trabalhador do mesmo engenho cujo motor começava a funcionar à meia-noite. Não lhe revelei o nome. Era o que chamam de «motorista» do engenho, de serviço interno, portanto. Ganhava êle próprio o salário mais alto: 100 cruzeiros por dia. Trabalhava de 1 da manhã às 17 horas. Quando saía, depois de tomar banho ou simplesmente lavar-se, eram 18 horas. Outros companheiros seus que começavam mais tarde e traba-

lhavam até as 20 horas percebiam salários variados, segundo a especialização:

	Cr\$
Mestre de caldeira	100,00
Caixeador (o homem que dá o ponto no mel)	100,00
Caldeireiro	80,00
Tronqueiro (o que mete a cana no engenho)	80,00
Bagaceiro verde	70,00
Bagaceiro seco	70,00
Cortador de mel	40,00
Cambiteiro (carregador de cana)	50,00
Cortador de cana	60,00

Os do serviço externo, como o cortador de cana e o cambiteiro, trabalham 12 horas. É salário a seco. Têm apenas um «direito»: beber garapa no engenho. Asseguraram-me outros pessoas que êstes salários são os mais altos encontrados no Cariri, pois se tratava de um engenho pegado à cidade, onde mais facilmente o homem poderia encontrar outro trabalho qualquer ou transporte fácil para fugir àquela vida de servo.

Sim, porque a fuga, como nos tempos da escravidão, é a única saída que resta a êsses miseráveis.

Um sítio em Juazeiro

Certa manhã, o dono do sítio onde me encontrava — êle próprio, que já labutava desde as 4 da madrugada apareceu-me zangadíssimo. Um casal de trabalhadores de seu sítio havia decidido ir embora para Pernambuco.

Era um pequeno sítio de 70 braças por 150. Suas atividades estavam inteiramente ligadas ao mercado. Havia 80 pés de coqueiros e produzia mais, em quantidades limitadas, banana, legumes, arroz e cana. Tinha duas vacas leiteiras e uma criação de galinhas de raça. Vendia grande quantidade de água para a cidade. Fabricava tijolos. Mantinha 4 trabalhadores, que recebiam salário, numa média de 50 cruzeiros por dia, a seco. E dois moradores: tinham casa no sítio, água e lenha. Do casal de trabalhadores da olaria, a mulher percebia salário 50% inferior ao do marido: ganhavam os dois aproximadamente um total de 1.800 cruzeiros por mês. E eram êstes, dos mais bem pagos, que se decidiam retirar-se para Pernambuco, onde esperavam encontrar melhores condições de vida.

O salário mínimo estabelecido para a jornada de 8 horas não vigora em parte alguma. Quando encontramos trabalhadores que ganhavam 100 cruzeiros diários, eram como aquêles do engenho: faziam, de fato, quase duas jornadas. E os 100 cruzeiros, considerados um excepcional salário só são



De sol a sol

O trabalho nos canaviais do Cariri é mais do que de sol a sol. Começa em geral pela madrugada. E é o mais penoso possível, pois nele não se conhecem máquinas. O homem dispõe aqui apenas de um facão para o corte da cana.



Os meninos também trabalham. Como não são tolos, aproveitam um descuido do feitor para chupar uma cana. Mas êles pegam no pesado e ganham metade ou menos do que ganha um adulto. A decadência dos velhos engenhos do Cariri não lhes augura vida tão longa que êstes meninos venham a suportar, quando homens o regime de trabalho que conhecem seus pais.

Nos canaviais do Nordeste

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 16 a 22 de setembro de 1960 N° 81

pagos com o objetivo de manter o trabalhador no sítio, impedir que êle se vá embora, pelo menos até o fim da safra. Porque, terminada esta, a quase totalidade dos assalariados dos engenhos fica sem trabalho. E então que fazer senão emigrar?

Êxodo permanente

O Nordeste continua a despovoar-se. A falta de terra para os que poderiam trabalhá-la, a falta de transportes para o que poderiam produzir, a falta, portanto, de mercado expulsa constantemente, dia a dia, o trabalhador agrícola para a cidade mais próxima, depois para o Estado mais próspero da região, depois para o Sul — São Paulo ou o Norte do Paraná. Os paus-de-araia continuam a correr pela Rio-Bahia em direção ao Sul.

Em Juazeiro, como o artesanato vai entrando em decadência, mas de qualquer forma ainda consegue sobreviver, encontramos o seguinte processo de transferência de mão de obra:

1) O trabalhador rural, dada a miséria extrema em que vive e a brutal exploração a que é submetido, procura a indústria artesã e esta absorve parte da mão-de-obra disponível em prejuízo da agricultura; 2) essa mão de obra se especializa e, ante as limitações da pequena indústria local e do comércio que lhe corresponde, emigra para o Sul, onde supõe encontrar ocupação garantida.

Mas não é unicamente essa absorção de mão-de-obra pelo artesanato que cria dificuldades crescentes à agricultura do Cariri. Esta passa por um processo interno de decomposição, que consiste no seu tremendo atraso tecnológico e nas relações de produção semifeudais.

O que ocorre com o trabalhador dos engenhos se passa também na cultura do algodão, do sisal, da canaúba. Cada um dêsstes cultivos ocupa um reduzidíssimo número de trabalhadores, e não ser nas épocas da colheita do algodão, do corte da canaúba e do sisal. As principais fontes de renda do Nordeste são produtos de terras monopolizadas (em menor escala o algodão) por uma minoria de grandes proprietários e que só requerem mão-

-de-obra abundante num breve período do ano. No Iguatu, por exemplo, durante a colheita do algodão, empregam-se milhares de pessoas, não só do próprio município como de todo o Vale do Jaguaribe e do Cariri. Terminada a safra, essa gente tôda se dispersa, sem terra, sem lar, sem trabalho.

O desenvolvimento capitalista, a liquidação da agricultura de subsistência, está acelerando êsse processo. É cada vez mais abundante a quantidade de mão-de-obra disponível em todo o Nordeste. E não encontrando emprego na região, dada o seu enorme atraso e a permanência das relações semifeudais, ela emigra, deixando em sérias dificuldades a economia regional.

Pobreza avassaladora

Todos sofrem com êsse atraso, uns mais, outros menos. Apenas uma insignificante minoria consegue viver à tripa fôrra. O dono do sítio que me hospedou, embora seu empreendimento estivesse ligado ao mercado, vive uma vida modestíssima, que nos padrões do Sul poderíamos considerar uma vida pobre. E êsse homem trabalhava no duro, êle mesmo, ainda que empregasse assalariados.

Avalie-se então o homem que não tem um pedaço de terra para plantar, ou criar dispendo unicamente de sua força de trabalho, sem mercado certo para a única mercadoria que pode oferecer, essa mesma força de trabalho.

Porque a pobreza avassala a imensa maioria, salvando-se apenas alguns grandes proprietários, comerciantes, empresários capitalistas, que formam insignificante minoria. É a decadência de um sistema de exploração da terra já ultrapassado de há muito e que só consegue sobreviver pela lei da inércia, com o auxílio das muletas do Poder do Estado. As massas de trabalhadores por êle sacrificadas, o potencial revolucionário que poderia derrocá-lo, têm sido sistematicamente desviadas do caminho das lutas emancipadoras. Ou pelos taumaturgos «beatos» a serviço dos coronéis ou, mais recentemente, drenadas para os seringais da Amazônia e os cafézais do Sul do País.

O dreno continua funcionando, com as estradas-de-ferro, as rodagens e as próprias companhias de aviação. A facilidade de comunicações entre o Sul do Brasil e o Cariri está dando uma nova mentalidade a seus habitantes, despertando-os para a «libertação» que podem ter — não a que desejariam ter — a emigração em massa para o Sul.

O testemunho do Padre Gomes

Em minha visita à cidade da Crata tive oportunidade de conversar com um dos estudiosos locais dos problemas do Cariri, o Padre Antônio Gomes de Araújo, professor de História do Colégio Diocesano da cidade.

Reproduzo aqui, como testemunho valioso de uma situação, parte do diálogo que mantive com êle.

— Como vive o proprietário rural, ou melhor, o dono de engenho?

— Vive malísimamente. Quando vende a última rapadura é para pagar o último cruzeiro no Banco.

— E o trabalhador rural?

— O homem do sertão não tem apêgo à terra. O mais que êle poderia fazer era plantar para sua subsistência. E isto já não lhe basta.

75% da população de Juazeiro é de miseráveis. Há aqui um ódio adormecido entre o povo, um desconhecimento permanente. Os candangos estão voltando de Brasília, onde sonhavam encontrar trabalho e pão.

— A Igreja católica exerce grande influência sobre o povo desta zona?

— Ainda há influência da Igreja católica sobre a massa. Ela freqüenta a Igreja. É o freio que ela tem para não derrapar para o comunismo. Não fosse isto e já estaria nas mãos dos comunistas... «O comunismo — diz o camponês — pode vir; não bulindo com as meninas lá de casa é a conta».

— Como vive o clero rural?

— Sua situação é dura. O burguês não quer mais ser padre. Os estudantes do seminário vêm do meio rural e em pequeno número. A maioria faz uma parte do curso e abandona-o em seguida.

Embora estudioso, há muitos anos, dos problemas do Cariri, o Padre Gomes está proibido pela Igreja de escrever sobre êles.

ECONOMIA BRASILEIRA NO PRIMEIRO SEMESTRE

Deficit de US\$ 130 Milhões no Balanço de Pagamentos

A economia nacional, no que se refere à produção industrial e agrícola, caracterizou-se, no primeiro semestre de 1960 pela continuação da expansão industrial e quanto à agricultura o aspecto mais importante foi o aumento da produção de gêneros e matérias-primas para o consumo interno. Além desses aspectos, de que tratamos em nossa edição anterior, o último número da revista "Conjuntura Econômica" analisa também como se comportaram outros fatores e aspectos da economia nacional, no mencionado período.

Balanço de pagamentos

Assim, segundo dados pendentes de posterior retificação, o balanço de pagamentos do país de janeiro a junho últimos apresentou um "deficit" de 130 milhões de dólares. Apesar de elevado, o deficit considerado foi inferior ao que se registrou no primeiro semestre do ano passado em 26 milhões de dólares. Considera a publicação que tal redução foi devida à passagem de diversos produtos de exportação para o mercado de taxas livres, conclusão que, como veremos mais adiante, não encontra apoio na realidade. Espera-se, porém, que a situação apresente melhoria no segundo semestre, em decorrência de maiores exportações de café, de uma parte, e uma política de restrição das importações, de outra.

O deficit de 130 milhões de dólares no balanço de pagamentos teve como causa principal a desvantagem sistemática que o nosso país leva nos demais itens do balanço de pagamentos. Em outras palavras: enquanto na compra e venda de mercadorias conseguimos geralmente formar saldos em nosso favor no estrangeiro, as outras transações anulam esses saldos largamente, obrigando-nos a contrair novos empréstimos que virão tornar ainda mais onerosas no futuro as nossas contas com o exterior.

Melhoria na balança comercial

Os dados apresentados pela revista, sujeitos a posterior correção, indicam que no primeiro semestre do ano as exportações brasileiras somaram 591 milhões de dólares, enquanto que as importações elevaram-se a 560 milhões, donde o saldo para o Brasil de 30 milhões de dólares.

A formação desse saldo foi obtida mediante maiores vendas de café do que em idêntico período do ano precedente (mais 10,4 milhões de dólares), maiores exportações de petróleo (mais 6 milhões de dólares) e à recuperação das vendas do algodão (27,6 milhões de dólares este ano, contra apenas 9,7 milhões de janeiro a junho do ano passado). Ao lado disso, houve uma forte redução das importações (menos 69 milhões de dólares). Os demais produtos apenas sustentaram as posições do primeiro semestre de 1959, com exceção do pinho, que registrou pequena diminuição, e do conjunto dos demais produtos. Estes últimos acusaram uma diminuição, comparados os dois períodos, de 28 milhões de dólares.

A vida destrói uma "teoria"

Como se sabe, apenas o café, o cacá, o petróleo e a mamona encontram-se hoje no mercado oficial de câmbio; todos os demais produtos foram transferidos para o mercado livre, precisamente em nome da elevação de suas exportações. Como se vê, tal não se deu, o que mostra a precariedade das alegações dos partidários da "deliberação do câmbio". Se se considerar um êxito a manutenção do valor das exportações dos principais produtos hoje no câmbio livre, ninguém pode negar que o mesmo efeito poderia ter sido obtido através da concessão de maiores bonificações àqueles produtos que de fato necessitam — e não a todos, indiscriminadamente, como se fez. A passagem dos mencionados produtos para o mercado livre, isto é, o abandono da política de defesa dos seus preços não determinou um aumento no valor das exportações. Terá feito com que maiores quantidades de produtos brasileiros, e portanto maiores quantidades de trabalho do nosso povo, tenham saído do país a preços unitários inferiores.

E, assim, a própria vida quem põe por terra as "teorias" dos partidários da reforma cambial (em cujas fileiras forma o entusiasta Jânio Quadros). Aliás, a

própria revista "Conjuntura Econômica", órgão de uma instituição cujos diretores são partidários da reforma cambial, apesar daquela afirmação que mencionamos inicialmente, é obrigada a reconhecer o contrário. Diz a revista: "Aliás, deve-se consignar que, para o algodão e, ao que parece, somente para ele, foi benéfica a adoção da taxa livre para as exportações, de vez que, para os demais produtos, até agora não correspondeu ao que se podia esperar e muito menos ao estimado pelas autoridades".

"Serviços": deficit

A ausência de uma marinha de longo curso ainda em tonelagem suficiente para atender ao nosso comércio exterior, e sobretudo o papel de bomba de sucção da economia nacional desempenhado pelo capital estrangeiro fizeram com que de janeiro a junho do corrente ano o item serviços do balanço de pagamentos apresentasse o vultoso deficit de 180 milhões de dólares. Estima a publicação que mais de 100 milhões desse total de 180 devem ser atribuídos às rubricas "Transportes" e "Outros serviços", aqui incluídos nas remessas de "royalties", assistência técnica, pagamento de pessoal estrangeiro e, em maior escala, despesas sem especificação própria, que o país ignora, como ainda há meses assinalava em discurso o embaixador Moreira Sales, que vem de afastar-se da representação do Brasil em Washington.

No ano passado, as chamadas transações correntes (importação, exportação e serviços) acusaram para o primeiro semestre um deficit de 247 milhões de dólares, parcialmente compensado (ainda que num plano imediato) pela entrada líquida de capitais da ordem de 138 milhões de dólares; este ano, entretanto, essa entrada líquida foi de apenas 20 milhões de dólares. A menor entrada de capitais estrangeiros, se de um lado obriga o país a concluir operações de crédito para a cobertura do deficit, de outro lado alivia os compromissos cambiais no futuro. Os empréstimos contraídos no exterior, mesmo sob as habituais condições leoninas impostas pelos norte-americanos, ainda assim causam menos danos à nação do que os investimentos diretos estrangeiros, que se transformam em bombas de sucção, de ação permanente e prolongada da economia nacional.

Em resumo, portanto, confrontado o deficit de 180 milhões do item "Serviços" com o saldo de 30 milhões da balança comercial e com as entradas de capitais no montante de 20 milhões, encontra-se que o deficit do balanço de pagamentos no primeiro semestre terá sido de cerca de 130 milhões de dólares.

Carestia: menor, mas continua

Ao situar a variação dos preços no capítulo em que trata da expansão do crédito e dos meios de pagamento, a publicação fere apenas um aspecto do problema e não o essencial: que a carestia, como a inflação, decorre principalmente da espoliação sofrida pelo país nas suas transações comerciais e financeiras com os países imperialistas — e em primeiro lugar com os Estados Unidos — e, de outra parte, dos vastos recursos empregados no financiamento de certos setores atrasados da nossa economia — notadamente a agricultura de exportação.

Sem pretender aqui um maior exame do problema, registraremos os seguintes dados de janeiro a junho de 1960 houve, segundo "Conjuntura Econômica", uma elevação de preços de 7,9 por cento, percentagem que guarda certa relação com a expansão dos meios de pagamento, estimada em 9,4 por cento. No Estado da Guanabara, entre janeiro e junho, o aumento do custo de vida foi de 5,3 por cento (contra 18,5 por cento em idêntico período de 1959) e em São Paulo, entre janeiro e maio, a elevação do custo de vida foi de 6,9 por cento (tudo segundo os índices econômicos da "Fundação Getúlio Vargas", publicados na mesma revista). De passagem, convém notar que o aumento do custo de vida para o Estado da Guanabara, mencionado no estudo de que nos ocupamos, discrepa daquele que se pode calcular através dos índices econômicos...



Carestia: no 2º semestre é pior

Todavia, para o segundo semestre, as previsões feitas pela revista são no sentido de que os preços sofrerão incremento bem maior, o que não somente é confirmado pelos dois meses e meio já transcorridos do segundo semestre, como pelo desenvolvimento de toda a economia. Neste segundo semestre, com efeito, os fatores inflacionários deverão atuar com força maior do que no primeiro semestre.

Dinheiro em circulação

As emissões realizadas de janeiro a junho, num montante de 8,7 bilhões de cruzeiros, aumentaram o meio circulante de 164 bilhões (em 31 de dezembro de 1959) para 163,3 bilhões de cruzeiros. Embora a revista aponte as inversões em obras públicas como principal destino dessas emissões de fato as principais causas determinantes do aumento do meio circulante, agora como antes, são o desequilíbrio externo e o financiamento aos setores mais atrasados da economia nacional. Quanto aos meios de pagamento (que incluem além do meio circulante também a moeda escritural), sofreram um incre-

«Funding»: em que condições

O sr. Augusto Frederico Schmidt, chefe da delegação brasileira à Conferência de Bogotá, que acaba de concluir seus trabalhos, aventou a possibilidade de ser pleiteado pelo Brasil um "funding loan". Trata-se, como se sabe, de um empréstimo que permita ao país reembolsar a curto e médio prazo seus compromissos cambiais, e que, por sua vez, seria reembolsado a prazo longo.

Desde já, é claro que o "funding" não é, disso, uma solução para as dificuldades cambiais brasileiras, mas apenas um paliativo, um remédio de emergência. Porque as causas profundas do desequilíbrio no nosso balanço de pagamentos, essas persistem por força da desvalorização dos preços dos nossos produtos de exportação e da ação espoliadora do capital estrangeiro. Fechados esses dois rombos, por onde se esvai considerável substância da economia país, ou pelo menos, reduzidas suas proporções, nesse caso o "funding" poderia ser mais que um paliativo e aliviaria, realmente, as dificuldades atuais.

Mas, há ainda outro aspecto da questão. Em que condições poderíamos obter o "funding"? Juntamente com a imposição das medidas preconizadas pelo FMI, para manter equilibrada uma economia estagnada? Aos habituais juros extorsivos que nos são impostos pelos Estados Unidos? Enfim, não é uma questão simples e em relação à qual se pudesse dizer, como é tendência de certos círculos, que o principal é o "funding" e que tudo o mais é secundário.

Durante o primeiro semestre do ano em curso, de acordo com a análise da revista "Conjuntura Econômica", os preços elevaram-se em apenas 7,9 por cento, guardando certa relação com a expansão de 9,4 por cento nos meios de pagamento. No segundo semestre, porém, os fatores inflacionários e uma forte especulação (carne) trarão muito maior carestia.

mento de 9,4 por cento no primeiro semestre de ano em curso.

Em relação com o aumento dos meios de pagamento, o crédito também se expandiu em ritmo superior ao período idêntico do ano passado e de 1958. Os empréstimos em conta corrente em títulos descontados, efetuados pelo Banco do Brasil, acusaram uma expansão de 13,5 bilhões de cruzeiros ao setor governamental e 15,6 bilhões ao setor privado. Em 1959, as mesmas operações com o setor privado expandiram-se, no primeiro semestre, de 6,5 bilhões de cruzeiros. A grande maioria destes empréstimos foi destinada ao setor rural (mais 10 bilhões para a lavoura e mais 2,7 bilhões para a pecuária), enquanto a indústria recebeu mais 3,5 bilhões, tendo havido uma diminuição relativa de 0,5 bilhões em relação ao comércio.

Outros índices

O deficit orçamentário no primeiro semestre ultrapassou aquele que havia sido previsto inicialmente e que era de 9 bilhões de cruzeiros. De fato, estima a publicação que o deficit se tenha elevado a 21 bilhões de cruzeiros até 30 de junho último. A

receita da União no primeiro semestre ascendeu a 82 bilhões de cruzeiros, elevando-se a despesa a 103 bilhões de cruzeiros.

O índice de insolvidências (promissórias e duplicatas não liquidadas nos cinco primeiros meses do ano) apresentou sensível melhoria este ano (foi de 688 milhões de cruzeiros contra 859 milhões em período idêntico do ano passado, só no Rio e em São Paulo), o que, de certa forma, reflete a expansão verificada nos meios de pagamento e no crédito.

As emissões de capital também apresentaram incremento maior no primeiro semestre de 1960 do que em período correspondente de 1959 e 1958. Este ano ascenderam a 62 bilhões de cruzeiros, contra 40 e 20 bilhões em 1959 e 1958, respectivamente. Essas emissões de capital foram feitas por sociedades anônimas para a ampliação do capital das já existentes ou a constituição de novas empresas. Daquele total de 62 bilhões, somente ao Estado da Guanabara e a São Paulo correspondem 47,5 bilhões de cruzeiros, números que atestam a acentuação da deformação no processo de desenvolvimento da economia brasileira.

Nota Econômica

Quando foi baixado pelo IBC o Regulamento de Embargos para a presente safra, excluindo a intervenção direta da autarquia no mercado, alguns especialistas puseram em dúvida a consistência da nova orientação. Anteciparam que, cedo ou tarde, teria o IBC de realizar compras diretas de café a fim de evitar a queda do preço do produto, interna como externamente. Ditas ordens de ruzias induziam àquela previsão: de um lado, a elevação do dólar-café de 76 para 90 cruzeiros, ao proporcionar um preço em cruzeiros mais elevado para o produto, permite ao exportador vender a taxa de câmbio oficial e, ainda assim, obter uma receita superior à que vinha tendo antes (ao câmbio de 76 cruzeiros por dólar). De outro lado, como sempre ocorre nos inícios de safra, há uma forte pressão de ofertas, do que se aproveitam os compradores para impor preços baixos aos pequenos produtores, que os grandes têm financiamento fácil em que se apóiam e assim esperam pelos melhores preços. Tal fato é consequência direta da existência de grande número de pequenos produtores (cerca de 400 mil), ao passo que os compradores são meia dúzia de poderosas firmas estrangeiras (que exportam 30 por cento de todo o nosso café, controlam o mercado e ditam os preços), além de cerca de 140 firmas nacionais, no essencial candidatas das estrangeiras.

O resultado da ação desses fatores é a queda nos preços internos (em cruzeiros), com o seu corolário inevitável: a desvalorização dos preços em dólar. Foi o que se deu. Durante meses a fio, o Santos, tipo 4, que foi cotado acima de 37 centos de dólar por libra-peso em Nova York, caiu para 36,5 centos. O mecanismo da desvalorização, o chamado câmbio português, consiste, esquematicamente, no seguinte: até junho último, uma saca de café vendida, supunhamos, por 40 dólares, proporcionava uma receita de Cr\$ 3.040 ao exportador (40 dólares a 76 cruzeiros). Aumentado o dólar-café de 76 para 90 cruzeiros, tal receita passa para Cr\$ 3.600 (supomos constante o preço em dólar, porque o nosso governo não permite a exportação abaixo do preço oficial estabelecido). Que se dá, então? O exportador, de prévio acordo com o importador estrangeiro, fatura a saca de café com se esta fosse exportada pelos 40 dólares. Por fora, entretanto, legalmente, devolve-lhe um ou dois dólares (ou mais) comprados aqui, no mercado livre de câmbio. (Ainda que o dólar no livre custe mais do dobro do dólar-café, o exportador fraudulento (e aqui se incluem grandes e pequenos exportadores) não terá prejuízo: 1) porque comprou o café ao produtor por um preço mais baixo em cruzeiros; 2) porque, agora, por dólar-café, recebe 90 e não mais 76 cruzeiros. Em resumo: o exportador sacrifica parte dos cruzeiros obtidos aos novos preços e recorre ao subfaturamento, devolvendo ao comprador externo uma parte da sua receita, que não figura na verdadeira fatura de exportação.

Mas, se o exportador não perde, coisa diferente se passa em relação ao pequeno e médio produtor — que vende seu café mais barato — e ao Brasil, que terá diminuída sua

Dicionário

Da Pedra ao Ferro: Milhares de Anos

Com o passar do tempo, num processo que se prolongou por milhares e milhares de anos, o homem foi aprendendo a fazer instrumentos mais aperfeiçoados: paus com uma extremidade de pedra pontiaguda, machados de pedra, facas, cavadeiras, etc. que tornaram possível a caça aos grandes animais e alguns progressos na pesca.

Durante um longuíssimo período de tempo, a pedra constituiu o principal material utilizado para a feitura desses instrumentos. Foi a chamada Idade da Pedra, cuja duração é calculada em centenas de milhares de anos. Só mais tarde o homem começou a empregar o metal, inicialmente o cobre (se bem que este, sendo um metal mole, não tenha alcançado grande difusão na fabricação de instrumentos) e depois o bronze, que é uma liga de cobre e estanho. Finalmente, aprendeu a fazer instrumentos de ferro. Cada uma destas épocas tem o seu nome: Idade da Pedra e do Cobre, Idade do Bronze e, por fim, Idade do Ferro.

Ainda na Idade da Pedra, teve uma importância extraordinária a invenção do arco e da flecha. A partir daí, a caça começou a proporcionar ao homem um certo excedente em relação aquilo de que ele precisava para subsistir. O desenvolvimento da caça trouxe consigo a primitiva pecuária (criação). Os caçadores passaram a domesticar certos animais. O primeiro a ser domesticado foi o cão e, mais tarde, de acordo com as peculiaridades da região, foram sendo domesticados as cabras, o gado bovino, porcos e cavalos.

A semelhança da primitiva pecuária, que se originou da caça, a agricultura primitiva surgiu da coleta de frutos e plantas silvestres. A terra era trabalhada a princípio com um simples pau, depois com um pau com a extremidade recurvada, uma espécie de enxada. Nos vales fluviais, as sementes eram jogadas sobre o limo deixado pelas enchentes. A domesticação dos animais possibilitava a utilização do gado como força de tração. Mais tarde, nos estágios derradeiros do desenvolvimento da sociedade primitiva, quando a fundição dos metais já era familiar aos homens e haviam surgido instrumentos metálicos, o emprego destes últimos tornou mais produtiva a agricultura, fazendo-a repousar sobre uma base mais sólida.

Que relações de produção havia entre os homens primitivos? Os instrumentos de trabalho, por demais rudimentares, excluíam a possibilidade dos homens primitivos enfrentarem isolados as forças da natureza ou lutar sozinho contra os animais selvagens. Daí decorria a necessidade da propriedade comunitária sobre a terra e outros meios de produção, bem como a necessidade do trabalho primitivo.

Esta situação ainda hoje pode ser encontrada entre muitas das nossas tribos indígenas, onde a propriedade privada sobre a terra é absolutamente inexistente, sendo a terra trabalhada em comum e o fruto do trabalho também propriedade coletiva. E' o que há, por exemplo, entre certas tribos da região do Parque Indígena do Xingu, onde o cultivo da mandioca é feito coletivamente nas terras de toda a tribo. Aliás, até o século passado, na Europa Central e Oriental ainda havia grandes extensões de terras pertencentes a toda a comunidade que nelas trabalhava.

Café: Não Basta a Intervenção do IBC

receita em dólares com as exportações de café. (Nominalmente, entram os 40 dólares; na realidade, porém, são menos, pois que uma parte retorna ao país importador pelo mercado livre de câmbio).

Estima a presidência do IBC que as compras — a serem feitas por cinco firmas credenciadas — atingirão um máximo de 5 milhões de sacas. Estimando-se que a safra em curso seja de 25 milhões de sacas, a cota de mercado, exportável, será de 17,5 milhões de sacas. Isto é, tanto quanto vendemos no ano passado e quanto se planeja vender na presente safra. Se as coisas correrem assim, aquele café comprado pelo IBC retornará ao mercado para exportação. De toda forma, porém, haverá de imediato um desmembramento do cruzeiro pelo governo, atingindo a mais de 15 bilhões (supondo que se mantenha o preço atual de compra no Interior, de Cr\$ 3.150 por saca). Somados estes 15 bilhões aos 6 bilhões já despendidos pela autarquia até 15 de agosto para a compra de remanescentes da safra passada, teríamos um acréscimo de mais de 20 bilhões de cruzeiros, em circulação. Mesmo que os 15 bilhões para as compras de agora retornem depois (o que geralmente não acontece) aos cofres públicos, essa massa de dinheiro não poderá deixar de agravar de imediato a inflação, com o que sofrerá toda a população.

Perguntar-se-á então não devia o IBC intervir no mercado? Infelizmente, as coisas não se apresentam com simplicidade. Se adotássemos a receita do Fundo Monetário Internacional, os pequenos produtores ficariam ao Deus dará e os preços externos do café sofreriam um baque. Se fôssemos só os preços internos, as coisas seriam graves, mas não tanto. O que ocorre é que a queda dos preços externos, em dólares, significa o agravamento da situação cambial, com todas as consequências.

Em resposta, diríamos que a intervenção devia ser feita para sustentar os preços, mas, paralelamente, outras medidas deviam e devem ser tomadas. Trata-se, antes de tudo, de limitar a produção cafeeira, de transferir para outras atividades grande parte dos recursos ora investidos na produção de café. O sr. Sousa Dantas propôs um plano para limitação da produção. Bom? Mau? Não se conhece nenhum pronunciamento oficial sobre ele e em geral não se sabe sequer de uma sugestão oficial para fazer face ao problema. A próxima safra espera-se que atinja os 45 ou 50 milhões de sacas. Que fazer? Esperar que esse mar de café afogue o país? Que se venha somar às 40 milhões de sacas já em estoque? Portanto, não basta a intervenção do IBC, agora. O que se impõe é que seja posto termo à política de produzir para estocar. Estamos em setembro e já era tempo de começar ao menos a preparar a opinião pública para a adoção das medidas necessárias. Não importa que tais medidas sejam drásticas, se forem justas do ponto de vista dos interesses do Brasil.

Josué Almeida

Em sua Convenção Nacional recentemente realizada, os comunistas brasileiros aprovaram a Resolução Política que a seguir transcrevemos:

Resolução Política

1. O Partido Comunista do Brasil, partido da classe operária, tem como objetivo supremo o estabelecimento da sociedade socialista, que se baseia na propriedade social dos meios de produção, põe fim à exploração do homem pelo homem e aos antagonismos de classe. Sómente no socialismo o povo brasileiro encontrará não apenas sua definitiva emancipação nacional como a completa libertação social, o pleno florescimento de suas forças produtivas, o caminho aberto para o desenvolvimento do bem-estar material, da vida democrática e da cultura espiritual.

Nas condições atuais, entretanto, o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe dos latifundiários. As tarefas fundamentais que se colocam hoje diante do povo brasileiro são a conquista da emancipação do País do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada, assim como o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares. Os comunistas se empenham na realização dessas transformações, ao lado de todas as forças patrióticas e progressistas, certos de que elas constituem uma etapa prévia e necessária no caminho para o socialismo.

2. O Brasil sofre a exploração do capital monopolista estrangeiro através do comércio exterior, dos empréstimos financeiros e das inversões diretas de capital, inclusive em ramos fundamentais da indústria. A partir da segunda guerra mundial, os monopólios norte-americanos alcançaram o domínio absoluto sobre os seus competidores de outros países imperialistas e passaram a atrair para os seus empreendimentos capitais brasileiros, com os quais, em vários casos, se associam diretamente. A exploração imperialista, sobretudo norte-americana, impõe pesados sacrifícios à Nação. Os monopólios ianques apropriam-se de parcela considerável do valor criado pelos trabalhadores brasileiros e provocam graves deformações na economia nacional, entravando o seu progresso e agravando a situação de pobreza das grandes massas de nosso povo. A opressão imperialista norte-americana faz sentir seus efeitos sobre todas as camadas da população.

A estrutura agrária brasileira se baseia predominantemente na grande propriedade da terra. O Brasil figura entre os países de maior concentração latifundiária, o que resulta na existência de imensa massa de assalariados rurais e camponeses sem terra. O monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários serve de base às formas precapitalistas de exploração. Em vastas zonas, predominam os processos mais primitivos de trabalho, com ínfima produtividade. Algumas áreas da região Centro-Sul se destacam pela aplicação de métodos mais modernos de cultivo, mas, na maior parte do País, a penetração capitalista na agricultura se processa lentamente. Em regra, combinam-se os métodos capitalistas de conservação do monopólio da terra e das relações precapitalistas, o que permite um grau mais elevado de exploração dos trabalhadores do campo. O monopólio da terra e as relações de produção precapitalistas não somente obstaculizam o desenvolvimento da agricultura como constituem sério entrave ao processo de industrialização, restringindo consideravelmente a expansão do mercado interno.

A economia brasileira tem sofrido, nas últimas décadas, importantes modificações que resultam do desenvolvimento do capitalismo. Este desenvolvimento se processa dentro dos marcos da dependência ao imperialismo e da manutenção do monopólio da terra, não segue um curso independente e está sujeito a graves deformações. Entretanto, contrapondo-se a tais fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional, que se manifesta particularmente na industrialização, impulsiona as forças produtivas e constitui elemento objetivamente progressista.

Apesar de seu progresso recente, o Brasil ainda não superou a situação de país subdesenvolvido. O padrão de vida do povo brasileiro continua a ser dos mais baixos do mundo. Em comparação com os países capitalistas adiantados, são muito inferiores os índices brasileiros de alimentação, saúde e educação. O curso atual de desenvolvimento econômico, que se adapta à dependência com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra, agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem superá-las. Um outro curso de desenvolvimento, que se encaminhe para a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, é reclamado pelas necessidades objetivas da economia do País e corresponde aos interesses nacionais e populares.

3. Os latifundiários são a classe mais reacionária da sociedade brasileira, encarnam as relações de produção mais atrasadas e constituem um

obstáculo à expansão das forças produtivas. São fortes os seus laços com o imperialismo, embora em determinadas circunstâncias, surjam entre setores de latifundiários e monopólios estrangeiros contradições secundárias. Os interesses permanentes da classe dos latifundiários se contrapõem aos objetivos da revolução brasileira.

A burguesia brasileira, na sua grande maioria, em virtude de seus próprios interesses de classe é levada a chocar-se com o capital monopolista estrangeiro, que representa obstáculo à expansão dos seus negócios. A burguesia ligada aos interesses nacionais possui um duplo caráter. Pertencendo a um país explorado pelo imperialismo, encerra um potencial revolucionário e é uma força capaz de opor-se à dominação imperialista. Em consequência, porém, de sua natureza de classe exploradora, de sua debilidade econômica e política e de seus laços com o sistema imperialista, procura também defender seus interesses mediante acordos e concessões ao imperialismo. A fim de enfrentar o imperialismo, necessita apoiar-se nas massas e pode, em certa medida, estimular a ação das massas. Temerosa, porém, de que a luta independente do proletariado ameace os seus interesses de classe exploradora, procura restringir o movimento de massas e mantê-lo nos limites convenientes aos seus objetivos. Empenhando-se em recolher para si todos os frutos do desenvolvimento econômico, a burguesia intensifica a exploração das massas trabalhadoras e lança sobre elas o peso das dificuldades que resultam da exploração imperialista e do atraso do País. A burguesia é, assim, na sua grande maioria, uma força antieconomicista incoerente, que é capaz de enfrentar o imperialismo e, simultaneamente, vacilar e tender a acordos com o inimigo da Nação. Um setor da burguesia é constituído por capitalistas que têm seus interesses entrelaçados com os dos grupos imperialistas na indústria, nos bancos e no comércio de importação e exportação. Esta minoria entreguista da burguesia constitui um apoio social interno da dominação imperialista.

No seu conjunto, a pequena burguesia urbana é uma força revolucionária, tem posição favorável à luta antieconomicista e democrática, e importantes camadas pequeno-burguesas dela participam ativamente. Com o desenvolvimento capitalista, a pequena burguesia se diferencia: uma camada menor se torna abastada e a grande maioria sofre uma situação de instabilidade econômica que evolui para a proletarianização e a leva frequentemente a posições radicais.

As massas camponesas sofrem as consequências do sistema latifundiário. Mais de três quartas partes dos que trabalham no campo são desprovidos da propriedade da terra, vivendo, geralmente, em condições de extrema pobreza. Com a penetração capitalista na agricultura, torna-se uma camada de camponeses ricos; mas, de outro lado, cresce o número de camponeses total ou parcialmente proletarianizados, aumenta a quantidade de assalariados rurais permanentes ou temporários e muitos camponeses são obrigados a emigrar para as cidades. As massas de assalariados agrícolas, além de receberem baixos salários, não gozam dos direitos assegurados em lei aos trabalhadores.

Uma grande parte dos camponeses se encontra em situação intermediária, submetida a um trabalho extenuante e a precárias condições de vida. As massas camponesas, sobretudo as camadas mais oprimidas e exploradas, têm interesse em profundas transformações na estrutura agrária e na emancipação econômica do País, constituindo o aliado fundamental do proletariado na revolução antieconomicista e antifeudal.

O proletariado industrial cresce e concentra-se com o desenvolvimento do capitalismo, que acentua a exploração do trabalho assalariado. Em vista do processo inflacionário acelerado, a alta dos preços dos mercadorias e serviços supera o periódico aumento nominal dos salários e vencimentos, provocando a queda do salário real, como tendência constante. Intensifica-se o ritmo de trabalho em muitas empresas, e a modernização das fábricas vem acompanhada de novas e mais brutais formas de exploração, da crescente subordinação do salário à obrigação de maior produtividade, da substituição do trabalho do homem pelo de mulheres e menores. A baixa do salário real força os trabalhadores a fazerem horas extraordinárias ou procurarem outras ocupações remuneradas, o que leva à abolição, na prática, do preceito legal que limita a 8 horas a jornada diária e significa séria ameaça à saúde dos operários. Algumas conquistas sociais dos trabalhadores são desrespeitadas, e a Previdência Social não atende satisfatoriamente às necessidades das massas. Nestas condições, a classe operária intensifica suas lutas, eleva sua consciência revolucionária e fortalece a unidade e a organização de suas fileiras. Os operários encarnam as forças produtivas modernas, a forma de economia mais avançada, são o elemento mais revolucionário da sociedade.

4. O Estado brasileiro representa os interesses dos latifundiários, dos capitalistas associados ao capital monopolista estrangeiro, particularmente o norte-americano, e da burguesia ligada aos interesses nacionais. Este caráter heterogêneo leva a contradições e compromissos de classe no seio do próprio Estado.

A medida que declina a influência conservadora dos latifundiários, como resultado do desenvolvimento econômico e das lutas de massas pela democracia e pela emancipação nacional afirma-se a tendência à democratização do regime político. Esse processo democrático enfraquece a oposição das forças reacionárias e as tendências capituladoras da própria burguesia, sendo assinalado por retrocessos ou interrupções temporárias.

Embora a Constituição de 1946 encerre aspectos reacionários, como os dispositivos que limitam extremamente as possibilidades de realização de uma reforma agrária democrática, inscreva as liberdades e os direitos sociais conquistados pelas massas após a derrota mundial do fascismo e do Estado Novo no País: liberdade de palavra, de imprensa, de reunião e de organização, sufrágio universal, regime representativo, direito de greve, etc.. A Constituição estabelece, assim, instrumentos legais para a luta do povo brasileiro pela libertação nacional, pela democracia e por suas reivindicações sociais.

As forças reacionárias possuem posições decisivas no governo e no Parlamento e conseguem impor medidas contrárias aos interesses nacionais e populares. Entretanto, ainda que o processo eleitoral esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas conseguem influir na composição do Poder Legislativo e obter a aprovação de reivindicações populares e de medidas antieconomicistas. Essa tendência à democratização se reflete, igualmente, nas Forças Armadas, embora estas continuem a ser órgãos de repressão a serviço do Estado. Particularmente no seio do Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista que participa ativamente da luta antieconomicista e possui tendências democráticas. O Poder Judiciário não tem ficado à margem desse processo de democratização.

A composição dos partidos políticos brasileiros continua sendo, em geral, heterogênea. Elementos nacionalistas existem em todos os partidos — mesmo nos dois maiores partidos de tendência conservadora, o PSD e o UDN — e, frequentemente, entram em choque, dentro dos mesmos, com os setores entreguistas e reacionários. Acentua-se o crescimento dos partidos mais caracteristicamente urbanos, que têm certa base popular, como o PTB, o PSP e o PSB. Estes partidos tomam certas posições em defesa dos interesses das massas, sendo que o PTB goza de influência no seio da classe operária, e tanto este como o PSB já possuem plataformas nacionalistas e democráticas.

Apesar dessa tendência à democratização, o atual regime político conserva aspectos essenciais reacionários. O aparelho do Estado é utilizado pelas classes dominantes para intensificar a exploração dos trabalhadores e do povo e para realizar uma política exterior, que mantém a dependência do País ao imperialismo. Os direitos dos cidadãos sofrem graves restrições e as liberdades democráticas são muitas vezes violadas, como se verifica pela proibição do registro eleitoral do Partido Comunista, pela frequente repressão policial a greves e manifestações populares, pelas ações arbitrárias de autoridades contra os camponeses e pela censura arbitrária ao rádio e à televisão.

5. Em virtude da natureza da coligação de que surgiu, o governo do sr. Juscelino Kubitschek tomou uma feição heterogênea, nele figurando um setor entreguista ao lado de um setor nacionalista burguês. Sua composição é o resultado de um compromisso entre essas forças. Apesar de alguns aspectos nacionalistas e democráticos que existem em sua atuação, o governo do sr. Kubitschek realiza, no essencial, uma política de conciliação com o imperialismo norte-americano, o latifúndio e as forças reacionárias.

O atual governo levou a efeito algumas iniciativas de interesse nacional no terreno do desenvolvimento econômico. Entretanto, seu programa de metas se baseia, em grande parte, na atração de investimentos maciços de capital imperialista, que deformam profundamente a industrialização do País e absorvem grande parte da receita em divisos, com a remessa de lucros para o exterior. Se bem que desse alguns passos para ampliar o comércio exterior brasileiro, aumentando seu intercâmbio com os países socialistas, não foi capaz de romper, decididamente, com o monopólio dos Estados Unidos em nossas trocas externas. Apesar de haver resistido, sob pressão das massas, a algumas exigências do Fundo Monetário Internacional, fez repetidas concessões aos interesses imperialistas e aos latifundiários e exportadores de café, acelerando a desvalorização do cruzeiro e impulsionando o processo inflacionário. Recusando-se a enfrentar as causas básicas do atraso do País — a dependência ao

imperialismo e a estrutura latifundiária — o governo do sr. Kubitschek trata de financiar seu programa de desenvolvimento econômico com emissões inflacionárias de papel-moeda, que elevam brutalmente o custo de vida, enriquecem uma minoria privilegiada e reduzem o salário real dos trabalhadores, lançando sobre as massas o peso de enormes privações.

A política exterior brasileira acha-se em contradição evidente com as exigências do desenvolvimento econômico e político do País. Em lugar de realizar uma política independente, o atual governo continua a apoiar invariavelmente na ONU e em outras assembleias internacionais as posições dos E.E.U.U. e de outras potências imperialistas. Embora a Operação Pan-Americana formule a necessidade da luta contra o subdesenvolvimento na América Latina, não passa de uma tentativa de conciliação dos interesses da burguesia dos países latino-americanos com os dos monopólios dos Estados Unidos, desde que subordina o desenvolvimento econômico de nossos países à pretensa «ajuda» do imperialismo norte-americano.

A medida que os aspectos negativos da política do atual governo se tornam mais evidentes, cresce entre as forças nacionalistas e populares a aspiração por um governo efetivamente capaz de mudar de rumo e empreender novos passos no sentido da emancipação e do progresso do País.

6. A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o consequente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças antieconomicistas e democráticas no Brasil.

O poderio do sistema socialista mundial, que tem à frente a União Soviética, constitui um forte apoio à causa dos países subdesenvolvidos como o Brasil. Pela primeira vez na história, criou-se para o nosso país a possibilidade de obter equipamentos, créditos e assistência técnica sem a necessidade de submeter-se às imposições de caráter econômico, político e militar das potências imperialistas. Este fator novo atua no Brasil como um estímulo à luta das forças patrióticas e progressistas por uma política exterior independente e de paz.

O processo acelerado de decomposição do sistema colonial do imperialismo repercutiu profundamente no Brasil, constituindo vigoroso incentivo ao movimento nacionalista. As vitórias alcançadas pelos povos que se libertam do jugo estrangeiro revelam o quanto é precário o poder das potências imperialistas no mundo de hoje. A revolução popular cubana, que derrubou a tirania a serviço do imperialismo norte-americano e avança vitoriosamente pelo caminho da libertação nacional e da eliminação do latifúndio, influi poderosamente nas lutas do povo brasileiro, suscitando em nosso país um amplo movimento de solidariedade.

Em consequência da correlação de forças favorável ao socialismo e aos povos que lutam pela paz, surgiu em nossa época a possibilidade real de impedir a guerra e assegurar a consistência pacífica entre os países de diferentes regimes sociais.

A nova situação mundial, em que são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflete-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e a luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.

7. A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas.

A contradição antagonica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas.

Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antieconomicista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: — A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que

operam no País, principalmente os norte-americanos.

— A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações precapitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.

— O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País, e a superação do atraso de nossa agricultura.

— A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo.

— A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas. A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças antieconomicistas e antiféudais — a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais — entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais consequente, deverá ter o papel dirigente.

8. Na luta por esses objetivos revolucionários, os comunistas levam em conta que, na situação presente, é a exploração imperialista norte-americana que constitui o principal obstáculo ao desenvolvimento independente e progressista da Nação. No plano econômico, a dependência de nosso país em relação aos monopólios ianques é o maior entrave à plena utilização dos recursos internos para a emancipação e o progresso da economia nacional. No plano político, a intervenção do governo de Washington nos assuntos internos do país representa permanentemente impedimento ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consistente com os interesses nacionais. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as forças mais reacionárias dentro do País. Como a sua dominação afeta os interesses de amplas camadas da população e fere os sentimentos nacionais de todos os patriotas, é contra ele que se podem unir os maiores forças sociais e políticas no Brasil.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas dirige-se atualmente contra o imperialismo ianque e os setores entreguistas que o apóiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização dessa tarefa contribuirá para abrir caminho à solução dos demais problemas da revolução nacional e democrática.

O desenvolvimento econômico do País aprofunda também a contradição entre as forças produtivas e o monopólio da terra, entre os latifundiários e os camponeses, exigindo, desde já, transformações na estrutura agrária. A medida que se expandem as relações capitalistas, desenvolve-se a contradição entre o proletariado e a burguesia, que se expressa na luta de classes entre operários e patrões. Assim, o movimento nacional contra o imperialismo e seus agentes, tendo assumido o primeiro plano nas lutas atuais do povo brasileiro, não se realiza isoladamente, mas em íntima vinculação com os movimentos de natureza democrática e popular. A solução das tarefas fundamentais da revolução, na atual etapa, exige que as grandes massas de nosso povo — sobretudo os trabalhadores da cidade e do campo — participem, cada vez mais, da luta pela emancipação nacional. Para isto, é indispensável sua mobilização através dos movimentos pela reforma agrária, pela ampliação das liberdades democráticas e pelas reivindicações das massas trabalhadoras e populares.

9. O principal inimigo da revolução brasileira é constituído pelo imperialismo norte-americano e por seus agentes internos. A fim de manter seu domínio em nosso país, o imperialismo ianque conta com o apoio de setores de latifundiários e capitalistas, cujos interesses são vinculados ao sistema de exploração imperialista, e que, por sua vez, se apóiam nos monopólios estrangeiros para assegurar seus privilégios. Estas forças constituem o apoio social interno do imperialismo, atuam dentro e fora dos órgãos do Estado para manter e agravar a situação de dependências do País. Embora minoria ínfima, dispõe de grande poder político e de fortes posições no aparelho estatal. Ao inimigo principal da Nação se opõem forças muito amplas e poderosas: o proletariado, que é a classe mais firme e consequente na luta pela libertação nacional e a mais interessada em profundas transformações democráticas; os camponeses, interessados em liquidar uma estrutura agrária re-

trógrada que se apóia na dominação imperialista; a pequena burguesia urbana, que não pode expandir suas atividades em virtude do atraso do País; a burguesia ligada aos interesses nacionais, que é prejudicada pela ação dos monopólios imperialistas. Em certas circunstâncias, de modo temporário e instável, podem também opor-se ao imperialismo ianque alguns setores de latifundiários e grupos capitalistas ligados a monopólios estrangeiros rivais dos norte-americanos.

10. A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista da sua composição classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abraça todas as forças antieconomicistas e democráticas, nem se propõe a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se na luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista.

O movimento nacionalista agrupa setores de diversas classes e camadas, a traí entidades, partidos, correntes e personalidades das mais variadas orientações políticas na luta por soluções patrióticas como a defesa do petróleo e de outras riquezas nacionais, o controle e a regulamentação do capital estrangeiro, a ampliação do intercâmbio com os países socialistas, a proteção à indústria nacional, assim como por mudanças na política e na composição do governo num sentido nacionalista e democrático.

11. Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em torno de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada a os interesses nacionais não tem firmeza na luta antieconomicista, tende a os compromissos com o inimigo, e certos setores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, setores de latifundiários e capitalistas que podem adotar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária atual e preconizam um regime político reacionário.

A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e a outras forças, e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam. Ao mesmo tempo que pugna pela causa comum, contra a espoliação imperialista norte-americana, o proletariado precisa defender seus interesses específicos e os das massas trabalhadoras e populares, desenvolver a luta de classes contra os exploradores da cidade e do campo e bater-se por amplas liberdades democráticas que facilitem o ação independente das massas, objetivando desse modo reforçar as posições de setor mais consequente a firme da frente única. O proletariado necessita forte ecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária, impedir que as vacilações da burguesia atinjam suas fileiras. Para isso, deve salvaguardar, dentro da frente única sua independência ideológica, política e organizativa, condição essencial para que possa assumir a hegemonia do movimento e conduzi-lo à realização consequente dos objetivos antieconomicistas e democráticos, aliando, assim, as premissas para a transição ao socialismo.

A luta dentro da frente única difere da luta que as forças nacionalistas e democráticas travam contra o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Enquanto neste último caso o que se tem em vista e isolar o inimigo comum e destruí-lo, dentro da frente única visamos tornar em si mesmas as forças que lutam por objetivos comuns, motivo por que as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade, embora não devam ser ocultadas e venham a causar choques e atritos.

12. O movimento antieconomicista e democrático no Brasil, em sua fase atual, se ressent de vacilações e inconseqüências porque ainda não assumiu o caráter de um poderoso movimento de massas e à sua frente se encontram setores burgueses e pequeno-burgueses. Só poderá adquirir maior vigor e consequência à medida em que a classe operária dele participar ativamente e lutar por assumir a sua vanguarda, em aliança com as massas camponesas e outras camadas populares. A proporção que se aprofunda a luta antieconomicista e democrática e se colocam diante da frente única obje-

(Continua na 4ª página)

Resolução Política

(Continuação da 3ª página)
 vos mais radicais, certos setores nacionalistas burgueses se inclinam a uma política de conciliação com o imperialismo e as forças reacionárias. A fim de impulsionar o movimento, as forças mais consequentes da frente única devem intensificar as ações antimperialistas e democráticas, imprimir-lhes um caráter cada vez mais firme e denunciar as conciliações dos setores conciliadores. Para fortalecer e ampliar a frente única, para transformá-la num poderoso movimento de massas, é necessário desenvolver em seu seio as forças que pugnam, ao lado das soluções nacionalistas, pelas transformações democráticas. A par da luta pelos interesses gerais da Nação, é necessário travar a luta pelos interesses vitais das massas — sobretudo dos operários, dos camponeses e das camadas médias — como condição essencial para alargar e reforçar as bases da frente única, mediante a participação ativa das massas trabalhadoras e populares.

A classe operária, através de sua vanguarda comunista, não condiciona sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A hegemonia do proletariado deve ser conquistada como resultado de um processo de luta árduo e paulatino, durante o qual a classe operária forja sua unidade, estabelece uma sólida aliança com os camponeses — seu aliado fundamental — e defende acertadamente os interesses comuns de todas as forças que participam da frente única. A direção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida em que os elementos conciliadores forem isolados, como consequência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.

13. Com a intensificação da luta do povo brasileiro contra a dependência e o atraso do País criam-se condições para imprimir novo curso ao desenvolvimento econômico e político de nossa pátria. Esse curso deve consistir na adoção de soluções de caráter nacionalista e democrático que, embora ainda parciais, saiam dos marcos atuais da subordinação ao imperialismo norte-americano e aos interesses retrógrados dos latifundiários. Trata-se de soluções de caráter positivo e de reformas de estrutura que impliquem na ampliação dos direitos democráticos do povo e na aplicação de uma política interna e externa adequada ao desenvolvimento independente e progressista do País.

A conquista de reformas econômicas e políticas de caráter antimperialista e popular é possível desde já, nos quadros do atual regime, dependendo, essencialmente, do crescimento das lutas de massas, do poderio da frente nacionalista e democrática e do papel que nela desempenharem as forças revolucionárias mais consequentes, sobretudo a classe operária, os camponeses e outras camadas populares. Ao lutar por soluções parciais de caráter imediato, a classe operária tem como objetivo golpear as posições do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos, acumular as forças revolucionárias, modificar a correlação de forças em favor do povo e preparar as condições para a realização completa das transformações radicais exigidas pela atual etapa histórica.

14. Os comunistas chamam todas as forças antimperialistas e democráticas a lutar por um programa de desenvolvimento econômico que objetive a industrialização do País com base, principalmente, nos recursos internos. A ajuda econômica estrangeira deve ser aceita sob a forma de financiamento, de governo a governo, em condições favoráveis ao nosso país e sem concessões políticas.

É necessário lutar para abolir os privilégios concedidos ao capital imperialista mediante, entre outras, as seguintes medidas: rigorosa restrição às remessas de lucros, royalties e juros, e do retorno do capital estrangeiro; encampação das subsidiárias da Brazilian Traction (Light) e da Bond and Share; extensão do monopólio estatal à distribuição, em grosso, dos derivados de petróleo; interdição aos bancos estrangeiros de receberem depósitos no País e proibição aos capitais estrangeiros de atuarem no ramo de seguros; política nacionalista de defesa dos nossos minérios; encampação dos frigoríficos estrangeiros. Os interesses nacionais exigem o desenvolvimento dos setores econômicos fundamentais através do capitalismo de Estado: petróleo, siderurgia, eletricidade, indústria química, energia atômica, transporte e outros. Um programa de desenvolvimento progressista exige a ampliação e diversificação do comércio exterior, mediante a intensificação das relações comerciais com a União Soviética e outros países socialistas, a Europa e a América Latina; exige, igualmente, o monopólio estatal de comércio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais e a aplicação da recolta de divisas com prioridade para as importações essenciais. A fim de evitar que o desenvolvimento econômico se realize, como ocorre atualmente, por meio do agravamento da exploração das massas, é necessário combater a inflação e defender o valor do cruzeiro através de medidas no

terreno cambial, financeiro e econômico; eliminar as emissões de papel-moeda para fins improdutivo; selecionar rigorosamente o crédito, favorecendo as atividades produtivas essenciais; reduzir os impostos indiretos e aumentar os tributos que incidem sobre os altos rendimentos. Urge, por fim, impulsionar o desenvolvimento do Norte e Nordeste, através de investimentos básicos do governo federal, fornecimento de créditos a empreendimentos progressistas, facilidades para a obtenção de divisas, assistência técnica e medidas de reforma agrária, que ampliem o mercado interno e elevem o nível de vida das massas rurais.

15. Os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários e fortaleça a economia camponesa, sob formas individuais ou associadas. A fim de abrir caminho para essa reforma agrária radical é necessário lutar por medidas parciais, como a desapropriação de grandes propriedades incultas ou pouco cultivadas, com base no preço da terra registrado para fins fiscais, e loteamento das terras entre pequenos agricultores sem terra ou com pouca terra, mediante pagamentos módicos e a longo prazo; por um forte aumento da carga tributária sobre as grandes propriedades e isenções fiscais para as pequenas propriedades; pela utilização das terras do Estado para formar núcleos de economia camponesa; pela entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros e a defesa rigorosa dos direitos dos camponeses contra a grilagem. Simultaneamente, cumpre organizar as massas de arrendatários e parceiros na luta pela regulamentação legal dos contratos, visando a baixa das taxas de arrendamento e parceria, com o estabelecimento de limites máximos; o prolongamento dos prazos contratuais; a garantia de indenização por benfeitorias; a defesa dos arrendatários e parceiros contra despejos. Os camponeses devem exigir que os bancos oficiais prestem ajuda financeira aos pequenos cultivadores, proprietários ou não, de modo que o crédito agrícola oficial não seja monopólio dos grandes fazendeiros. A fim de aumentar a produção agrícola, é necessário estimular o cooperativismo entre os pequenos, e médios agricultores; garantir-lhes transporte barato e dar-lhes crédito para a aquisição de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; assegurar-lhes preço mínimo compensador para seus produtos; incentivar a mecanização da agricultura e o emprego da técnica moderna; realizar um programa de investimentos estatais para o fomento da agricultura, sobretudo da produção de gêneros alimentícios.

16. Os comunistas consideram que, nas condições atuais do mundo e de nosso país, as massas trabalhadoras podem obter importantes vitórias na luta pela elevação do seu nível de vida e pela ampliação dos direitos sociais. A fim de que os frutos do desenvolvimento econômico não sejam monopolizados por uma ínfima minoria, os trabalhadores devem lutar constantemente pelo reajustamento geral dos salários e vencimentos; pelo salário profissional e pela extensão, a todos os trabalhadores, do salário familiar de que gozam os servidores públicos; pela modificação da lei do salário mínimo, a fim de garantir sua revisão anual, sua extensão à família e a inclusão das despesas com instrução, recreação e contribuições de previdência. Cabe aos trabalhadores pugnar pela contenção da carestia da vida, exigindo a adoção de medidas concretas para incentivo à produção e controle dos preços, inclusive a participação de representantes dos sindicatos nos órgãos governamentais de abastecimento e preços. Ao mesmo tempo que lutam pelo aperfeiçoamento e moralização das instituições de Previdência Social, devem os trabalhadores exigir a participação de representantes operários em sua direção de acordo com a nova Lei de Previdência. A atual legislação trabalhista precisa ser efetivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário. Constitui, por fim, dever inadiável do movimento operário a luta pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais mas, em geral, não aplicados, pela extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades e por uma legislação trabalhista adequada ao campo, assim como pelo reconhecimento legal dos sindicatos de assalariados agrícolas.

17. Os comunistas chamam todos os cidadãos a defender, firmemente, cada liberdade política, cada direito democrático inscrito na Constituição, e denunciam quaisquer tentativas reacionárias de violação de legalidade. Ao mesmo tempo, consideram necessárias reformas na Carta Magna, com o objetivo de ampliar os direitos democráticos e possibilitar medidas

mais consequentes em defesa da economia nacional e a realização de uma reforma agrária em grande escala. A consolidação e a ampliação da democracia exigem a livre organização dos partidos políticos, sem quaisquer obstáculos para o seu registro eleitoral, a legalização do Partido Comunista do Brasil e a eliminação das discriminações contra os comunistas que derivam do artigo 58 da lei eleitoral; a completa libertação das organizações sindicais da tutela do Ministério do Trabalho e a abolição de todas as formas de intervenção policial e discriminação ideológica no movimento sindical, como em qualquer outra esfera; a regulamentação do direito constitucional de greve em bases democráticas; a revogação da lei de segurança nacional; a plena garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas; o direito de voto para os analfabetos, soldados e cegos das Forças Armadas; a abolição das desigualdades jurídicas que afetam as mulheres e o combate efetivo a todas as discriminações raciais e religiosas.

18. Os comunistas lutam para que o desenvolvimento econômico do País se traduza na melhora substancial dos índices de educação e saúde das massas. Impõe-se, neste sentido, exigir o aperfeiçoamento e ampliação do sistema de ensino público gratuito, mediante o aumento das verbas destinadas à instrução, devendo ser reservado ao ensino privado um papel estritamente auxiliar. É necessário concentrar os recursos à disposição do Estado numa luta em grande escala contra o analfabetismo; desenvolver o ensino técnico e científico e a pesquisa tecnológica e científica, a fim de superar seu atraso em relação às exigências do progresso econômico do País, e avançar no sentido da sua independência tecnológica; exigir do Estado o apoio e o estímulo material a todas as manifestações da cultura nacional e democrática. A solução dos problemas de assistência e de saúde pública está profundamente ligada ao aumento da renda nacional e à elevação do nível do nosso povo. Entretanto, é preciso que as massas lutem, desde já, pelo aumento e melhoria da assistência médica fornecida pela previdência social, pela concessão de maiores verbas a hospitais, ambulatórios, postos médicos e serviços higiênicos.

19. Os comunistas chamam todos os brasileiros a lutar por uma política externa de defesa da soberania nacional e da paz mundial que sirva à causa do desenvolvimento independente do Brasil. Esta política deve basear-se na amizade e cooperação com todos os povos, nos princípios do respeito mútuo à integridade territorial e à soberania, de não-agressão, de não-intervenção nos assuntos internos e de igualdade de direitos e vantagens recíprocas. O povo brasileiro está vitalmente interessado na manutenção da paz e na coexistência pacífica entre os países de regimes sociais diferentes, a fim de que possa progredir livre da ameaça de uma guerra atômica. Para alcançar uma política exterior independente e pacífica, o povo brasileiro deve lutar contra a subordinação do Brasil às exigências do Departamento de Estado norte-americano; pelo estabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, a República Popular da China e outros países socialistas; pela solução dos litígios internacionais através de negociações; pela interdição imediata e definitiva das experiências com armas termonucleares e a proibição da produção e do emprego dessas armas; pela cessação da corrida armamentista e pelo desarmamento geral, que viria liberar imensos recursos materiais e possibilitar seu emprego para fins construtivos. A fim de fortalecer a luta contra o inimigo comum, deve o povo brasileiro manifestar solidariedade aos povos coloniais e dependentes em seus conflitos com as potências imperialistas; estreitar as relações de amizade e cooperação com os países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África; dar todo o apoio à revolução cubana contra quaisquer tentativas de agressão ou intervenção do imperialismo norte-americano nos assuntos internos de Cuba. A defesa da independência nacional exige, igualmente, a denúncia dos tratados e acordos lesivos ao País, tais como o Tratado do Rio de Janeiro, a Carta de Bogotá, o Acórdão Militar Brasil-Estados Unidos, a Declaração de Caracas, o Ajuste sobre Fernando de Noronha e o Acórdão de Roroboré.

20. Com o desenvolvimento das lutas do povo brasileiro pela libertação nacional e pelas reivindicações populares, criam-se condições para a formação de um governo de coalizão que represente no Poder estatal as forças integrantes da frente nacionalista e democrática. A luta por soluções positivas e imediatas para os problemas do povo e a luta por um governo nacionalista e democrático capaz de realizá-las, constituem, do ponto de vista tático, a tarefa central da classe operária e dos comunistas.

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do atual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de forças

políticas. Na situação atual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes antimperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o setor nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais. E, no caso de tentativas antidemocráticas por parte dos entreguistas e reacionários, um governo nacionalista e democrático pode surgir da ação das massas populares, unida aos setores nacionalistas das Forças Armadas, do Parlamento e do governo, com o objetivo de impor ou restabelecer pela força os direitos do povo.

As circunstâncias particulares de cada conjuntura política é que poderão determinar o caminho concreto para a formação de um governo nacionalista e democrático. Além disso, uma orientação patriótica e popular pode ser realizada por um ou por sucessivos governos que se apoiem na frente nacionalista e democrática e sejam sua expressão.

A participação da classe operária em um governo nacionalista e democrático depende, fundamentalmente, do papel que os trabalhadores desempenharem na luta antimperialista e na vida política do País, depende do crescimento do movimento de massas e do grau de unidade e organização do proletariado. Os comunistas consideram que é seu dever, como representantes da classe operária, reivindicar sua participação em um governo conquistado pela frente nacionalista e democrática. Entretanto, na medida em que tal governo realize uma política patriótica e democrática, os comunistas o apoiarão resolutamente, mesmo que não façam parte de sua composição e continuarão lutando para dele participar.

21. À medida em que um governo nacionalista e democrático adotar soluções parciais de caráter patriótico e progressista para os problemas do País, enfrentará a oposição do imperialismo norte-americano e de seus agentes internos. A fim de defender as conquistas já alcançadas e prosseguir num caminho independente e democrático, esse governo terá necessidade de adotar medidas mais energéticas e profundas contra o inimigo principal do País e as forças reacionárias, devendo entrar, assim, em um processo de radicalização de sua política e de sua composição. As forças mais firmes e consequentes da frente única — principalmente a classe operária e outros setores populares — devem estar preparadas e vigilantes para, através da pressão de massas, vencer as tendências conciliadoras e impulsionar o governo no sentido de ações mais radicais contra o imperialismo e as forças reacionárias internas.

A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da atual etapa da revolução. Para isso é necessário eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Estes objetivos ultrapassam o âmbito das reformas parciais, implicando em transformações econômico-sociais de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige, portanto, que o Poder estatal esteja nas mãos das forças mais revolucionárias da sociedade, interessadas em transformações antimperialistas e democráticas radicais.

Diante do imperativo de medidas mais consequentes contra o imperialismo e seus agentes internos, a classe operária, apoiada nos camponeses e em outras forças populares, continuará lutando para modificar a correlação de forças e afastar do governo os elementos conciliadores. Esta luta para realizar as transformações radicais exigidas pelo desenvolvimento do País e para fazer avançar a revolução levará ao Poder um governo das forças antimperialistas e antif feudais, onde o proletariado, como a força revolucionária mais consequente, deverá ter o papel dirigente.

A questão da hegemonia do movimento antimperialista e democrático constitui, por conseguinte, questão decisiva. O proletariado luta para que a revolução nacional e democrática se desenvolva ininterruptamente, adquira a máxima amplitude e profundidade, seja uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial. Para isso, é indispensável a hegemonia do proletariado na frente revolucionária e a conquista do Poder pelas forças antimperialistas e antif feudais sob a direção do proletariado. Uma vez conquistadas, nos seus aspectos essenciais, as tarefas da revolução nacional e democrática, a hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo final da classe operária brasileira.

22. Nas condições atuais do Brasil e do mundo, existe a possibilidade real de que a revolução antimperialista e antif feudal atinja seus

objetivos por um caminho pacífico.

As condições que determinam essa possibilidade residem na presente situação internacional, em que influem de modo decisivo a existência e fortalecimento do sistema socialista mundial e os êxitos do movimento de libertação nacional, assim como no processo de democratização em curso no País, no ascenso do movimento operário, no fortalecimento da frente nacionalista e democrática. Desde que existe a possibilidade de um caminho pacífico, os comunistas tudo farão, no que deles dependa, para transformar essa possibilidade em realidade.

O caminho pacífico da revolução não significa conciliação de classes, passividade ou espontaneísmo. Significa unicamente a realização das tarefas revolucionárias sem que seja inevitável a insurreição armada e a guerra civil. O avanço do movimento revolucionário por um caminho pacífico exige a mobilização das massas, a ação enérgica dos trabalhadores e do povo para quebrar a resistência das forças entreguistas e reacionárias. Exige a luta de massas, que não exclui os choques e conflitos com o inimigo. Para transformar em realidade a possibilidade de um caminho pacífico da revolução é necessário desenvolver a luta de classes, condição indispensável ao fortalecimento da unidade e da organização dos trabalhadores e ao crescimento de seu papel na vida política do País. É necessário que as forças revolucionárias, particularmente a classe operária, lutem incessantemente pelas liberdades democráticas e por sua ampliação, como condição que favorece a ação independente das massas.

A escolha dos meios para libertar a Nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão, por todos os meios possíveis, à perda de suas posições. Em desespero de causa, tais inimigos podem recorrer à violência para impedir a ascensão das forças revolucionárias ao Poder, criando uma situação em que a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Enquanto acumulam forças para transformar em realidade a possibilidade de uma solução pacífica, o proletariado e seus aliados não devem jamais perder de vista que, em certas circunstâncias, as suas forças podem ser necessárias para tornar a revolução vitoriosa por um caminho não pacífico.

23. O Partido Comunista está chamado a desempenhar uma missão histórica, no curso da revolução brasileira, como vanguarda consciente e organizada da classe operária. Cabe ao proletariado conduzir a luta pela emancipação nacional de modo consequente, devendo por isso conservar, dentro da frente única, sua independência ideológica, política e organizativa. A fim de cumprir seu papel independente, o proletariado necessita do Partido Comunista, partido revolucionário da classe operária, guiado pela teoria marxista-leninista, partido de ação política e de massas vinculado por múltiplos laços aos trabalhadores.

Os comunistas só realizarão o seu papel histórico na medida em que se colocarem a serviço das massas e se lançarem decididamente à atividade junto às massas. Cada organização do Partido deve, antes de tudo, promover a participação ativa, paciente e contínua dos militantes comunistas nas organizações de massas. A esta exigência essencial devem subordinar-se as atividades de propagação, do trabalho de massas e de organização. Para estabelecer relações acertadas entre o Partido e as massas, entre o Partido e a frente única, é necessário combater tanto as concepções sectárias, que se traduzem no menosprezo pelo trabalho de massas e pela atuação na frente única, como as tentativas liquidacionistas, que se exprimem na subestimação do papel do Partido como vanguarda e na tendência a substituí-lo pela frente única.

24. A tarefa principal dos comunistas no trabalho de massas consiste em fortalecer a unidade e a organização da classe operária, para que ela desempenhe papel dirigente no movimento antimperialista e democrático. A fim de cumprir essa tarefa, os comunistas devem intensificar e aperfeiçoar cada vez mais sua atuação no movimento sindical. Os sindicatos e demais organizações profissionais não devem servir a objetivos que dividem os operários, mas constituir instrumentos de unidade de ação dos trabalhadores de todas as tendências ideológicas e políticas que atuam no movimento sindical e dos trabalhadores ainda desorganizados e sem filiação partidária. Para obter a unidade de ação, os comunistas atuam na organização sindical existente e utilizam a Consolidação das Leis do Trabalho, procurando organizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações. Ao mesmo tempo que defendem as conquistas da legislação social, devem chamar as massas a concretizá-la, aperfeiçoá-la e ampliá-la. Cumpre aos comunistas lutar para que o movimento sindical não seja uma atividade

apenas de cúpula, porém conte com a participação ativa das massas trabalhadoras. A organização dos trabalhadores nos próprios locais de trabalho, nas empresas, é o passo decisivo para estreitar os laços entre os sindicatos e a massa de associados, bem como para organizar as massas não sindicalizadas. Preocupação constante deve ser a organização sindical das categorias de trabalhadores ainda desorganizados. Os comunistas devem atuar no sentido de coordenar melhor o movimento operário dentro da estrutura sindical legal. Trabalhando para aperfeiçoar a forma vertical de organização, esforçam-se para que seja instituída legalmente a forma horizontal de organização, desde o município e o Estado até a Central Unificada, que deve ser a expressão da unidade nacional dos trabalhadores. Cabe ao movimento operário um papel decisivo na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas. Os comunistas lutam para que as organizações sindicais, além da defesa dos interesses profissionais dos trabalhadores, assumam uma posição cada vez mais ativa em defesa dos interesses nacionais e se integrem no movimento antimperialista, participando de iniciativas conjuntas com outros setores patrióticos.

25. A aliança do proletariado com as massas camponesas é condição básica para que ele possa imprimir ao movimento revolucionário uma direção firme. A fim de impulsionar a organização das massas do campo, é necessário dar atenção principal aos assalariados e semi-assalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas. A organização dos camponeses deve partir das reivindicações mais imediatas e viáveis como a baixa das taxas de arrendamento, a prorrogação dos contratos, a garantia contra os despejos, a permanência dos posseiros na terra e a legitimação das posses, etc. Ao mesmo tempo, cumpre aos comunistas intensificar o movimento pela reforma agrária. Na mobilização dos assalariados rurais e dos camponeses é necessário empregar as mais variadas formas de luta e de organização, adaptando a cada região as experiências dos sindicatos de assalariados e semi-assalariados, das ligas camponesas, associações rurais e cooperativas. Nesse processo, é de grande importância a utilização dos meios legais, especialmente a defesa jurídica dos direitos das massas do campo. Os comunistas devem contribuir para que a classe operária, através de suas organizações, estreite seus laços com os camponeses, ajudando-os na realização de conferências e congressos, na organização de associações e cooperativas, na luta pelo reconhecimento dos sindicatos de trabalhadores agrícolas pelo Ministério do Trabalho e, em geral, na conquista de reivindicações econômicas e sociais.

26. Em sua atuação entre as camadas médias, os comunistas devem ter em conta que os pequenos negociantes, pequenos industriais e artesãos, funcionários civis e militares e outros setores da pequena burguesia podem constituir uma força ativa do movimento antimperialista, quer através de sua organização específica, quer participando de organizações de frente única.

Os comunistas devem dedicar particular atenção à intelectualidade, que, em sua grande maioria, é partidária do progresso e da emancipação nacional. A unidade dos intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas pode ser alcançada em torno de objetivos comuns como a defesa da cultura nacional e de seu desenvolvimento, a preservação e ampliação das liberdades democráticas, a salvaguarda dos interesses éticos e profissionais dos intelectuais.

A unidade dos estudantes de vários tendências doutrinárias e políticas é fator essencial para o fortalecimento das organizações estudantis universitárias e secundárias, que constituem baluartes da frente nacionalista e democrática. A fim de fortalecer essa unidade e ampliar o caráter de massas do movimento estudantil, é necessário combinar a ação política com a defesa das reivindicações específicas dos estudantes, com a luta pela solução dos problemas culturais, econômicos e sociais que afetam a juventude.

As ações unitárias de operários e estudantes em torno de questões de interesse geral, quer na luta antimperialista, quer na luta contra a carestia, etc., devem ser estimuladas, uma vez que representam formas práticas de aliança do proletariado com os setores mais combativos da pequena burguesia.

Considerando o importante papel que cabe à juventude na vida social e política do País, devem os comunistas intensificar seu trabalho entre os jovens, organizando-os nos sindicatos, em clubes esportivos, recreativos e culturais, e em organizações de massas, ou em entidades especificamente juvenis.

Maior atenção deve ser dedicada ao trabalho de massas entre as mulheres, que podem ser reunidas nos mais variados tipos de organização, especificamente femininas ou não, para a luta em torno de reivindicações, tais como o amparo à criança, o combate à carestia, a abolição de desigualdade (Concluída na 5ª. pág.)

Bolsas de Estudo

A nova diretoria da UNE, empossada há menos de dois meses, está cheia de planos que a greve da Bahia ainda não possibilitou, pôr em prática. Os novos diretores querem chegar ao próximo Congresso sem receio de ouvir as costumeiras imprecisões dos delegados contra os muitos deslizes administrativos da entidade. Uma das questões que se propõem a modificar é o critério da distribuição de bolsas de estudos, em média de 4 ou 5 anualmente, com que a UNE é distinguida por algumas organizações européias. As diferentes diretorias têm usado estas bolsas quase sempre sem nenhuma propriedade. Ora são entregues a determinadas União Estudantis, ora são divididas entre membros da diretoria e auxiliares mais abnegados, ora são dadas simplesmente a quem primeiro pedir. Quer-se fazer delas agora um fator de divulgação e fortalecimento do organismo estudantil. Como? Instituído-se, para sua doação, concursos abertos a todos os universitários do Brasil. Assim: se a bolsa é de Física, todos os alunos de Física do País podem concorrer a ela, apresentando um trabalho que deverá ser julgado por uma comissão de nomes nacionais no assunto (no caso de Física, por exemplo, por Cesar Lattes, Mario Schenberg e Leite Lopes); o autor do melhor trabalho, lógico, será o contemplado.

Como vemos, muito simples e muito certo. E' preciso não esquecer, porém, — e nos parece que os diretores da UNE o estão fazendo — do tempo necessário para uma empresa de tal porte.

O ano letivo na Europa inicia-se em fins de agosto ou princípio de setembro. A divulgação de um concurso desse gênero leva, para que ele obtenha sucesso, um mínimo de dois meses. Outros tantos são necessários para os concorrentes apresentarem seus trabalhos, já que ninguém se apresentará com uma produção elaborada em cima do joelho. O recolhimento de todas as peças consumiria mais trinta dias. A Comissão Julgadora, uma vez que seus componentes não dariam solução de continuidade ao seu trabalho diário e estariam em função do concurso apenas em horas eventualmente vagas, solicitará um prazo bastante elástico para oferecer o seu veredito. Em suma: o concurso é trabalho para quase uma gestão inteira. Já devia, pois, estar sendo lançado. Verdade que a UNE tem que resolver o caso da Bahia. Mas enquanto uma solução não é encontrada, a entidade não pode ficar parada. E está.

M. A.

Acampamento na Reitoria Para Resolver Greve: Bahia

Mais de meio milhão de universitários acamparam sábado (dia 10) em frente à Reitoria da Universidade da Bahia. Dispostos a tudo. E' possível que com esta demonstração de coesão e fortaleza tenham forçado o atendimento das reivindicações por que lutam há 90 dias. Estamos escrevendo, como sempre o fazemos, na tarde de segunda-feira. Até agora as autoridades responsáveis não apresentaram aos estudantes nenhuma perspectiva de solução que atente a um mínimo do que eles exigem. E exigem pouco: querem apenas a constituição de uma comissão de 5 membros (dois indicados por eles, dois pela Reitoria, um pelo MECO) para apurar as irregularidades repetidamente denunciadas pelos jovens na sua Universidade; a revogação das penas impostas a líderes da classe quando defendiam interesses dos seus liderados; e abono de faltas e fixação de datas para prestação de provas por parte dos grevistas. O acampamento é a última tentativa dos moços de resolver o questão pelos processos pacíficos. Se falhar, como recurso, não se sabe se há outra saída em vista para os jovens, já todos com o ano perdido. E não há dúvidas de que a responsabilidade pela gravidade do que poderá advir não será dividida com ninguém: as autoridades a têm inteira.

Omissão

Os estudantes, há mais de dois meses, vêm apontando, em contatos quase diários com o Ministro da Educação, as razões do impasse e as maneiras de superá-lo. O sr. Pedro Paulo Penido, porém, sempre se esquivou de tomar uma posição. Conhecedor de todos os graves fatos que determinaram a greve (relacionadas em número anterior deste jornal), conservou-se sempre num estado de revoltante omissão. Quando a pressão estudantil não o permitiu mais ficar-se em tal postura, o Ministro veio a público. Detentor de autoridade suficiente para liquidar a questão com uma simples portaria, o titular da pasta da Educação preferiu fazer «capô» a que as partes discordantes refizessem «a harmonia que sempre reinou na Universidade» e que atentassem para a «compreensão que sempre norteou a vida universitária». Terminou, por pedir (sic) a cessação da parede. Da decepção que causou o pronunciamento ministerial fala melhor esta Nota Oficial da União Nacional dos Estudantes:

«A UNE, tendo em vista a nota intitulada A Universidade da Bahia, distribuída pelo Ministro da Educação e Cultura, sente-se no dever de esclarecer alguns pontos a ela referentes. A nota em questão, pelo seu caráter vago e mesmo lírico, não adiantou coisa alguma de positivo aos entendimentos visando à solução da greve dos universitários baianos, que perdura há cerca de 90 dias. Ao contrário, ela revela ape-

nas a firme disposição do Sr. Ministro de, a pretexto da defesa de uma autonomia universitária só invocada contra os estudantes, evitar assumir as responsabilidades de seu posto, eximindo-se assim de contribuir eficazmente para pôr fim aos desentendimentos existentes entre alunos e professores da Universidade da Bahia. Lamentando mais uma vez a fraqueza de umas autoridades e a intransigência absurda de outras, a UNE quer responsabilizar a todas elas e, especialmente, ao Ministro da Educação e Cultura, por quaisquer consequências posteriores resultantes da insatisfação dos universitários baianos e brasileiros»

Mediadores

A intransigência sectária do reitor Edgar Santos não consegue ser contornada. Sua mentalidade policial só vê nos acontecimentos uma coisa: insubordinação dos rapazes. Partindo daí tonitroa que entendimentos só com os alunos voltando às aulas. O recurso da mediação vem sendo tentado pelos jovens. O primeiro a procurar promover um acordo foi o jornalista Jorge Calmon, diretor de «A Tarde», órgão de grande tradição da imprensa da «Boa Terra». Resultou infrutífero o seu esforço. No domingo (11) assumiu o comando das demarques o sr. Josephat Marinho, Secretário de Governo do sr. Juracy Magalhães. Em virtude das liga-

ções políticas entre o Governador e o reitor Edgar Santos, a greve vinha causando um certo desgaste ao sr. Juracy. Daí a mediação ser exercida por um homem do Governo. E' possível que o sr. Josephat tenha obtido sucesso; é provável que não.

Prontidão

Com a realização de Congressos, esta semana, no Rio e em São Paulo, um agravamento da situação na Bahia resultará numa crise sem precedentes nos meios universitários brasileiros. Os

estudantes já fizeram uma greve nacional (com prazo determinado) de advertência para que as autoridades pusessem um cêbro no caso baiano (e em outros casos já solucionados). A maneira pela qual reagiram agora é completamente imprevista.



Em 1959 os universitários cariocas acamparam em frente à Câmara de Vereadores (foto) para encampar a Universidade do Rio de Janeiro. Agora os estudantes baianos acampam nas calçadas da Reitoria de sua Universidade: querem salvá-la do descalabro em que se encontra. Um homem (poderoso) tenta impedi-los. Mas o povo está com os estudantes e ajudará os jovens a vencerem.

Acampar para ganhar

RESOLUÇÃO POLITICA (Conclusão)

de direitos, a melhoria das condições de vida nos bairros, etc.

27. Participando ativamente das eleições e do trabalho parlamentar, os comunistas esforçam-se para ajudar a fortalecer e ampliar a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que ela possa transformar-se em um bloco majoritário capaz de obter soluções patrióticas por via legislativa. Os comunistas atuam nos sindicatos, no seio da população rural, no movimento estudantil, entre a intelectualidade e outros setores para conseguir apoio de massas à Frente Parlamentar Nacionalista. Apóiam igualmente a ação da F.P.N. no sentido de estender sua influência aos Estados e municípios, mediante a constituição de blocos nacionalistas nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.

O desenvolvimento da frente única e de suas ações políticas de massas exige a constituição de coligações ou a realização de acordos com partidos políticos, diretórios, alas e personalidades desses partidos para a luta conjunta por reivindicações nacionalistas e populares no âmbito nacional, estadual e municipal, dentro ou fora dos períodos eleitorais. Estimulando essas iniciativas e delas participando, os comunistas estão sempre dispostos a mar-

char ombro a ombro com os elementos e as alas nacionalistas que existem, em maior ou menor proporção, em todos os partidos políticos, em torno de objetivos patrióticos e democráticos. Devemos ter em vista igualmente acordos políticos de caráter duradouro, principalmente com partidos que tenham influência na classe operária e nas massas trabalhadoras.

28. Para que o Partido possa desenvolver-se como um partido de massas, com capacidade de iniciativa e, ao mesmo tempo, combativo e disciplinado, é indispensável a justa aplicação do centralismo democrático. No terreno da organização do Partido, é necessária a combinação simultânea das concepções sectárias e os métodos mandonistas, que entravaram durante muitos anos o seu desenvolvimento, e, de outro lado, as concepções liberais e as tendências anárquicas, que pregam o abandono do centralismo.

A fim de superar essas tendências, é necessário estabelecer relações acertadas entre os organismos superiores e inferiores, de modo que os direções respeitem a autonomia das organizações subordinadas e estimulem sua iniciativa, sem abdicar, porém, de sua função dirigente, e sem permitir que ganhem terreno concepções nocivas como a pretensão à independência dos organismos inferiores, que se manifesta sob a forma de localismo ou setorismo. O Partido só pode atuar como um todo organizado se as direções, de cima a baixo, realizarem a planificação do trabalho e o controle do cumprimento das tarefas. Tanto deve ser combatida a exagerada centralização do trabalho, que se manifestava no excesso do planos e tarefas impostos aos organismos inferiores, sem atenção às condições reais existentes, como o espontaneísmo no trabalho de direção e a abolição de todo o trabalho planificado. O Partido deve manter a disciplina consistente em suas fileiras, condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e ação. Neste sentido, são igualmente prejudiciais ao Partido os

métodos mandonistas e impositivos e as tendências à violação da disciplina partidária, o desrespeito às resoluções coletivas dos organismos e às direções dos órgãos dirigentes. Maiores esforços devem ser realizados em todos os órgãos dirigentes para a aplicação do princípio da direção coletiva, tendo em vista, sobretudo, evitar que as direções restritas atuem em substituição aos órgãos dirigentes coletivos e mobilizar o conjunto desses órgãos para o trabalho efetivo de direção.

29. A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas. Em particular, é indispensável um esforço permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do PCB. A fim de superar o dogmatismo e o revisionismo é necessário organizar em todo o Partido a educação ideológica em base marxista-leninista, unindo indissolúvelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país. O combate às influências ideológicas estranhas à classe operária impõe a generalização da experiência histórica do Partido, o conhecimento do processo de sua formação e a crítica aprofundada às concepções pequeno-burguesas que predominaram, em diversos períodos, na sua direção e em suas fileiras. Exige, igualmente, uma ação constante de desmascaramento das idéias falsas que circulam no Partido como resultado da pressão ideol-

ógica exercida, de um lado, pela pequena burguesia e pela burguesia e, de outro lado, pela propaganda do imperialismo e da reação.

30. As condições políticas atuais são particularmente favoráveis ao crescimento e fortalecimento do Partido e à conquista de sua legalidade. O recrutamento de novos militantes, a multiplicação dos efetivos do Partido, deve constituir uma preocupação constante de cada comunista. A concepção do Partido como uma pequena organização de propagandistas e agitadores, de «poucos, porém bons» corresponde ao estágio primitivo do movimento revolucionário e não pode prevalecer na situação nova em que vivemos. A classe operária e o povo brasileiro necessitam ter à frente de suas lutas um grande Partido Comunista, que seja poderoso do ponto de vista numérico e organizativo, consciente e firme do ponto de vista político e ideológico. O crescimento das fileiras do Partido deve estar, por isso, intimamente associado a um trabalho persistente de consolidação da estrutura partidária e de educação dos comunistas no espírito do marxismo-leninismo.

A legalidade do Partido Comunista não é uma reivindicação exclusiva dos comunistas, mas uma medida necessária à consolidação da democracia em nosso país, um direito democrático de parcela considerável do eleitorado. A luta pela legalidade do Partido, tarefa imediata para todos os comunistas — deve ser conduzida tanto por meios jurídicos como através da mobilização da opinião pública, e assumir o caráter de um amplo movimento que receba o apoio de todas as forças democráticas.

ESTUDANTES CUBANOS SOLICITAM:

Apoio Para Enfrentar Ameaça Norte-Americana

Assinada pelo Presidente do Comitê Executivo Nacional da «Juventude Socialista», o líder estudantil cubano Isidoro Malmierca, que já percorreu o Continente, tendo estado inclusive no Rio de Janeiro, trazendo a saudação dos universitários cubanos e a gratidão dos mesmos, pelo apoio e solidariedade à Revolução, está sendo endereçada a todos os dirigentes estudantis, sindicais e de profissões liberais do Brasil, uma carta denunciando «uma agressão direta a Cuba e a criação de uma arma de represália econômica com o propósito de compor o Governo Revolucionário a aceitar as imposições de Washington e a ajoelhar-se ante as EE. UU.»

O dramático documento alinha uma série de ações no setor econômico, coordenadas com outras nos campos da propaganda, da diplomacia, da política e da preparação do ataque militar à ilha, que comprovam a intenção dos imperialistas americanos de fazerem os revolucionários cubanos retroceder do caminho iniciado. E' feito um desmascaramento de como se pretende mostrar «que os Estados Unidos são pacientes e tolerantes, enquanto que Cuba é agressiva e intolerante; que os Estados Unidos são vítimas e Cuba é algoz, quando ocorre precisamente o contrário».

Um trecho da carta diz: «Não queremos, de modo algum, nos desvincularmos das seculares raízes que nos prendem a todos os povos do Ocidente, e de modo particular aos da América Latina. Não consideramos, porém, condições para isso, permanecendo, como estamos, submetidos ao imperialismo. Para nós não há senão dois caminhos: para a felicidade, o progresso e a independência de nossa terra, pelo que marchamos hoje, ou, a destruição total de nossa Pátria. E' por isso, queridos amigos, que nos dirigimos a vocês para pedir, agora mais do que nunca, a mais ampla solidariedade, para pedir-lhes que denunciem ante os jovens do Brasil e de todo o mundo, a conjura que se tece contra nossa Pátria». Finalizam os jovens cubanos encarecendo o envio de protestos à Embaixada dos Estados Unidos, ao Presidente do Congresso dos Estados Unidos, apelo ao Presidente da República, aos Deputados e Senadores, ao Secretário Geral das Nações Unidas, solicitando prudência e respeito pela luta gloriosa do povo cubano, em busca de seus legítimos anseios de independência, de prosperidade e de tranquilidade em seu trabalho. Qualquer iniciativa — pedem — deve ser comunicada à MELLA, Calle 10 de octubre, 106, La Habana, Cuba.

Universitários Discutem: Congresso no Brasil Todo

Em andamento desde domingo (11), na sede da UNE, o XVII Congresso Metropolitano dos Estudantes, conclui o máximo dos estudantes de grau superior da Guanabara. O encontro, que pretende ser o marco, no Rio de Janeiro, do movimento pela Reforma Universitária, será alvo de ampla reportagem em nossa próxima edição. Quarta-feira (14), iniciou-se, em São Paulo, mais um Congresso da União Estadual dos Estudantes. Esta reunião é a mais importante, exceto, é claro, o Congresso Nacional, de quantas são realizadas pelos universitários brasileiros. Não só por ser a que soma o maior número de participantes, mas, principalmente, porque a capital paulista vem sendo, pelo menos de uns dois anos para cá, local de movimentos estudantis de efetiva participação de massas e de grande envergadura. Exemplos: a recente greve da Mackenzie (somentemente superada, até hoje, no Brasil, pela greve da Bahia) e a luta contra o Projeto de Diretrizes e Bases, que teve ali o seu centro.

Paraíba convidou Sartre

Na primeira semana deste mês, os universitários paraibanos realizaram o seu IX Congresso, em João Pessoa. O encontro foi essencialmente unitário, característico, aliás, marcante em todos os encontros de estudantes concretizados ultimamente. As eleições foram vencidas, por larga margem, pela chapa encabeçada por Amilton Gomes, aluno da Faculdade de Medicina. Os debates giraram, em primeiro plano, em torno da criação de uma imprensa universitária no Estado. Dentre as resoluções aprovadas, destacamos as seguintes: 1) redação de um manifesto de apoio à Escola Pública; 2) solidariedade irres-

trita à revolução cubana; 3) moção de aplauso ao deputado Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas; 4) luta pela federalização da Universidade da Paraíba; 5) apoio ao Embaixador Alvaro Lins, pelo seu rompimento com o Presidente da República em face das ligações indefensáveis do sr. Juscelino com a ditadura opressora de Oliveira Salazar; 6) referendo do repúdio votado pela União Nacional dos Estudantes à viagem de JK à Portugal, onde o Pre-

sidente foi prestigiar os festejos promovidos pelo ditador de Santa Comba Dão; 7) apoio à greve dos universitários baianos; 8) convite ao escritor Jean-Paul Sartre para proferir conferências em João Pessoa; 9) apoio à política nacionalista da UNE; 10) prestigiamto da política do economista Celso Furtado à frente da SUDENE. Compareceram à sessão solene de encerramento da reunião, varios diretores de faculdades.



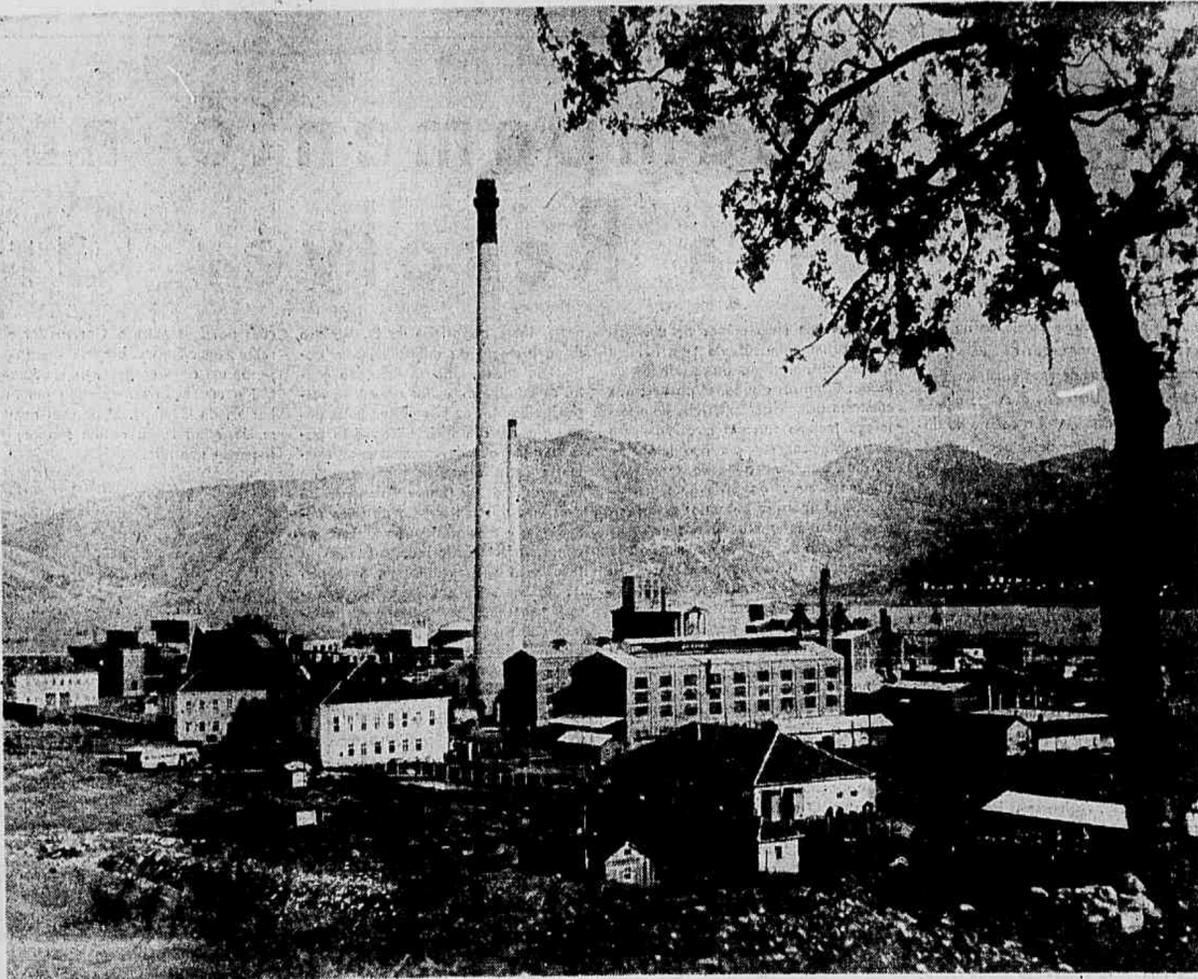
Juventude comparece

De julho a outubro os congressos estudantis se multiplicam por todo o País. A juventude luta os salões nobres de suas escolas e das sedes de suas entidades, para discutir seus problemas específicos e os problemas de todo o povo. A sua luta enfrenta a má vontade de alguns, a indiferença de muitos, mas é compreendida e aclamada por milhões. Estes últimos confiam nos moços.



**Paisagem
com ponte**

Com o advento da democracia popular, o povo búlgaro teve oportunidade de assimilar a técnica moderna, podendo construir pontes como a da foto, da Cidade de Ruse



**Novo cenário
búlgaro**

A 9 de setembro de 1944 os revolucionários búlgaros alcançaram a vitória, derrubando a realeza e proclamando a república popular. Hoje, 16 anos mais tarde, a Bulgária, com seus 110.000 km², e cerca de 8 milhões de habitantes, de país agrário que era, transformou-se em nação agro-industrial, com o advento da reforma agrária e com o programa desenvolvimentista do atual governo. Panoramas como a da foto — fábrica de chumbo e zinco em Krichalovo — inexistentes há alguns anos, são comuns na Bulgária de hoje. A era do socialismo foi a grande chance da Bulgária.

Bulgária de Hoje



**Mecanização
da agricultura**

A agricultura da Bulgária era das mais atrasadas da Europa até a segunda guerra mundial. Hoje, a agricultura búlgara, coletivizada, está dotada de máquinas e tratores os mais modernos. São máquinas para lavar a terra, máquinas para o cultivo, máquinas para o combate às pragas, máquinas para a colheita. Em meados de fevereiro as cooperativas agrícolas da aldeia de Suvorovo (foto) preparavam a terra para a sementeira. A mecanização agrícola elevou consideravelmente a produção de cereais na República Popular da Bulgária.



**Música
para o povo**

O povo búlgaro cultiva a música. A revolução cultural possibilitada pelo socialismo estimulou os talentos populares, projetando jovens compositores. Grandes platéias ouvem suas obras.

NOVOS RUMOS